

## Compra



Divulgação

### Toshiba anuncia plano para fechar o capital

O conglomerado industrial japonês Toshiba fechou um acordo de 2 trilhões de ienes (cerca de US\$ 15,2 bilhões) para fechar o capital da empresa. A Toshiba disse que a compra seria liderada pela Japan Industrial Partners, um fundo de investimento com sede em Tóquio. Se o acordo tiver o apoio de acionistas e reguladores, marcará o fim de anos de turbulência na Toshiba. **PÁGINA 4**

## Crédito maior

### Caixa registrou lucro de R\$ 9,2 bilhões em 2022

A Caixa registrou um lucro líquido de R\$ 9,2 bilhões em 2022, lucro líquido contábil de R\$ 9,8 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 122,6 bilhões, o que representa um aumento de 9,9% em 12 meses. O saldo na carteira de crédito total foi de R\$ 1,0 trilhão, com crescimento de 16,7% sobre 2021, com saldo de R\$ 637,9 bilhões na carteira de crédito imobiliário (+ 13,6%). **PÁGINA 2**

## Corte de preços

### Petrobras pratica preço do mercado brasileiro

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, disse que a empresa não está mais praticando o preço de paridade de importação, e sim o preço do mercado brasileiro. Segundo ele, com a continuidade da queda do petróleo, é possível que haja "em breve" a queda do preço da gasolina. **PÁGINA 2**

## Metrô

### Governo de SP não queria liberar catracas

O Sindicato dos Metroviários de SP afirmou que o governador do estado e o Metrô mentiram ao dizer que teriam aceitado a proposta de liberar as catracas para suspender a greve. A presidente do sindicato, Camila Lisboa, afirmou que, ao mesmo tempo que comunicava o aceite pela catraca livre, o metrô ingressou na justiça. **PÁGINA 8**

As MPs encaminhadas por Lula vão tramitar seguindo o rito normal

# Pacheco anuncia retorno das comissões mistas

O presidente do Senado reconheceu que a decisão diminuiu o poder atualmente concentrado nas Mesas das duas casas legislativas



Pedro Franca - Agência Senado

O presidente do Senado e também do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, anunciou em Plenário, na quinta-feira (23), que decidiu acatar a questão de ordem apresentada pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), líder do bloco da Maioria, e oficializou o retorno do funcionamento das comissões mistas para análise prévia das medidas provisórias (MPs). Pacheco disse que sua decisão, como presidente do Congresso, será proferida por escrito e encaminhada aos senadores e deputados, declarando assim a prejudicialidade do ato conjunto,

que suspendeu a partir de março de 2020 o funcionamento das comissões mistas em razão da pandemia de covid-19. Ele lembrou que, desde o início de fevereiro, a Mesa do Senado decidiu pelo retorno do rito normal das MPs, com o funcionamento das comissões mistas, revogando o ato das duas Casas (Ato nº 1, de 2020) que permitia a exceção, em razão da pandemia de covid-19. Pacheco disse que, em deferência à Câmara dos Deputados, preferiu aguardar que a Comissão Diretora da Câmara tomasse a mesma decisão, já que era um ato conjunto. **PÁGINA 6**

## INVESTIGAÇÃO

### Lula fala em armação de Moro ao comentar os planos do PCC

Tânia Régio - Agência Brasil



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou na manhã de quinta-feira, 23, que as suspeitas de que uma quadrilha ligada ao PCC pretendia atacar o senador Sérgio Moro (União Brasil), ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, são uma "armação" do ex-juiz federal. "Quero ser cauteloso. Vou descobrir o que aconteceu. É visível que é uma armação do Moro. Eu vou pesquisar e saber o "porque" da sentença. A ordem para deflagrar a operação partiu da juíza Gabriela Hardt, que foi substituída de Moro na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba na Operação Lava Jato. **PÁGINA 7**

## ESPERA

Marina Ramos - Câmara dos Deputados



Lira: BC só terá como indicar queda nos juros após arcabouço fiscal

**PÁGINA 3**

**IBOVESPA** 97.926,34 ↓ -2,29%

#### Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
EMBRAER ON NM	20,54	+1,78%	+0,36
WEG ON EJ NM	39,89	+0,94%	+0,37
BBSEGURIDADEON NM	32,65	+0,77%	+0,25
MINERVA ON NM	11,45	+1,33%	+0,15
KLABIN S/A UNT N2	18,06	+0,39%	+0,07

#### Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
MAGAZ LUIZA ON NM	3,11	-13,37%	-0,48
GOL PN N2	5,98	-10,08%	-0,67
BRF SA ON NM	5,55	-9,61%	-0,59
YDUQS PART ON NM	6,55	-8,90%	-0,64
AZUL PN N2	11,19	-8,88%	-1,09

#### Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON ED NM	79,58	-2,57%	-2,10
PETROBRAS PN N2	22,80	-2,27%	-0,53
ITAUNIBANCOPN N1	23,15	-2,49%	-0,59
B3 ON NM	10,42	-5,62%	-0,62
MAGAZ LUIZA ON NM	3,11	-13,37%	-0,48

#### BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	32.105,25	+0,23%
S&P 500	3.948,72	+0,30%
NASDAQ	11.787,40	+1,01%
DAX 30	15.210,39	-0,038%
FTSE 100	7.499,60	-0,89%
IBEX 35	8.970,00	-0,44%

#### DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,290	5,290	↑ 1,01%

#### PESO

COMPRA	VENDA	%
0,025	0,026	↑ 0,81%

#### EURO

COMPRA	VENDA	%
5,734	5,735	↑ 0,81%

#### LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,495	6,498	↑ 0,73%

#### OURO

BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
333,50	USD\$ 1.990,7

**CRÉDITO COMERCIAL**

# Caixa apresentou lucro de R\$ 9 bilhões no ano passado

Serrano afirmou que o lucro maior da instituição nos anos anteriores se deveu à venda de ativos, cenário que não deve ser repetido na atual gestão

**A** Caixa registrou um lucro líquido de R\$ 9,2 bilhões em 2022, lucro líquido contábil de R\$ 9,8 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 122,6 bilhões, o que representa um aumento de 9,9% em 12 meses, de acordo com balanço divulgado na quinta-feira (23) pelo banco. Segundo os dados, o saldo na carteira de crédito total foi R\$ 1,0 trilhão, com crescimento de 16,7% sobre 2021, com saldo de R\$ 637,9 bilhões na carteira de crédito imobiliário (+ 13,6%).

Foram registrados R\$ 509,8 bilhões em originação de crédito total, com crescimento de 16,6% em relação a 2021; R\$ 161,7 bilhões em contratações de crédito imobiliário, representando crescimento de 15% sobre 2021; R\$ 91,2 bilhões em contratações de crédito imobiliário linha de crédito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), com crescimento de 10,1% em comparação a 2021; R\$ 70,5 bilhões em contratações de crédito imobiliário FGTS, representando crescimento de 22,2% em comparação a 2021.

De acordo com o vice-presidente de Finanças e Controladoria da Caixa, Marcos Brasileiro Rosa, o resultado do banco não se mede exclusivamente pelo seu lucro e sim pela forma como entrega resultados para a sociedade e no papel que exerce no desenvolvimento do país quando empresta recursos para todos. Ele destacou que o banco



Maria Serrano: "o ano de 2022 foi bastante complexo e polêmico para a Caixa, porque passamos pela maior crise de reputação dos últimos anos"

pagou no ano passado R\$ 308,9 bilhões em benefícios sociais, R\$ 123,8 bilhões em benefícios do INSS (crescimento de 9,1% em relação a 2021), R\$ 111,4 bilhões em benefícios do Auxílio Brasil (crescimento

de 345,7% em relação a 2021). "São números significativos que olho não para o valor, mas para a quantidade de famílias que foram atendidas e por meio da Caixa conseguiram até mesmo se manter".

O balanço mostra um saldo de R\$ 231,0 bilhões em crédito comercial (17,9% sobre 2021); saldo de R\$ 102,5 bilhões em crédito consignado (22,8%); saldo de R\$ 99,3 bilhões em crédito de infraestrutura (5,7%

a mais do que em 2021); saldo de R\$ 44,1 bilhões em crédito ao agronegócio, com crescimento (aumento de 167,5% sobre 2021) e mais de R\$ 1,2 trilhão em captações totais, com destaque para a poupança, que

teve 36,1% de participação de mercado, mantendo a liderança do segmento.

"O ano de 2022 foi bastante complexo e polêmico para a Caixa, porque passamos pela maior crise de reputação dos últimos anos por termos o principal dirigente da instituição acusado de práticas de assédio sexual e moral. Vivemos na gestão anterior um processo de desmantelamento do banco a partir da venda de seus ativos, alta rotatividade de empregados em cargos de direção e descontinuidade nas ações de planejamento do banco e no seu plano orçamentário pela adoção de programas controversos que geraram perdas", avaliou a presidenta da Caixa, Maria Rita Serrano.

Ela explicou que o lucro maior nos anos anteriores se deveu à venda de ativos, cenário que não deve ser repetido na atual gestão. "Não é nossa pretensão vender ativos do banco, privatizar ou abrir o capital do banco. Nossa pretensão é manter a Caixa como empresa pública rentável, com sustentabilidade e focada no desenvolvimento do país. A partir de 2023 a Caixa volta a ser fundamental como instituição pública para o desenvolvimento do país", reforçou.

Serrano destacou que entre as ações em andamento para a retomada da força do banco estão revisões dos planos de planejamento estratégico, de negócios e orçamentário. Ela destacou a retomada do programa Minha Casa, Minha Vida da sala de atendimento especializado para cidades e estados com a meta de aproximar a Caixa com as necessidades locais, já que o banco é o maior investidor dos programas de saneamento, habitação e infraestrutura.

Serrano mandou um recado para os clientes da Caixa ao dizer que o banco é sólido, seguro, no qual pode-se confiar. "E nós sabemos da necessidade de melhorar o atendimento. Todos os esforços serão feitos no sentido de garantir excelência no atendimento para os clientes e população atendida pelos programas sociais. Esse será nosso objetivo nesses próximos anos".

**PARIDADE DE IMPORTAÇÃO**

# Prates diz que Petrobras pratica o preço do mercado brasileiro

texto A Petrobras não está mais praticando o preço de paridade de importação, e sim "o preço do mercado brasileiro", disse na quinta-feira, 23, o presidente da empresa, Jean Paul Prates, em evento promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo Prates, com a continuidade da queda do preço do petróleo, é possível que haja "em breve" a queda também do preço da gasolina, depois da redução de 4,5% anunciada na quarta-feira, 22, para o diesel.

"Talvez (haja queda da gasolina). Estamos flutuando de acordo com a referência internacional e com o mercado brasileiro. Essa é a nossa política, com o produto produzido aqui e o importado", disse Prates

ao deixar o evento.

Ele reafirmou que sempre que possível a Petrobras vai praticar o preço do mercado brasileiro - uma soma da produção interna com a importada - e voltou a criticar a política de preços anterior, de paridade com a importação, rejeitada pela nova gestão.

"Já expliquei várias vezes que vamos praticar o preço do mercado brasileiro, e sempre que a gente puder um preço mais barato para vender para o nosso cliente, para o nosso consumidor brasileiro, nós vamos fazer", afirmou o presidente da Petrobras.

Ele ironizou ao ser perguntado pelo fim da política de paridade de importação (PPI) da Petrobras, dizendo que não

existe nada escrito que obrigue a empresa a seguir essa prática.

"Quem é PPI? Onde ele é publicado? Não tem nada escrito. Eu não aceito o dogma do PPI, aceito a referência internacional e com preço de mercado de acordo com nosso cliente. Quem paga bem recebe desconto, quem está perto recebe de um jeito...é a política de empresa", disse o executivo. "A gente tem que acabar com o dogma de ter que praticar o preço do seu concorrente", completou, ressaltando que não precisa "andar em cima da linha do importador", que é um concorrente da Petrobras.

A Petrobras divulgou também os nomes dos novos dire-

tores eleitos pelo Conselho de Administração da empresa, com mandato de dois anos até 13 de abril de 2025.

São eles Sergio Caetano Leite (diretor executivo financeiro e de Relacionamento com Investidores); Joelson Falcão Mendes (Exploração e Produção); Carlos José do Nascimento Travassos (Desenvolvimento da Produção); Claudio Romeo Schlosser (Comercialização e Logística); William França da Silva (Refino e Gás Natural); Clarice Coppetti (Relacionamento Institucional e Sustentabilidade) e Carlos Augusto Burgos Barreto (Transformação Digital e Inovação).

O Conselho de Administração também reconduziu o



Prates: "já expliquei várias vezes que vamos praticar o preço do mercado"

presidente da companhia para novo mandato de dois anos, até abril de 2025.

As indicações foram submetidas aos procedimentos internos de governança corporativa, incluindo as respec-

tivas análises de conformidade e integridade necessárias ao processo sucessório da companhia, o que incluiu a apreciação do Comitê de Pessoas e, em seguida, a deliberação do Conselho de Administração.

**Diário Comercial**

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA  
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO  
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br  
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsdp@diariocomercial.com.brSERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara  
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO  
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro  
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL  
SÃO PAULO  
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista  
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA  
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS  
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE  
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes  
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL  
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01  
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras  
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

CENÁRIO ATUAL

# Padilha admite que Brasil tem taxa de juros desproporcional

## O ministro reforçou que o governo está fazendo a sua parte para garantir uma redução nos juros, ao citar a apresentação do relatório de despesas e receitas

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou na quinta-feira, 23, que o Brasil tem taxa de juros desproporcional para a situação atual do País, se comparado ao restante do mundo. Na quarta-feira, 22, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu manter a Selic no patamar de 13,75%.

Aos jornalistas, Padilha reforçou que o governo "está fazendo a sua parte" para garantir uma redução nos juros, ao citar a apresentação da quarta-feira do relatório de despesas e receitas do primeiro bimestre, com sinalização de melhoria fiscal, além da apresentação do novo arcabouço e o ambiente positivo no Congresso para aprovação da proposta.

"Só reforça aquilo que tenho ouvido de empresários, a avaliação que empresários fazem, economistas fazem, lideranças do Congresso Nacional, de que o Brasil vive uma taxa de juros desproporcional para a situação do País quando a gente compara a realidade internacional. O governo está fazendo sua parte", avaliou Padilha.

Ele negou que o fato de o governo não ter apresentado o novo marco fiscal possa ter influenciado na decisão do Copom da quarta-feira. "Certamente não foi apresentar ou não apresentar que mobilizou a decisão do Banco Central", disse.

Padilha também negou que haja dificuldade na elaboração do marco, com divergência entre atores da sociedade, lideranças políticas e do próprio governo. "Dificuldade nenhuma. O ministro Fernando Haddad construiu, lidera esse debate junto com a equipe econômica, apresentou ao presidente Lula. Fez as consultas que o presidente recomendou. O retorno foi muito positivo", disse.

O ministro reforçou o

desejo do chefe do Executivo de debater a proposta com líderes partidários e os presidentes das Casas legislativas para que o projeto chegue maduro ao Congresso.

Ele também garantiu que o governo tem base para aprovar projetos prioritários, como marco fiscal e reforma tributária. As duas pautas, inclusive, ultrapassam a base do Executivo, na avaliação de Padilha.

Segundo ele, o próprio Legislativo dá sinais de que há um cenário positivo para debater a âncora que substituirá o atual teto de gastos.

"Reforcei ao ministro Fernando Haddad o ambiente positivo no Congresso Nacional para que o marco fiscal, chegando ao Congresso, tenha celeridade, na tramitação, no debate com qualidade, aprovação do marco fiscal", disse Padilha aos jornalistas, após o encontro. "Tenho certeza que existe ambiente no Congresso Nacional hoje, foi dito inclusive por várias lideranças, o próprio presidente da Câmara citou isso. Tem um ambiente para aprovar na maior celeridade possível no Congresso Nacional", reforçou.

O ministro evitou estimar quando a proposta será levada ao Legislativo, após a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, mas garantiu que existe ambiente para aprovação na "data necessária".

Ele também comentou a importância de Haddad estar presente no Brasil para debater a âncora fiscal. O ministro da Fazenda vai acompanhar o presidente na viagem ao país asiático.

Na terça-feira, 21, Lula confirmou que o novo arcabouço fiscal será divulgado apenas após a viagem à China. "Por que não pode ser antes? Nós embarcamos sábado, Haddad não pode comunicar isso aí. Seria estranho, eu anuncio e vou embora. Haddad tem que anunciar e ficar aqui para responder, debater, dar entrevista, falar com sistema finan-

ceiro, com a Câmara dos Deputados, Senado, outros ministros", disse.

Padilha também minimizou as críticas de que o Executivo não tem base suficiente no Congresso Nacional para aprovação de pautas. "Até agora, neste momento, tudo que governo precisou vencer no Congresso, conseguimos vencer. Aprovamos tudo aquilo que precisamos aprovar", esclareceu.

O ministro afirmou também que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o chamado "Conselhão", vai ser reinstalado como espaço para "reunir divergência". Padilha também esclareceu que o grupo discutirá temáticas relacionadas à sustentabilidade.

"O Conselho vai reunir a divergência dos atores econômicos, dos trabalhadores, do debate da democracia,



Padilha: "O Brasil vive uma taxa de juros desproporcional para o País quando a gente compara a realidade internacional"

ceiro, com a Câmara dos Deputados, Senado, outros ministros", disse.

Padilha também minimizou as críticas de que o Executivo não tem base suficiente no Congresso Nacional para aprovação de pautas. "Até agora, neste momento, tudo que governo precisou vencer no Congresso, conseguimos vencer. Aprovamos tudo aquilo que precisamos aprovar", esclareceu.

O ministro afirmou também que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o chamado "Conselhão", vai ser reinstalado como espaço para "reunir divergência". Padilha também esclareceu que o grupo discutirá temáticas relacionadas à sustentabilidade.

"O Conselho vai reunir a divergência dos atores econômicos, dos trabalhadores, do debate da democracia,

da defesa de mais inclusão e diversidade no nosso país", disse Padilha, após se reunir com Haddad, na sede da pasta econômica em Brasília, para discutir a retomada do CDES.

O ministro esclareceu que foi acrescido mais um "S", de sustentabilidade, à sigla do CDES, para inclusão da agenda sustentável. "Fizemos questão de acrescentar ao que era o CDES mais um S de sustentabilidade, então vai ser um espaço de debate com agenda sustentável, retomada do desenvolvimento sustentável do nosso País. Na prática ele vai erodir o ato do cercadinho do governo anterior, de conversar só com sua bolha", afirmou.

A primeira reunião do Conselho deve ocorrer na segunda quinzena de março, após a viagem do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva à China. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad,

vai participar do encontro e fará um balanço da perspectiva econômica.

"Nossa expectativa é que o ministro Fernando Haddad faça um balanço no Conselho da perspectiva econômica do país e aponte essas perspectivas. Vão estar atores econômicos, seja empresários, sistema financeiro, agronegócio, startups, pequenas e médias empresas, representantes dos trabalhadores, ativistas da defesa da democracia, ativistas da defesa da diversidade e da inclusão no país. A ideia é que faça uma fala geral sobre a situação econômica do país", disse Padilha.

Ele também informou que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, também devem discursar no primeiro encontro.

APERTO INJUSTO

## Tebet espera que a ata do Copom venha imparcial

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse na quinta-feira, 23, esperar que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central apresente justificativa "imparcial e justa com o Brasil" na ata da reunião realizada na quarta-feira, 22, quando o colegiado decidiu manter a taxa de juros básica em 13,75% ao ano.

"Não houve surpresa em relação à manutenção da taxa em 13,75% (ao ano). Nós já esperávamos isso. Ainda que não quiséssemos isso, mas já esperávamos. Então, vamos aguardar a ata. Porque também como foi da outra vez, o comunicado, ao meu ver, saiu muito mais apertado do que prevíamos. Vamos aguardar a ata. Que essa ata venha de forma imparcial e justa com o Brasil, trazendo obviamente os fatores externos que levaram o Banco Central a manter a taxa de 13,75%", disse a ministra a jornalistas depois de participar de evento em Brasília sobre Gestão Pública.

Tebet também disse aguardar que o documento do Copom reconheça os fatos que mostram "todo o esforço que o governo federal está fazendo" para conter os gastos públicos e apresentar projetos sociais relevantes com responsabilidade fiscal.

A ata será divulgada na terça-feira da próxima semana. Na quarta-feira, foi a quinta vez que o Copom resolveu deixar a Selic no patamar de 13,75% ao ano. O órgão avaliou que a sua decisão "é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui os anos de 2023 e, em grau maior, de 2024".

Quando questionada sobre a possibilidade de o Copom seguir com o arrocho nos juros, Tebet disse confiar na equipe econômica, que terá condições de mostrar até maio, quando haverá uma outra reunião do Copom, que o ambiente interno econômico do Brasil está melhorando.

"Estamos no caminho certo", afirmou a ministra. "Nós temos condições, apresentando um bom arcabouço fiscal, evoluindo nas tratativas e também no processo legislativo da reforma tributária, além de outros atos que estaremos apresentando no devido tempo, de, independente dos fatores externos, mostrar que o ambiente interno econômico do Brasil está melhorando e assim teremos condições, se assim decidir o Banco Central, de baixar as taxas de juros."

A fala de Tebet está alinhada às do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que vem reclamando da alta taxa de juros no País, e de outros ministros do governo. Na quarta, o titular da Fazenda, Fernando Haddad, disse ter considerado o comunicado do Copom "muito preocupante". O chefe da Casa Civil, Rui Costa, também não gostou. "Não tem país no mundo que pratique juros tão altos como o Brasil. Não tem razão econômica que explique essa decisão", disse.

Sobre o novo arcabouço fiscal, a ministra se mostrou confiante na divulgação de seu conteúdo logo que o presidente Lula voltar da China. Ela disse que a "moldura" do novo marco tem todo o aval da pasta que comanda e agora só está passando por ajustes para acomodar a decisão política de Lula "de esticar um pouquinho mais ou de espremer um pouquinho".

"O arcabouço está saindo dentro do Ministério da Fazenda e a sua moldura tem todo o aval do Ministério do Planejamento e Orçamento. Eu posso dizer que a moldura desse arcabouço fiscal está muito boa e agora é hora de analisar parâmetros de acordo com uma decisão política do presidente da República, de esticar um pouquinho mais ou de espremer um pouquinho".

Quem tem que cuidar do Cam-

PERFIL ANTICÍCLICO

# Lira: BC só terá como indicar queda nos juros após anúncio do arcabouço

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse na quinta-feira, 23, que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central só terá instrumentos para indicar uma possível baixa na taxa básica de juros após o anúncio do novo arcabouço fiscal que será apresentado pelo Ministério da Fazenda. Em meio a críticas do governo à manutenção da Selic em 13,75% ao ano, o deputado afirmou que a autoridade monetária não pode se guiar por um texto de regra fiscal que ainda nem é público.

"Quando você faz uma análise econômica, técnica, o Copom não pode ficar longe da meta de inflação. Se a meta de inflação está longe, está distante da régua, e ele baixa os juros, a gente corre o risco de ter um processo inflacionário. E o processo inflacionário custa muito mais caro que o efeito danoso do aumento dos juros", afirmou Lira a jornalistas.

Ao comentar o arcabouço

fiscal, o deputado voltou a elogiar o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O ministro, segundo ele, tem agido com "muita coerência" e tem o respaldo da Câmara em relação ao texto da regra que substituirá o atual teto de gastos. Lira afirmou que o petista tem "tido dificuldades de um lado e de outro", mas tem transitado com "serenidade" para chegar a um texto equilibrado do projeto de lei complementar do arcabouço.

"O Copom não pode fazer uma análise em cima de uma perspectiva de um texto que sequer foi apresentado. Mas, com o texto apresentado, o Copom vai ter instrumentos para começar a fazer a indicação da baixa de juros responsável", declarou Lira, ao defender um "armistício" entre Fazenda, Planalto, BC e Congresso para se discutir o arcabouço fiscal na volta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva da China.

Na terça-feira, 21, Lira disse que continuaria ajudando o Executivo nas discussões sobre a regra fiscal. O presidente da Câmara também afirmou, durante um jantar, que tem dado "todos os sinais públicos" para o fortalecimento de Haddad. A expectativa era de que a proposta de arcabouço fiscal fosse apresentada ainda nesta semana, mas Lula decidiu adiar o anúncio para depois de sua viagem à China, que ocorrerá de 26 a 31 de março.

Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), "receberam bem" as linhas gerais do arcabouço mostradas a eles por Haddad. Na proposta, havia gatilhos para que o gasto público tenha um perfil "anticíclico" e para que possa haver crescimento de despesas em momentos de desaceleração econômica. Esses gatilhos estariam atrelados à arrecadação.

No último dia 16, o ministro da Fazenda já havia se reunido com Lira para tratar da regra fis-

cal. Logo depois do encontro, o presidente da Câmara elogiou a interlocução de Haddad com o Congresso.

De acordo com interlocutores, Lira vê em Haddad o único integrante do governo que entende o contexto político atual, de polarização do País, e vê o ministro se esforçando para "construir pontes".

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou na quinta-feira, 23, que a história julgará a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, de manter a Selic a 13,75% ao ano. Lula disse que a medida "não tem explicação nenhuma no mundo" e que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, "tem que cumprir a lei".

Também sugeriu que o Senado é quem tem de "cuidar" do chefe da autoridade monetária. "Não tem explicação nenhuma no mundo a taxa de juros estar a 13,75% ao ano. Quem tem que cuidar do Cam-

pos Neto é o Senado que o indicou. Ele (Roberto Campos Neto) não foi eleito pelo povo. Não foi indicado pelo presidente. Foi indicado pelo Senado", disse Lula.

Segundo o presidente, Campos Neto "só tem que cumprir a lei, que estabeleceu a autonomia do Banco Central".

"Quando eu tinha o ex-presidente do BC Henrique Meirelles, que foi um indicado meu, eu conversava com o Meirelles. Se esse cidadão Campos Neto quiser, ele nem precisa conversar comigo. Ele só tem que cumprir a lei, que estabeleceu a autonomia do Banco Central. Ele precisa cuidar da política monetária, mas ele precisa cuidar também do emprego, cuidar da inflação e cuidar da renda do povo. Todo mundo sabe que ele não está fazendo isso. Se ele estivesse fazendo, eu não estava reclamando", disse Lula durante visita ao Complexo Naval de Itaguaí, no Rio de Janeiro.

## REESTRUTURAÇÃO

# Toshiba anuncia plano para fechar capital no valor de US\$ 15,2 bilhões

A compra seria liderada pela Japan Industrial Partners, um fundo de investimento com sede em Tóquio, que ofereceram 4.620 ienes por ação, cerca de 10% acima do preço de mercado

O conglomerado industrial japonês Toshiba disse na quinta-feira, 23, que fechou um acordo no valor de 2 trilhões de ienes (cerca de US\$ 15,2 bilhões) para fechar o capital da empresa.

A Toshiba disse que a compra seria liderada pela Japan Industrial Partners, um fundo de investimento com sede em Tóquio. Ele disse que os compradores estavam oferecendo 4.620 (US\$ 35,2) ienes por ação, cerca de 10% acima do preço de fechamento de 4.213 ienes (US\$ 32,1) na Bolsa de Valores de Tóquio na quinta. Isso avalia a empresa em cerca de 2 trilhões de ienes.

Se o acordo tiver o apoio de acionistas e reguladores, marcará o fim de anos de turbulência na Toshiba, ex-líder do mundo corporativo do Japão que já se desfez de muitos de seus negócios conhecidos, como de notebooks e equipamentos médicos.

Em março de 2022, os acionistas da Toshiba rejeitaram um plano de gestão para dividir a empresa em duas partes, refletindo a oposição de acionistas estrangeiros, incluindo alguns que queriam que a empresa fosse leiloadada pelo maior lance.



Fábrica: os acionistas da Toshiba rejeitaram um plano de gestão para dividir a empresa em duas partes, refletindo a oposição de acionistas estrangeiros

No mês seguinte, a Toshiba se colocou em leilão, solicitando opções para se reorganizar estrategicamente, incluindo a privatização.

A JIP foi criada em novembro de 2002 para se dedicar ao negócio de investimentos de private equity e tem contribuído

à reorganização e reestruturação de empresas japonesas. O Grupo JIP forneceu capital e gestão apoio a empresas japonesas para ajudá-las a alavancar sua base de negócios existente, revitalizar seu potencial e acelerar o crescimento de seus negócios. Os fundos de parcerias de

investimento geridos pelo Grupo JIP têm feito mais do que isso, totalizando vinte investimentos até o momento em carve-outs (cisão de empresas e subsidiárias) e transações de privatização no Japão, incluindo uma divisão dos negócios ISP da NEC Corporation (NEC BIGLOBE Ltd.), uma

divisão da Sony

PC Corporation (VAIO Corporation), uma divisão da Hitachi Kokusai Electric Inc. da Hitachi, Ltda. e uma subsequente divisão do negócio de soluções de imagem e comunicação da Hitachi Kokusai Electric Co., Ltd., e uma privatização da Hitachi Metals,

Ltd. da Hitachi, Ltda.

O princípio de investimento da JIP é realizar o crescimento potencial

oportunidades, aproveitando ao máximo a base de negócios existente e as tecnologias que suas empresas investidas e as empresas se acumularam. Ao executar um plano de negócios, a JIP visa fornecer produtos de valor agregado e serviços aos clientes, o que, por sua vez, torna as empresas investidas um local de trabalho digno e atraente para executivos/funcionários e ajuda a realizar o crescimento do negócio. Além disso, o JIP se esforça para entender a origem,

história e cultura corporativa das empresas em que o Grupo JIP investe, e apoia a gestão por maximizar os pontos fortes de seus executivos e colaboradores de forma a maximizar o potencial de suas pessoas e negócios.

A JIP também usa o know-how e experiência que acumulou para apoiar negócios-alvo de investimento de ambos, incluindo a formulação de estratégias de negócios e planos de ação para realizar negócios

planos formulados pela administração, providenciando financiamento e fornecendo soluções de sistema.

## FUSÃO

## Accenture vai demitir 19 mil funcionários para cortar custos

A Accenture está cortando 19 mil empregos, ou 2,5% do seu quadro de funcionários, visando reduzir custos e simplificar operações. A empresa disse que a maioria dos funcionários a serem afetados são de funções corporativas não faturáveis.

A companhia também está fundindo alguns dos seus escritórios, disse o CFO KC McClure em uma conferência com analistas na quinta-feira.

A empresa, que oferece

vários serviços corporativos, afirmou que espera que seu plano de otimização de negócios custe cerca de US\$ 1,5 bilhão, a maior parte proveniente de demissões de funcionários durante o restante deste ano fiscal atual e do ano fiscal de 2024.

Os cortes se somam à onda de demissões nos últimos meses relacionada às empresas de tecnologia, de manufatura e de outros setores que pro-

curam cortar custos em meio à incerteza sobre o aumento das taxas de juros, inflação persistente e outros desafios econômicos.

A medida vem depois de a empresa divulgar um aumento de 5% na receita trimestral, que chegou a US\$ 15,8 bilhões. A receita operacional foi de US\$ 1,94 bilhão, em comparação com US\$ 2,06 bilhões no segundo trimestre do ano passado e a margem operacional

foi de 12,3% em comparação com 13,7% no segundo trimestre do ano passado.

O lucro diluído por ação foi de US\$ 2,39, em comparação com US\$ 2,54 no segundo trimestre passado ano. O lucro por ação ajustado foi de US\$ 2,69, um aumento de 6% em relação ao segundo trimestre do ano fiscal de 2022. As novas reservas para o trimestre foram um recorde de US\$ 22,1 bilhões, com reservas de consultoria de

US\$ 10,7 bilhões e reservas de serviços gerenciados de US\$ 11,4 bilhões.

Julie Sweet, presidente e CEO da Accenture, disse que os fortes resultados financeiros neste trimestre demonstram que a capacidade de reunir conhecimentos industriais, funcionais e tecnológicos

bem como serviços gerenciados continua a diferenciar a empresa dos concorrentes. "Também estamos tomando medidas para reduzir nossos custos no ano fiscal de 2024 e continuamos a investir em nosso negócio e em nosso pessoal para capturar o crescimento significativo, com oportunidades mais adiante."

A empresa pagou um dividendo trimestral de US\$ 1,12

por ação aos acionistas, que totalizaram US\$ 708 milhões.

A Accenture declarou outro dividendo trimestral em dinheiro de US\$ 1,12 por ação para os acionistas, o que representa um aumento de 15% em relação à taxa de dividendos trimestral de US\$ 0,97 por ação no ano fiscal de 2022.

Durante o segundo trimestre do ano fiscal de 2023, a Accenture recomprou ou resgatou 4,1 milhões de ações por um total de \$ 1,12 bilhão, incluindo aproximadamente 2,5 milhões de ações recompradas no mercado aberto. Isso traz o total de recompras e resgates de ações da Accenture para o primeiro semestre de ano fiscal de 2023 para 9,3 milhões de ações.

## PELO MUNDO

## TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: DE QUEM É A RESPONSABILIDADE?

por  
Suellen Scariz



Advogada no Brasil e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas - Menção em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra, exerce funções na Câmara Municipal de Portugal

**A HISTÓRIA DO BRASIL** é permeada por episódios de deliberada violação aos Direitos Fundamentais. Em seus primeiros séculos de existência, o país vivenciou a escravidão indígena na extração do pau-brasil e a escravidão africana na extração do ouro e na cultura da cana de açúcar.

Em síntese, a escravidão em tais termos teve fim em 1888, com a Lei Áurea. Entretanto, é possível observar novas modalidades, também conhecidas como "trabalho análogo à escravidão", que em muitos casos pode configurar uma situação mais precária do que ocorria no trabalho escravo dos séculos passados.

**O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO** tipifica o crime em seu artigo 149, caracterizando como submeter alguém a trabalhos forçados/jornada exaustiva, condições degradantes ou restrição de locomoção (requisitos não cumulativos).

Nesse contexto, a escravidão contemporânea ocorre no seguimento de falsas promessas de oportunidades, recrutamentos para outras cidades e até países diferentes, imposição de dívidas, dentre outros, que,

quando descobertos pelo incessante esforço do Ministério Público do Trabalho, ganham repercussão na mídia.

**O MINISTÉRIO PÚBLICO** do Trabalho atua na fiscalização e no combate de tais práticas, bem como, faz o papel do Estado na celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, também em momento pré-processual.

O combate ao trabalho escravo é objeto da normativa internacional de direitos humanos (Convenção de Genebra de 1956), sendo considerado princípio fundamental do trabalho (Declaração da OIT de 1998), de modo que as Convenções 29 e 105 da OIT sobre o tema são "core obligations". Isso significa dizer que mesmo aqueles países que não ratificaram tais Convenções devem obediência a elas, tamanha a importância dos direitos ali defendidos.

**NESSE CONTEXTO**, destaca-se a exploração de trabalho em condições análogas à escravidão em cadeias produtivas, entendidas como modelo de produção fragmentado em eta-

pas designadas a vários produtores contratados por uma empresa líder do processo, responsável pela marca e comercialização do produto.

A existência de trabalho escravo, em regra, é observada nas pequenas e médias empresas intermediárias da cadeia. Porém, é possível a responsabilização jurídica da empresa que está no topo da cadeia, que detém o poder econômico dominante, com fundamento na Teoria do Avestruz ou da Cegueira Deliberada.

**TAL TEORIA, ORIUNDA** do Direito Penal, considera igualmente culpado aquele que, deliberadamente, coloca-se em situação de desconhecimento ou ignorância dos fatos, com o intuito de se eximir da obrigação de evitar o ilícito. Isso porque a função social da empresa e do contrato assim como o dever de boa-fé anexo às contratações impõem o monitoramento do respeito aos direitos humanos ao longo da cadeia como um dever de diligência

Compreende-se que as empresas beneficiadas com o produto da escravidão contemporânea, de forma direta, possuem plenas con-

dições de fiscalizar os demais produtores da cadeia mediante adoção de política interna para identificação, prevenção e controle de riscos, exigindo adequação à lei como condição para contratações ("compliance"). São exemplos de medidas a prévia seleção de empresas idôneas, a verificação da proporcionalidade do preço do serviço/produto, a exigência de documentos periódicos que atestem a regularidade fiscal e trabalhista, e o constante monitoramento ambiental das condições de trabalho, inclusive dos locais de alojamento dos obreiros.

**O DESCUMPRIMENTO** enseja responsabilidade por ato ilícito decorrente de omissão ou abuso de direito, de forma subjetiva ou objetiva. Além disso, a inclusão da empresa na Lista Suja do Ministério do Trabalho também resulta na sua responsabilidade social por meio da proibição de obter financiamento do BNDES, possibilidade de suspensão de sua inscrição, restrição de contratos nacionais e internacionais e até mesmo a possibilidade de expropriação da propriedade.

COALIZÃO

# Israel aprova lei que protege Netanyahu de ser removido

A nova lei estabelece que um primeiro-ministro só pode ser considerado inapto por motivos de saúde física ou mental e que somente ele pode tomar essa decisão

O Parlamento de Israel aprovou na quinta-feira, 23, uma lei que impede o primeiro-ministro de ser removido do cargo, uma mudança que opositores dizem ter sido feita sob medida para Binyamin Netanyahu. A aprovação ocorre em meio à controversa reforma judicial que pode beneficiar o premiê alvo de acusações de corrupção e que jogou o país em uma intensa crise política e social, com milhares indo às ruas protestar todas as semanas.

A coalizão de Netanyahu aprovou uma legislação que protegeria o líder israelense de ser considerado inapto para governar por causa de seu julgamento por corrupção e alegações de conflito de interesses em torno de seu envolvimento nas mudanças legais do país. Após a aprovação, milhares de pessoas voltaram às ruas em todo o país, bloqueando o tráfego nas principais rodovias e entrando em confronto com a polícia, em uma onda de agitações que não dá sinais de diminuir, especialmente à medida que a reforma avança.

A lei foi aprovada em uma votação matinal por 61 a 47 no Knesset, o Parlamento israelense, após um debate que durou a noite toda. Netanyahu, sentado com seu ministro da Justiça e o arquiteto da reforma, Yariv Levin, foi visto sorrindo durante a votação.

A nova lei estabelece que um primeiro-ministro só pode ser considerado inapto para governar por motivos de saúde física ou mental e que somente ele ou seu governo podem tomar essa decisão. Anteriormente, a lei não especificava o que constituía incapacidade ou a base sobre a qual a incapacidade poderia ser declarada, embora implicasse que outros motivos que não apenas a saúde poderiam ser usados.

Na prática, a lei tira o poder de remoção das mãos do procurador-geral e do tribunal e o coloca nas mãos do Parlamento. Se o primeiro-ministro não estiver disposto a ser destituído do cargo, mesmo que temporaria-



Milhares de pessoas voltaram às ruas, bloqueando o tráfego nas principais rodovias e entrando em confronto com a polícia, em uma onda de agitações

mente, seria necessário o voto de três quartos dos ministros do gabinete e uma maioria de 80 legisladores para fazê-lo.

Isso ocorre enquanto o procurador-geral do país recebe crescentes pedidos de opositores de Netanyahu para declará-lo incapaz de governar devido a seus problemas legais. O procurador-geral já proibiu Netanyahu de se envolver na reforma judicial, dizendo que corre o risco de um conflito de interesses por causa de seu julgamento por corrupção.

Netanyahu foi a julgamento em 2021 após seu indiciamento por acusações de suborno, fraude e quebra de confiança. Os críticos das mudanças judiciais acusam Netanyahu de promovê-las com o único objetivo de se livrar de seus problemas legais. Ele nega tais intenções.

A chamada lei de incapacitação é a mais recente de uma série de legislações controversas sendo promovidas pelo governo de três meses de Netanyahu - o mais à direita e conservador religioso da história de Israel - e é provável que seja contestada na Suprema Corte. Isso poderia

aproximar Israel de uma crise constitucional e levar o governo a um confronto direto com os tribunais.

O novo projeto de lei alimenta a raiva pública generalizada sobre as mudanças judiciais propostas pelo governo. O cerne da reforma visa dar ao governo mais influência na escolha de novos juizes e restringiria a capacidade da Suprema Corte de derrubar leis, praticamente acabando com a revisão judicial, ao mesmo tempo em que permite ao Parlamento anular decisões judiciais com uma maioria simples de 61.

A aprovação ocorreu um pouco antes de um novo dia de protestos em todo o país e inflamou o que manifestantes chamaram de "Dia de Paralisação Nacional". Milhares de pessoas bloquearam as principais rodovias do país, incendiaram pneus perto de um importante porto marítimo e penduraram uma grande bandeira de Israel e uma faixa com a Declaração de Independência do país sobre os muros da Cidade Velha de Jerusalém.

A polícia disse ter feito várias prisões em todo o país. Vários

líderes dos protestos estavam entre os presos, disseram os organizadores.

Os manifestantes bloquearam a principal rodovia no litoral de Tel Aviv e a polícia usou canhões de água para dispersar os manifestantes na cidade e em Haifa, no norte.

Veteranos da marinha bloquearam uma entrada para o porto em Ashdod com pneus em chamas, funcionários e aposentados das indústrias militares de Israel protestaram do lado de fora de um fabricante de armas no norte de Israel, e grupos apareceram do lado de fora das casas de legisladores em todo o país e bloquearam o acesso a um local próximo ao Aeroporto Internacional Ben-Gurion, onde os ministros do governo deveriam participar de uma cerimônia.

No final do dia, os manifestantes planejam marchar para Bnei Brak, um subúrbio de Tel Aviv predominantemente habitado por judeus ultraortodoxos. Membros ultraortodoxos do governo são apoiadores veementes da reforma judicial e há muito desprezam a Suprema Corte, que derrubou a legislação

destinada a formalizar isenções em massa de homens ultraortodoxos do serviço militar obrigatório.

A crise da reforma ampliou uma divergência de longa data entre os judeus seculares israelenses e os religiosos sobre o papel que a religião deveria desempenhar em suas vidas cotidianas. Os legisladores ultraortodoxos no governo são os principais impulsionadores da reforma porque acreditam que os tribunais são uma ameaça ao seu modo de vida tradicional. Em contraste, os oponentes seculares das mudanças temem que elas abram a porta para a coerção religiosa.

Além das manifestações de quinta-feira, dezenas de milhares de pessoas compareceram aos protestos semanais todos os sábados à noite por mais de dois meses.

O governo de Netanyahu rejeitou uma proposta de compromisso no início deste mês destinada a aliviar a crise. Ele disse que diminuiria o ritmo das mudanças, levando a maioria delas para depois de um recesso parlamentar de um mês em abril.

PREVIDÊNCIA

# Protestos tomam a França com novas ações contra a reforma

"É como se não existíssemos", lamenta Laurence Briens, uma das centenas de milhares de pessoas que protestaram na quinta-feira, 23, contra a reforma da previdência do presidente liberal Emmanuel Macron, a quem os sindicatos acusam de querer incendiar as ruas. Macron defendeu, um dia antes, a entrada em vigor da reforma até o fim do ano.

"Esta reforma é necessária. Não me faz feliz. Teria preferido não fazê-la", declarou o presidente em uma entrevista aos canais TF1 e France 2, na qual reconheceu a "impopularidade" da medida.

De acordo com o ministério do Interior francês, ao menos 1,089 milhão de pessoas participam da jornada de protestos de quinta em Paris, onde ocorreram confrontos pontuais com a polícia, e em outras cida-

des como Nantes ou Rennes, num contexto de forte tensão social. Os sindicatos convocaram o nono dia de greve e manifestações, o primeiro desde que Macron decidiu adotar por decreto, há uma semana, a reforma da previdência.

Temendo perder a votação no Parlamento, o presidente decidiu impor o aumento da idade de aposentadoria de 62 para 64 anos até 2030 e o aumento da contribuição para 43 anos, e não 42 como agora, até 2027, em virtude de uma disposição legal e controversa.

"Estou muito zangado, trataram-nos como crianças", diz Briens, em Paris. O fonoaudiólogo de 61 anos decidiu falar depois de ouvir a entrevista de Macron na quarta-feira, 22.

O líder do sindicato CGT, Philippe Martinez, acusou Macron de "jogar uma lata de gasolina

no fogo", até porque, há uma semana, várias cidades registram protestos marcados pela queima de contêineres e denúncias de violência policial.

O líder do sindicato CFDT, Laurent Berger, pediu "ações não violentas" para não perder o apoio da maior parte da opinião pública. Os sindicatos estão na linha de frente dos protestos desde janeiro e no dia 7 de março conseguiram mobilizar 1,28 milhão de pessoas, segundo as autoridades, nos maiores protestos contra a reforma em três décadas.

Na quarta-feira, eles receberam o apoio de cerca de 300 profissionais da cultura, incluindo as atrizes Juliette Binoche e Camille Cottin, que em uma publicação do jornal Libération pediram a retirada da "reforma injusta".

Oposição agora, recorrerá a

vias judiciais para impedir o projeto, que eleva a idade mínima de aposentadoria na França de 62 para 64 anos, de ser implementado.

Mas a manifestação de quinta-feira é considerada crucial para saber se os manifestantes conseguiram manter viva a mobilização contra a reforma que aguarda a aprovação final do Conselho Constitucional. A polícia prevê "entre 600 mil e 800 mil pessoas" na França.

Símbolo do clima, ressoa na manifestação parisiense a música "Motivés", do grupo Zebda, cujo verso diz: "Motivados, motivados, devemos seguir motivados". As bandeiras contra a reforma das primeiras marchas deram lugar às críticas a Macron.

Cédric Nothias, um professor do ensino médio de 46 anos, carrega uma faixa com

CONCURSO

# Finlândia vai pagar viagem para estudarem a felicidade

O governo finlandês está promovendo um concurso cultural e vai selecionar dez pessoas interessadas em aprender sobre felicidade no país. Serão quatro dias de imersão em dinâmicas com coaches da Finlândia no Kuru Resort, um centro de retiro privado na região dos lagos finlandeses.

A Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou na segunda-feira, 20, o Relatório Mundial de Felicidade 2023, que apontou a Finlândia em primeiro lugar no ranking dos países mais felizes do mundo.

O local escolhido conta com vista privilegiada das montanhas, spa particular, sauna, lareira, arquitetura moderna e todas as despesas de viagem e acomodação serão pagas pela agência Visit Finland, parte de uma ONG mantida integralmente pelo governo da Finlândia. As inscrições vão até o dia 2 de abril e qualquer pessoa acima de 18 anos pode participar.

O boletim de notícias estadunidense Morning Brew publicou em seu perfil no Twitter algumas fotos do resort. A hospedagem oferece acomodações luxuosas e momentos de relaxamento em meio a natureza finlandesa. A diária aos finais de semana para duas pessoas, de acordo com a opção de agendamento no site do resort e dependendo do tipo de pacote escolhido, custa a partir de 329 euros (R\$ 1.872).

As regras do concurso são simples, primeiro, é necessário preencher um formulário de inscrição com detalhes de contato, depois, publicar um vídeo no Instagram ou TikTok contendo em inglês porque deve ser o escolhido. Na publicação, é indicado usar as hashtags #FindYourInnerFinn e #VisitFinland e marcar o perfil Visit Finland (@ourfinland), a agência de viagens que está organizando o concurso.

O anúncio publicado pela agência nas redes sociais soma mais de meio milhão de visualizações e centenas de pessoas em todo o mundo já estão publicando vídeos para concorrer à viagem. Os participantes terão aulas exclusivas sobre quatro eixos principais: natureza e estilo de vida, saúde e equilíbrio, design e cotidiano e alimentação e bem-estar.

April Rom é uma das pessoas que já se inscreveu no concurso. Ela é uma artista que vive em Maine, nos Estados Unidos, e, em seu vídeo de inscrição, diz que merece ser a escolhida porque explorar o mundo e conhecer as diferentes culturas é uma das coisas que a faz feliz. "Sempre estou procurando crescer como pessoa e como ser feliz a cada dia, para reforçar minha felicidade não importa o que aconteça", complementou.

A viagem para a Finlândia está prevista para o dia 11 de junho, época do verão no Hemisfério Norte. As aulas serão realizadas no período de 12 e 15, com volta no dia 16 de junho. Os dez selecionados ficarão hospedados em quartos privativos com todas as comodidades essenciais.

"Estamos a procura de pessoas extrovertidas que estejam interessadas no bem-estar consciente e na natureza finlandesa. Você não precisa ser um entusiasta de autoajuda ou ter habilidades de sobrevivência na natureza finlandesa. Tudo o que queremos é uma mente aberta", diz o site do concurso.

O júri que irá selecionar os candidatos é composto um grupo de treinadores Masterclass, embaixadores e funcionários da agência Visit Finland. Segundo o site, os jurados procuram uma equipe diversificada de diferentes idades e origens: pessoas com uma ampla variedade de personalidades, habilidades e experiências diferentes.

## COMPARTILHAMENTO

# Comissões mistas voltarão a analisar as medidas provisórias

Pacheco disse que as MPs encaminhadas pelo governo anterior e que ainda estão tramitando no Congresso serão analisadas sob as regras do rito excepcional

O presidente do Senado e também do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, anunciou em Plenário, na quinta-feira (23), que decidiu acatar a questão de ordem apresentada pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), líder do bloco da Maioria, e oficializou o retorno do funcionamento das comissões mistas para análise prévia das medidas provisórias (MPs). Pacheco disse que sua decisão, como presidente do Congresso, será proferida por escrito e encaminhada aos senadores e deputados, declarando assim a prejudicialidade do ato conjunto, da Câmara e do Senado, que suspendeu a partir de março de 2020 o funcionamento das comissões mistas em razão da pandemia de covid-19.

Pacheco esclareceu que a decisão veio após a unanimidade dos líderes partidários manifestarem, em reunião ocorrida antes da sessão plenária, apoio ao retorno das comissões mistas, reforçando o pedido para que o rito de tramitação das matérias atenda ao que é determinado pela Constituição. O presidente do Congresso ressaltou que permitir a apreciação constitucional das MPs, seja rejeitando ou aprovando, é uma obrigação de todos os parlamentares. A decisão, observa, diminui o poder hoje concentrado nas Mesas das duas casas legislativas.

"Temos um compromisso com o Brasil; não é um compromisso com o governo necessariamente, é um compromisso com o Brasil de que medidas provisórias sejam apreciadas sob o rito previsto na Constituição Federal, com a instituição e a instalação imediata das comissões mistas, que serão compostas por deputados federais e senadores, naturalmente permitindo um debate concentrado num colegiado de menor número para cada medida provisória, que é a razão de ser das comissões mistas, e de uma forma muito democrática, respeitando-se, inclusive, a proporcionalidade na indicação desses membros das comissões mistas, e, com isso, retirando o poder concentrado da presidência do Senado e da presidência da Câmara dos Deputados na condução de medidas provisórias", afirmou Pacheco.

Ele lembrou que, desde o início de fevereiro, a Mesa do Senado decidiu pelo retorno do rito normal das MPs, com



Pacheco: "encerrada a pandemia, não havendo mais o estado de emergência, havia a necessidade, obviamente, da retomada da ordem constitucional"

o funcionamento das comissões mistas, revogando o ato das duas Casas (Ato nº 1, de 2020) que permitia a exceção, em razão da pandemia de covid-19. Pacheco disse que, em deferência à Câmara dos Deputados, preferiu aguardar que a Comissão Diretora da Câmara tomasse a mesma decisão, já que era um ato conjunto. Pacheco asseverou que "os fundamentos fáticos que o sustentam [o Ato nº 1] não mais existem na realidade". Isso porque o estado de calamidade pública decorrente da pandemia foi encerrado no final de 2022 e que o modelo tradicional de apreciação de MPs deveria ser retomado nos mesmos moldes de antes da crise sanitária.

"Encerrada a pandemia, felizmente, não havendo mais o estado de emergência, revogado inclusive pelo Poder Executivo, havia a necessidade, obviamente, da retomada da ordem constitucional e do cumprimento da Constituição no rito das medidas provisórias, isso com uma obviedade muito grande", esclareceu ao lembrar que a excepcionalidade do rito foi respaldada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) somente para o período pandêmico.

Ainda de acordo com Pacheco, todas as medidas provisórias encaminhadas pelo governo anterior e que ainda estão tramitando no Congresso Nacional serão analisadas sob

as regras do rito excepcional. Já as MPs encaminhadas pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverão tramitar de acordo com o rito normal, passando pela análise nas comissões mistas e que as indicações deverão ser feitas pelos líderes partidários de cada Casa.

A questão de ordem foi apresentada na sessão de quarta-feira (22) pelo bloco da Maioria. Nela, argumentava-se que a criação e o funcionamento das comissões mistas foram suspensos, com respaldo do STF em razão da pandemia, mas que, com o fim da emergência sanitária, é preciso retornar ao cumprimento do rito constitucional.

Antes de Pacheco fazer o anúncio em Plenário, senadores de diversos partidos comentaram a decisão. Eles foram unânimes em avaliar como positiva e acertada a postura do presidente do Congresso Nacional.

O senador Otto Alencar (PSD-BA) disse que o acolhimento da questão de ordem não pode ser interpretada como um ato do Senado contra o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. Ele observou que, em não havendo avanço nas negociações entre as duas Casas para que uma proposta de emenda à Constituição (PEC) estabelecesse o revezamento do início da tramitação das medidas provisórias no Congresso, a saída é dar continuidade às regras já previstas

na Constituição. Ele disse que, com a instalação dos colegiados, os líderes não terão nenhum tipo de dificuldade para indicar seus integrantes.

"É muito claro que, instalada a comissão mista, o Senado indicará os nomes, e serão indicados pelos líderes, e a Câmara vai indicar através dos líderes. Certamente os líderes de cada partido, como o PSOL, PT, PP vão indicar. Se não indicarem, o presidente tem prerrogativa por meio dessa resolução 01 de indicar esses membros da comissão", afirmou Otto.

O mesmo entendimento tem o senador Cid Gomes (PDT-CE). Questionado se a decisão poderia levar a alguma dificuldade na tramitação das matérias ou até mesmo a caducidade das mesmas, ele se mostrou confiante na solução do impasse.

"A Constituição estabelece que serão comissões mistas compostas de 12 deputados e 12 senadores com os relatórios alternados. Se a Câmara não indicar, a comissão tem como funcionar com 12, porém acho muito pouco provável que o PT não vai indicar os membros da comissão mista para tratar de uma medida provisória, que o maior interessado é o governo. Acho que meu partido, PDT, pelo menos já estou fazendo nesse sentido, indique o seus a quem tiver direito pela representação. Não acredito que haverá sabo-

tagem coletiva disso, até porque a indicação não é do presidente da Câmara, mas sim dos líderes", declarou.

Até mesmo o líder do PL, senador Carlos Portinho (RJ), defendeu a instalação das comissões mistas para analisar as MPs.

"Agente tem que voltar para o rito constitucional e, com canal aberto ao diálogo para podermos construir, de uma forma diferente, através de uma PEC, que garanta a participação da Casa, que não é só a comissão mista, mas os senadores têm direito a metade das relatorias", afirmou.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), advertiu que existem medidas provisórias tramitando há mais de 60 dias, aguardando a retomada do trâmite legal. Para ele, não há melhor caminho do que "andar sob o guarda-chuva da Constituição federal".

"Até porque qualquer MP transformada em projeto de lei sem obediência ao rito constitucional pode ser questionada quanto à sua validade. Então o presidente [o Senado, que é o estilo dele, quis ouvir os líderes. Mesmo estando frustrados por não ter tido o acordo com o presidente da Câmara, fomos unânimes no acolhimento da questão de ordem feita. E que se promover a instalação das comissões", disse o senador.

## DEPREDÇÃO

Marcelo Camargo - ABR



Alexandre abre inquérito

## Moraes manda abrir inquérito sobre atos de Daniel Silveira

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal autorizou a abertura de inquérito para investigar suposto envolvimento do ex-deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ) com os atos golpistas de 8 de janeiro - quando radicais invadiram e depredaram as dependências do Supremo, Congresso e Planalto. O ministro também deu aval para apuração sobre os R\$ 257 mil apreendidos na casa do aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro no início de fevereiro.

Daniel Silveira foi preso no dia 2 de fevereiro, logo depois de perder o foro por prerrogativa de função - o petebista não se reelegera.

Ele foi mandado de volta à prisão após descumprir medidas decretadas no bojo do processo em que foi condenado a pena de oito anos e nove meses por ataques antidemocráticos.

No mesmo dia em que a Polícia Federal capturou Silveira em Petrópolis, no Rio, agentes da corporação vasculharam a casa do ex-parlamentar. Durante a diligência, foram encontrados os R\$ 257 mil em espécie, dentro de uma mochila. Esta, por sua vez, estava em um dos quatro veículos localizados na residência do ex-deputado. Nenhum carro estava registrado em seu nome.

Também no dia 2 de fevereiro, o senador Marcos do Val (Podemos-ES) o acusou de ter se aliado a Bolsonaro para pressioná-lo a participar de um golpe de Estado. O parlamentar deu duas versões sobre o caso.

Em um primeiro momento, Do Val afirmou que teria sido recebido por Bolsonaro numa reunião no Palácio da Alvorada e o então chefe do Executivo teria sugerido que o parlamentar gravasse o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes. Segundo essa versão, Bolsonaro chamou Do Val à residência presidencial para dar a ele essa missão.

Depois de receber ligações do clã Bolsonaro, Do Val mudou o relato. Disse que a ideia não partiu de Bolsonaro, mas de Daniel Silveira. "O que ficou claro para mim foi o Daniel achando uma forma de não ser preso de novo, porque toda hora ele descumpria as ordens do ministro (Moraes). Ficou muito claro que ele estava num movimento de manipular e ter o presidente (Bolsonaro) comprando a ideia dele", afirmou em entrevista coletiva em seu gabinete no Senado.

À Polícia Federal, Do Val afirmou que Silveira teria proposto uma "missão importantíssima" que "entraria para a história": que ele fizesse uma gravação clandestina do ministro Alexandre de Moraes e "conduzisse a conversa" na tentativa de induzi-lo a falar "algo no sentido de ultrapassar as quatro linhas da Constituição". O objetivo seria anular o resultado da eleição e prender o presidente do TSE.

Do Val chegou a alegar que alertou sobre a ilegalidade do grampo e que Daniel Silveira teria respondido que "daria um jeito para tornar a gravação legal", sem especificar como. De acordo com o senador, Bolsonaro ficou calado durante toda a conversa, mas em nenhum momento "negou o plano ou mostrou contrariedade". "A sensação era que o ex-presidente não sabia do assunto e que Daniel Silveira buscava obter o consentimento", narrou.

## ATO GOLPISTA

# Lesa Pátria prende major da PM que ensinou 'táticas de guerrilha' a radicais

A Polícia Federal (PF) abriu na manhã de quinta-feira, 23, a nona etapa da Operação Lesa Pátria para prender preventivamente um major da Polícia Militar do Distrito Federal da reserva suspeito de incitar atos golpistas do dia 8 de janeiro e administrar recursos que financiaram ações antidemocráticas.

Claudio Mendes dos Santos foi capturado em Riacho Fundo, no Distrito Federal. De acordo com a Polícia Federal, ele teria ensinado táticas de guerrilha para os participantes do acampamento golpista montado em frente ao QG do Exército, em Brasília.

A corporação indicou que

o PM é investigado por supostos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido.

A Operação Lesa Pátria é "permanente", segundo a PF. A investigação mira executores, financiadores e incitadores dos atos que culminaram na invasão e depredação das dependências do Planalto, Supremo e Congresso.

Ao todo, 1.187 investigados já foram formalmente denunciados, perante ao Supremo Tri-

bunal Federal, por ligação com a ofensiva antidemocrática do 8 de janeiro. Eles são acusados de crimes como associação criminosa armada; abolição violenta do Estado Democrático de Direito (golpe de Estado); dano qualificado contra o patrimônio da União; e deterioração de patrimônio tombado.

A primeira fase da Operação Lesa Pátria, no dia 20 de janeiro, prendeu cinco suspeitos de participação, incitação e financiamento nos atos golpistas. Entre eles "Ramiro dos Caminhoneiros", Randalfo Antonio Dias, Renan Silva Sena e Soraia Baccio.

Na segunda etapa da força-

ta-referida, policiais prenderam, em Uberlândia (MG), o extremista Antônio Cláudio Alves Ferreira, filmado destruindo um relógio histórico no Palácio do Planalto.

A terceira fase da operação prendeu cinco pessoas, incluindo a idosa Maria de Fátima Mendonça, de 67 anos, que viralizou ao dizer em um vídeo que ia "pegar o Xandão". O sobrinho do ex-presidente Jair Bolsonaro, conhecido como Léo Índio, foi alvo de buscas na mesma etapa.

No dia 3 de fevereiro, a PF abriu a quarta fase ostensiva da investigação e prendeu o empresário conhecido como Márcio Furação, que se filmou ao participar da invasão ao Palácio do

Planalto, e o sargento da Polícia Militar William Ferreira da Silva, conhecido como "Homem do Tempo", que fez vídeos subindo a rampa do Congresso Nacional e dentro do STF.

A oitava etapa da ofensiva teve o maior número de mandados - ao todo, 32 investigados tiveram prisão decretada. A 8ª fase capturou golpistas como a mulher apontada como responsável por pichar a estátua da Justiça localizada em frente ao Supremo Tribunal com a frase "perdeu, Mané" e o homem que teria levado, da Câmara dos Deputados, a bola assinada pelo jogador Neymar.

SENTENÇA

# Lula fala em armação de Moro sobre plano do PCC

O presidente prometeu analisar o caso, já que a juíza, que deu o parecer para o atual senador, não estava nem em atividade

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou na manhã de quinta-feira, 23, que as suspeitas de que uma quadrilha ligada ao PCC pretendia atacar o senador Sérgio Moro (União Brasil), ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, são uma "armação" do ex-juiz federal.

"Quero ser cauteloso. Vou descobrir o que aconteceu. É visível que é uma armação do Moro. Eu vou pesquisar e saber o 'porque' da sentença. Até porque fiquei sabendo que a juíza não estava nem em atividade quando deu o parecer pra ele", disse Lula durante visita ao Complexo Naval de Itaguaí, no Rio de Janeiro.

A Polícia Federal (PF) abriu na manhã de quarta-feira, 22, uma operação batizada 'Sequaz' contra uma quadrilha ligada ao PCC que pretendia atacar servidores públicos e autoridades, planejando assassinatos e extorsões mediante sequestro em quatro Estados e no Distrito Federal. Até o momento, nove investigados foram presos. Moro era um dos alvos da facção, segundo investigadores. Os criminosos se referiam ao ex-juiz com o codinome 'Tóquio'.

A ordem para deflagrar a operação partiu da juíza Gabriela Hardt, que foi substituída de Moro na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba na Operação Lava Jato. Gabriela substituiu Moro à frente dos processos da Lava Jato na capital paranaense após ele deixar a magistratura para entrar na política.

Lula questionou a decisão da juíza e disse querer saber os motivos que levaram à operação. Nas redes sociais, na manhã de quarta, Moro comentou a atuação das forças de segurança. O senador afirmou que ele e sua família estariam entre os alvos de planos de retaliação do PCC.

À época em que Moro era ministro da Justiça, ele coordenou a transferência e isolamento de lideranças da facção para pre-



Lula: "quero ser cauteloso. Vou descobrir o que aconteceu. É visível que é uma armação do Moro. Eu vou pesquisar"

sídios federais.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, repudiou o que chamou de 'narrativas falsas nas redes sociais que tentam vincular' declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o ex-juiz Sergio Moro à Operação Sequaz, que investiga planos de ataque ao senador. "É vil, leviano e descabido fazer qualquer vinculação desses eventos com a declaração. É mau-caratismo tentar politizar uma investigação séria", afirmou.

Dino afirma que soube há 45 dias, pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), do planejamento para a execução de ações violentas. Logo em seguida, acionou a diretoria-geral da PF, relatou. Nessa linha, o ministro argumentou que 'não há como vincular declaração dada por Lula nesta terça, 21, a uma investigação que tem meses'.

O presidente voltou a mostrar descontentamento com o atual nível da taxa de juros e disse que ninguém aguenta mais ficar a cada 45 dias vendo uma parte do país defendendo a taxa de juros alta e outra criticando o patamar. Na visão do presidente, é preciso "encontrar cami-

nhos para que a economia brasileira cresça para além daquela normalidade que todo mundo fala". Lula lembrou que durante os seus mandatos na Presidência de 2003 a 2010 em toda reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) tinha alguém para fazer crítica ao aumento da taxa de juros, a redução ou para falar bem.

"Eu digo todo dia, não tem explicação para nenhum ser humano, no planeta Terra, a taxa de juros no Brasil estar a 13,75%. Não existe explicação, então, como presidente da República, eu não posso ficar discutindo cada relatório do Copom. Não posso. Eles paguem o preço pelo que estão fazendo. A história julgará cada um de nós. A única coisa que eu sei é que a economia brasileira tem que crescer. Nós precisamos gerar emprego. O emprego é a única coisa que garante tranquilidade. Se seu pai trabalha, sua mãe trabalha, se você trabalha, todo mundo ganha um pouco, a economia volta a crescer. É esse país que eu quero construir e é esse país que vamos construir", afirmou, após conhecer o submarino Humaitá, durante

visita na quinta-feira (23) ao Complexo Naval de Itaguaí, na região metropolitana do Rio de Janeiro, onde estão sendo construídos os submarinos do Programa de Submarinos da Marinha (Prosub), considerado estratégico para a defesa nacional.

O presidente disse que ao completar 100 dias de governo será apresentado um novo programa de desenvolvimento para o Brasil. "Quando a gente for anunciar o que aconteceu nos 100 dias, nós vamos apresentar um outro programa de desenvolvimento desse país. Nós temos que fazer estradas, pontes, rodovias, cuidar de saneamento básico, cuidar do tratamento da água, da saúde, da educação. Tem tudo para eu fazer, porque eu vou ficar brigando com os outros. Eu vou fazer. Fui eleito para fazer eu vou fazer", afirmou.

Para Lula, é preciso também acabar com as grandes divergências que têm dividido o Brasil. Segundo o presidente, o país passou os últimos quatro anos em "uma xingação só" e é isso que pretende mudar. "É preciso reverter este país. Então eu vou fazer isso."

MONITORAMENTO

# PCC gastou R\$ 5 milhões para resgatar Marcola

Era janeiro quando o promotor Lincoln Gakiya e o procurador-geral de Justiça de São Paulo, Mário Luiz Sarrubbo, desembarcaram em Brasília. Levavam na bagagem as informações bombásticas de uma testemunha protegida localizada pelo Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado (Gaeco): o senador Sérgio Moro (União Brasil-PR), e sua mulher, a deputada federal Rosângela Moro (União Brasil-SP), e os dois filhos do casal estavam sendo seguidos pela Sintonia Restrita, o setor de operações especiais do PCC.

Havia seis meses que os bandidos comandados por Janeferson Aparecido Mariano, conhecido como Nefo ou NF, receberam a ordem para monitorar o alvo. Alugaram chácaras na região de Curitiba - em uma delas foi construída uma parede falsa em um dos cômodos para esconder armas e dinheiro. Nefo também alugou uma casa perto da residência dos Moro e uma sala comercial ao lado do escritório político do senador, em Curitiba. Os bandidos fotografaram o cotidiano do casal e de seus filhos. Escola, academia, compras e reuniões: tudo foi acompanhado pelos bandidos.

O grupo contava ainda com Reginaldo Oliveira de Sousa, o Ré, integrante da Sintonia Final dos 14, o grupo responsável pelas ordens aos facionados em liberdade. Eles teriam providenciado carros blindados para a ação. Investigadores do caso desconfiam que toda a vigilância sobre a família Moro tinha como mais provável objetivo o sequestro do senador, da deputada e dos filhos, que seriam mantidos reféns em uma das chácaras, para obrigar o Estado a negociar a libertação de Marcola ou sua retirada do sistema penal federal.

"O resgate de Marcola é questão de honra para o PCC. Dinheiro tem de sobra", afirmou o promotor. Gakiya era outro dos alvos do plano do PCC, ao lado de agentes penitenciários e policiais de Mato Grosso do Sul e de Rondônia. O ataque às autoridades era o chamado Plano B da facção. Ele estava pronto para ser executado quando o promotor e Sarrubbo chegaram a Brasília. Além de informar a cúpula da

PF sobre o caso, os dois também avisaram a Polícia Legislativa. Foi quando Moro e sua mulher souberam que eram o alvo dos bandidos e passaram a ser escoltados.

"Nós acreditamos que ele (o plano) só não foi posto em prática porque faltou a ordem do Marcola", afirmou o promotor. Após o alerta dado pelo promotor, a PF passou a monitorar números de telefones e obteve quebras de sigilo para identificar os envolvidos na operação e localizá-los. Antes disso, há dois meses, um dos principais implicados na ação foi detido em São Paulo pelos homens das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) Era Valter Lima Nascimento, o Guinho, outra liderança da Sintonia Restrita.

É Gakiya quem explica o que é a tal sintonia: "Eles são responsáveis apenas por assassinatos e resgates. Não se envolvem em outras atividades, exceto o tráfico de drogas." Nefo e Ré foram presos nesta quarta-feira, 22, durante a Operação Sequaz, da PF. O primeiro estava na região de Campinas, no interior, e o segundo, na Baixada Santista, uma das mais importantes rotas do tráfico internacional de drogas da facção. Em nome de laranjas e familiares, Nefo teria um patrimônio que inclui lancha, carros importados e imóveis. "Coisa de milhões", contou o promotor.

Os atentados contra autoridades como o ex-juiz Moro e o promotor era chamado de Plano B na facção porque o Plano A - o objetivo principal dos bandidos - era o resgate de Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, líder da facção. Há mais de um ano, a inteligência do Departamento Penitenciário Federal (Depen) e a PF acompanhavam as movimentações e diálogos mantidos por Marcola e outros presos da facção na penitenciária federal de Brasília. O plano envolvia o treinamento de mercenários na Bolívia e arremetimento de integrantes do chamado Novo Cangaço para a invasão do presídio e resgate de Marcola.

Em razão da descoberta do plano, o Depen transferiu Marcola em março de 2022 para o presídio federal de Rondônia, onde a organização criminosa traçou um novo planejamento para a fuga de seu líder.

PARCELAS DIÁRIAS

# FAB pagou R\$ 134 milhões a uma empresa da Flórida

Uma empresa com sede na Flórida, nos Estados Unidos, foi contratada pela Força Aérea Brasileira (FAB) para fornecer desde equipamentos de computação até livros e bolas de futebol aos militares. Entre 2018 e 2022, a Aeronáutica gastou R\$ 134 milhões para comprar 56 tipos de itens da mesma companhia. Os desembolsos foram realizados a partir da representação da FAB em Washington. O escritório fez uma sequência de pagamentos quase diários à empresa ao longo de cinco anos, o chamou a atenção de órgãos de fiscalização.

As informações estão em relatório de auditoria preliminar do Tribunal de Contas da União (TCU). O nome da empresa não é citado, mas o caso aparece como exemplo para demonstrar a necessidade de fiscalização sobre R\$19,048 bilhões gastos por escritórios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica no exterior entre 2018 e 2022.

A variedade de itens comprados pela Aeronáutica junto à mesma empresa ligou o

alerta dos auditores porque a prática destoava do que seria possível negociar "em um mercado extremamente competitivo como o norte-americano". Para os técnicos, trata-se de "situação bastante peculiar".

Na reta final do governo de Jair Bolsonaro (PL), Exército, Marinha e Aeronáutica impuseram barreiras ao envio de dados solicitados pelo TCU. O relatório aponta que as Forças Armadas têm criado dificuldades para a auditoria.

Um vaivém de pedidos, negativas e justificativas se arrasta desde o início de 2022. Para negar acesso aos dados, as Forças alegam, entre outras coisas, que as informações solicitadas pelo tribunal esbarram em projetos sensíveis para a segurança nacional.

No entanto, além de o TCU ter competência para acessar tais informações e já as ter obtido em anos anteriores, a fiscalização visa as compras ordinárias, ou seja, as despesas do dia a dia.

O presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, auto-

rizou a viagem de auditores a Washington para uma fiscalização presencial nas compras feitas pelas Forças Armadas.

Com a resistência dos militares, a Corte não consegue avançar com as "análises sobre situações incomuns de alto risco já identificadas" entre as despesas realizadas no estrangeiro. Os militares não abriram os sistemas e informações que dariam aos auditores acesso a bancos de dados que detalham, por exemplo, dinâmicas das licitações e fornecedores participantes das disputas.

"É importante registrar que se pretende acessar dados que nas contratações realizadas no Brasil são públicos", diz a área técnica do TCU. "Pretende-se acessar dados que, nos termos da Lei de Acesso à Informação (LAI), são considerados públicos e objeto de transparência ativa, ou seja, deveriam estar disponíveis a qualquer interessado, e não apenas aos órgãos de controle."

Em um dos episódios da resistência dos militares, a Aeronáutica insistiu para que

fossem indicados os "tipos de dados" buscados pelos auditores no sistema interno, mas sem que os técnicos tivessem conhecimento dos dados produzidos.

"Observa-se uma tentativa de inversão de papéis entre órgão fiscalizador e órgão auditado. Em vez de a equipe de auditoria selecionar e obter os dados de interesse para a fiscalização com base no conhecimento do objeto auditado, é o órgão auditado quem está se colocando para fazê-lo", frisa o relatório.

As dificuldades criadas pelas Forças Armadas chegaram ao plenário do TCU. No início do mês, pedidos da área técnica do tribunal para imposição de prazos começaram a ser analisados.

O ministro Jorge Oliveira, da Corte, pediu adiamento pelo prazo de 60 dias alegando estar em contato com a Defesa para "ajustes possíveis" que atendam aos interesses da fiscalização e "das particularidades que envolvem as questões militares". Oliveira foi indicado ao tribunal pelo então presidente Jair Bolsonaro.

O relator do caso, ministro Weder Oliveira, apelou para que o colega de plenário devolva o processo em menos de dois meses.

"Se fosse possível trazer o processo antes, seria importante.

DESVIOS

# Rocha diz que denunciou suspeitas de corrupção

Quando as negociações e cálculos políticos para a composição da chapa do hoje governador do Acre, Gladson Cameli (PP), tiveram início em 2018, um nome surgiu com força para concorrer como vice: o do policial militar aposentado Wherles Rocha, o Major Rocha (MDB).

Os dois venceram no primeiro turno e quebraram uma hegemonia de duas décadas de governos petistas. O ex-prefeito de Rio Branco, Marcus Alexandre (PT), terminou em segundo lugar, com 34,5% dos votos.

Ex-deputado federal, Major Rocha foi escolhido como vice justamente por ter sido considerado um ativo importante na tentativa de descolar a imagem de Gladson Cameli do PT. O governador fez parte da base das gestões petistas e rompeu com o partido na época do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

Cameli foi reeleito em 2022, novamente no primeiro turno. O policial militar, no entanto, foi substituído na chapa. A mudança não foi uma surpresa para quem acompanha a política no Acre, já que governador e vice se envolveram em uma briga pública ao longo do primeiro mandato.

O ex-vice-governador afirma

que rompeu com Cameli após denunciar suspeitas de corrupção na administração estadual. De acordo com o policial, os dois nunca foram "muito próximos". "Depois eu entendi o porquê da distância, eu era uma pedra no sapato dele", acredita.

Major Rocha alega que, em um primeiro momento, compartilhou suas desconfianças com o governador. "Logo nos primeiros meses do governo surgiram os primeiros indícios de corrupção e eu acreditava que ele não estava envolvido nesse esquema", afirma ao blog. "Eu fiquei esperando alguma atitude dele e ele fugia do assunto."

Um episódio crítico na relação dos dois, lembra Rocha, foi em novembro de 2021, quando ele estava como governador em exercício e exonerou então procurador-geral do Estado, João Paulo Setti, suspeito de envolvimento no desvio de milhões em precatórios. O policial afirma que já havia sugerido a exoneração, mas que Gladson resistia em tirar o procurador do cargo. Assim que retornou ao Estado, após participar da COP26, o governador desfez decisão tomada por seu vice e reconduziu o procurador ao cargo. No mês seguinte,

## CONFUSÃO

# Metroviários afirmam que governo de SP não pretendia liberar catracas

Ribeiro disse que, ao mesmo tempo que comunicava o aceite pela catraca livre, o metrô ingressou na justiça com um pedido de mandado de segurança solicitando a cassação da decisão do TRT

O Sindicato dos Metroviários de São Paulo afirmou que o governador do estado, Tarcísio de Freitas, e a Companhia do Metropolitano (Metrô) mentiram ao dizer que teriam aceitado a proposta dos trabalhadores de liberar as catracas para suspender a greve dos funcionários.

Em greve desde o primeiro minuto de quinta-feira (23), os trabalhadores propuseram ao governo do estado e à companhia de transporte a suspensão da paralisação, caso o sistema de cobrança de passagens fosse desativado enquanto durassem as negociações.

A presidente do sindicato, Camila Ribeiro Duarte Lisboa, afirmou em entrevista no começo da tarde que o metrô enviou, por volta das 8h, uma carta aos trabalhadores afirmando que abria as catracas. Camila Lisboa apontou ainda que o governador publicou em suas redes sociais uma postagem confirmando que o metrô iria liberar a cobrança de passagens.

Segundo ela, ao mesmo tempo que comunicava o aceite pela catraca livre, o metrô ingressou na justiça com um pedido de mandado de segurança solicitando a cassação de decisão, de ontem, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que permitia a liberação do sistema de cobrança de passagem.

"O governador Tarcísio mentiu para a imprensa, mentiu para a população, e mentiu para os metroviários. Ele disse que toparia o desafio da catraca livre e, ao mesmo tempo em que nos disse isso, ele fez um pedido na justiça para cancelar a catraca livre e a justiça atendeu", disse a presidente do Sindicato dos Metroviários.

A presidente do sindicato divulgou a carta, assinada pelo



O metrô disse que os funcionários continuaram a paralisação mesmo com a liberação das catracas e a Justiça determinou o funcionamento do serviço

presidente do Metrô, Paulo Menezes Figueiredo, em que a companhia afirma que liberaria as catracas para suspender a greve dos trabalhadores.

"A Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, frente os termos do Ofício recebido nesta data comunicando o resultado da assembleia ocorrida entre 00h30 e 02h00 no sentido de que a categoria decidiu, por ampla maioria, que se o Metrô aceitasse trabalhar com as catracas livres, voltaria às atividades, se manifesta nos seguintes termos: Considerando a deliberação da categoria, a Companhia informa que liberará as catracas. Para tanto, solicita o retorno imediato de 100% da categoria com a retomada plena das atividades com a maior brevidade

para minimizarmos os transtornos oriundos da paralisação", diz o texto do documento.

De acordo com o sindicato, a carta foi recebida às 8 horas, mas pouco antes, às 07h19, segundo a consulta processual do TRT2, o pedido de mandado de segurança feito pelo Metrô, para cassar a decisão da catraca livre, foi remetido para o juízo plantonista.

"Trata-se de pedido de concessão de medida liminar em sede de mandado de segurança para que se 'a fim de cassar a decisão proferida nos autos da Ação Cautelar Antecedente no que tange a liberação das catracas sob pena de configuração de conduta antissindical, além de se estabelecer que o sindicato e a categoria dos metroviários man-

tenham 100% (cem por cento) do número de trens e empregados em seus postos de trabalho no horário de pico (6h00 às 9h00 - 16h00 às 19h00)", diz o texto do processo.

Em decisão disponibilizada às 10h18, o desembargador Ricardo Apostólico Silva acatou o pedido do Metrô, e casou a decisão anterior que possibilitava a abertura das catracas. "Entendo que o prejuízo à empresa constitui grave dano ao erário público e não pode ser determinada ou tolerada pelo Poder Judiciário, sob pena de se converter em facilitador ao movimento de greve como medida de pressão aos seus interesses, ainda que a pretexto de salvaguardar interesses da sociedade em geral".

Apesar do aceite do governo do estado pela abertura das catracas já ter sido manifestado em carta do Metrô, na decisão, o desembargador afirma que não havia acordo sobre o tema entre as partes.

"E, no caso, não houve comum acordo quanto a possibilidade de liberação das catracas, de forma que a greve não pode ser condicionada a tal situação. Tampouco pode o movimento ser impedido ou esvaziado com eventual determinação de retorno integral às atividades".

O desembargador ressalta ainda que a liberação das catracas poderia afetar negativamente a segurança dos passageiros. "Ademais, eventual liberação das catracas poderia sub-

meter o sistema ao recebimento de usuários acima do regular, diante de evidente migração de passageiros de outros meios de transporte, causando colapso e pondo em risco a segurança dos trabalhadores e dos próprios usuários, além de danos aos equipamentos e estrutura das estações".

Na coletiva, a presidente do sindicato lembrou que já houve outras ocasiões em que o Metrô liberou a catraca, sem afetar a segurança dos passageiros.

"O metrô de São Paulo já liberou catraca algumas vezes. Eu vou relembrar a todos: a última foi na eleição presidencial, no dia 30 de outubro que era um domingo. Outra ocasião que o metrô liberou catraca foi no carnaval; outra ocasião que o metrô liberou catraca foi na época dos atos dos patos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), então o metrô já liberou catraca algumas vezes e não ficou colocada essa ameaça de segurança", disse.

O sindicato ainda apresentou vídeos que mostram funcionários do Metrô prontos para iniciar o funcionamento dos equipamentos na manhã de hoje. No entanto, segundo o sindicato, o início dos trabalhos, com catraca livre, não foi autorizada pelo Metrô.

Em nota, o metrô disse que os funcionários continuaram a paralisação mesmo com a liberação das catracas. "Diante da continuidade da paralisação por parte do Sindicato dos Metroviários mesmo com a liberação das catracas, obtive na manhã de quinta-feira (23) liminar que determina o funcionamento de 80% do serviço do Metrô nos horários de pico (entre 6h e 10h e entre 16h e 20h) e com 60% nos demais horários, durante todo o período de paralisação, com cobrança de tarifa", disse o Metrô em nota.

## ACIDENTE RADIOATIVO

## Justiça dá 30 dias para a Eletronuclear analisar o impacto do vazamento de 2022

A pedido do Ministério Público Federal (MPF), a Justiça Federal em Angra dos Reis (RJ) determinou que a empresa Eletronuclear, que opera a usina nuclear de Angra 1, realize, em até 30 dias, avaliação completa dos danos causados por acidente que lançou água contaminada por material radioativo na baía de Itaorna, em Angra dos Reis, Rio de Janeiro. O vazamento ocorreu em setembro do ano passado, mas a empresa só comunicou o ocorrido aos órgãos de fiscalização 21 dias depois, informou o MPF.

De acordo com a decisão, a Eletronuclear deve fazer a análise completa da possível contaminação de água, solo e ar, bem como de eventuais impactos na saúde humana e na vida das pessoas decorrentes do vazamento. Também deverá divulgar, em 30 dias, informações objetivas sobre o acidente e possíveis impactos, além de seguir as normas e licenças estabelecidas pelos órgãos regulatórios. O processo contra a empresa está tramitando na Vara Única da Subseção Judiciária de Angra dos Reis.



A Eletronuclear deve fazer a análise completa da possível contaminação de água, solo e ar, bem como de eventuais impactos na saúde humana

A liminar foi deferida um dia após o ajuizamento de ação civil pública pelo Ministério Público Federal. Na ação, o MPF questiona a postura da empresa e aponta evidências de que teria havido tentativa de esconder o

vazamento. Segundo o órgão, a demora do comunicado "levanta dúvidas sobre a transparência e a seriedade com que a Eletronuclear trata a questão da segurança e a comunicação de incidentes". O órgão destaca ainda,

a importância de responsabilizar a Eletronuclear em relação ao acidente, com o objetivo de compensar os eventuais danos causados ao meio ambiente e à saúde pública.

De acordo com o procura-

dor da República Aldo de Campos Costa, autor da ação, "informar a extensão e os riscos associados a um acidente radioativo é essencial para a segurança de todos. A transparência deve ser uma regra, não uma exceção,

a fim de que a população confie completamente nas informações divulgadas", afirmou em nota.

Na liminar, a Justiça Federal também determinou que a empresa evite a realização de qualquer atividade que possa agravar a contaminação da água, solo e ar na área afetada pelo acidente, incluindo o descarte inadequado de resíduos radioativos e a utilização de equipamentos e sistemas que apresentem riscos à segurança e à saúde humana.

Procurada, a Eletronuclear informou que os volumes liberados na água "se encontram abaixo dos limites da legislação que caracterizam a ocorrência de um acidente", e por este motivo a empresa tratou o evento como incidente operacional, o que foi registrado em relatórios regulares da empresa. Na semana passada, a Eletronuclear recebeu do Ministério do Meio Ambiente os relatórios de fiscalização e autos de infração provenientes referentes ao assunto, mas informou que vai recorrer da decisão.

## INEXPERIÊNCIA

# Residentes do Hospital das Clínicas reclamam de falta de supervisão

Os residentes já falam em paralisação e denunciaram a situação em carta ao HC, ao Sindicato dos Médicos e ao Ministério Público. O HC afirma checar as informações e diz que as empresas contratadas são avaliadas

José Paulo - CNI



A carta, apócrifa, diz que residentes sem supervisão chegaram a cuidar de quatro salas cirúrgicas simultaneamente no Hospital das Clínicas, sendo que "mesmo um formado não poderia, ética e juridicamente, anestesiá-los mais de um paciente".

**M**édicos residentes do 2º Ano de Anestesiologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (HC-FMUSP) reclamam da contratação de profissionais inexperientes para a supervisão e até de ausência deles em plantões, o que prejudicaria o atendimento dos pacientes. Os residentes já falam em paralisação e denunciaram a situação em carta ao HC, ao Sindicato dos Médicos e ao Ministério Público. O HC afirma estar checando as informações e diz que as empresas contratadas são avaliadas diariamente.

A carta, apócrifa, diz que

residentes sem supervisão chegaram a cuidar de quatro salas cirúrgicas simultaneamente, sendo que "mesmo um formado não poderia, ética e juridicamente, anestesiá-los mais de um paciente". Pacientes neurocríticos foram erroneamente sedados, afirmam, com sevoflurano (medicamento que dá perda de consciência suave) em doses altas, o que "comprovadamente piora o desfecho neurológico pelo aumento da pressão intracraniana".

Os episódios envolveriam também crianças e recém-nascidos "anestesiados por assistentes que há anos não atuam em ambiente de urgência e emergência, e que podem incorrer em inúmeros erros de medicação e condutas".

Segundo os residentes, os casos ocorreram no Pronto-Socorro Cirúrgico do Instituto Central, referência estadual. É neste local onde são realizados os plantões dos estudantes de primeira e segundo ano de residência médica. "É uma experiência ímpar para nós e para os residentes de especialidades cirúrgicas, o que nos prepara para atender pacientes extremamente graves, principalmente politraumatizados", diz outro trecho da carta.

Nesse contexto, residentes afirmam que pacientes são prejudicados, pois não recebem a "assistência necessária, correta e merecida". O texto diz que foram feitos relatos à preceptoria da Residência Médica e aos chefes do ser-

viço, e que outras áreas do hospital, como enfermagem, teriam testemunhado as irregularidades.

O Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo (Simesp) aponta que as reclamações dos médicos residentes do HC se tornaram mais comuns com o avanço da terceirização na contratação de anestesiológicas no local. Segundo a entidade, os anestesiológicos são profissionais que trabalham por plantão, sem prática laboratorial e que ficam à disposição para trabalhar nas cirurgias, o que facilita a terceirização.

Os representantes do sindicato também apontam um prejuízo educacional para os futuros médicos. Afirmam que os profissionais terceirizados

não atuam como preceptores, com compromisso com o ensino, mas apenas como prestadores de serviços.

O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (HC-FMUSP) afirma que as informações apontadas em carta apócrifa estão sendo cheçadas. Segundo a direção, o HC mantém quadro próprio de anestesiológicas, recentemente reforçado por outros profissionais de empresas terceirizadas para garantir a assistência à população, especialmente com a retomada dos procedimentos cirúrgicos eletivos após o período mais crítico da pandemia, em que estes tiveram de ser suspensos.

"As empresas contratadas são especializadas e avalia-

das diariamente pela coordenação do HC, não havendo até o momento nenhuma evidência de queda da qualidade do atendimento prestado aos pacientes", diz o hospital. "O HC garante que todos os protocolos de segurança assistencial são adotados e o número de anestesistas é constantemente ajustado à demanda, prevenindo que o profissional atenda um paciente por vez, conforme Resolução 2174/2017 do Conselho Federal de Medicina."

O centro médico paulistano é referência para todo o Estado de São Paulo e recebe casos de urgência e emergência, incluindo os pacientes transportados pelos helicópteros Águia da Polícia Militar.

## CINEMA

## Mostra Tiradentes leva mais de 25 filmes para serem exibidos no Cinesesc, em SP

A tradicional festival da histórica cidade mineira de Tiradentes, a Mostra Tiradentes desembarca para mais uma edição em São Paulo. A partir de quinta-feira (23) até o dia 29 de março, o evento vai exibir 27 filmes na sala de cinema do Cinesesc, na capital paulista.

Muitos filmes são inéditos em São Paulo, mas já fizeram parte da 26ª edição do festival, ocorrido em janeiro, em Tiradentes. Entre os destaques da programação estão

seis filmes premiados na edição de janeiro. Entre eles, As Linhas da Minha Mão, de João Dumans, que será exibido hoje na abertura do evento. O filme é um documentário experimental, resultado do encontro entre o diretor e a atriz Viviane Ferreira.

Também estarão em exibição os premiados filmes O Canto das Amapolas, de Paula Gaitán; Remendo, de Roger Ghil; Cervejas no Escuro, de Thiago A. Neves; A Filha do Palhaço, de Pedro Dioge-

nes; e Nossa Mãe Era Atriz, de André Novais Oliveira e Renato Novaes.

Outro destaque é o filme A Alegria é a Prova dos Nove, de Helena Ignez, que traz o cantor Ney Matogrosso no elenco.

Além da exibição de longas e curtas-metragens, o festival ainda vai promover 15 bate-papos após as sessões. "A força do cinema brasileiro contemporâneo pode ser conhecida nas edições anuais da Mostra Tiradentes/SP que, em 2023, celebra 11 anos na capital paulista com o propósito de ampliar novos olhares, vozes e exibir um panorama múltiplo da produção audiovisual no Brasil.

Todas as sessões ganham debates após a exibição dos filmes com a presença de realizadores, provocando reflexão sobre as imagens e histórias do cinema como resposta ao seu tempo histórico", disse Raquel Hallak, coordenadora geral da Mostra Tiradentes/SP, por meio de nota.

No debate Cinema da Vela, o tema será o Cinema Mutirão: Laboratórios e Cinema de Grupo de São Paulo, que pre-

tende discutir a situação atual do setor audiovisual brasileiro, fragilizado após as reduções dos incentivos e das políticas de fomento da arte cinematográfica dos últimos anos, pela pandemia do novo coronavírus, que fechou temporariamente as salas de cinema, e pela consolidação dos oligopólios dos streamings. Nesse debate, o cinema paulista contemporâneo será analisado em sua relação com os processos de criação coletiva de outras artes e modos de vida. Os debatedores serão os cineastas Helena Ignez, Leonel Costa e Filipe dos Santos Barrocas e a mediação ficará a cargo do crítico de cinema João Paulo Campos.

A edição em São Paulo também vai sediar o lançamento da publicação Fórum de Tiradentes - Encontros pelo Audiovisual Brasileiro, que ocorrerá na próxima segunda-feira (27) e terá a participação de profissionais do setor audiovisual e entidades de classe.

Mais informações sobre o festival e a programação dos filmes em São Paulo podem ser obtidas no site.

## IPAM

## Brasil registra alta na emissão de gases de efeito estufa em 2021

Em 2021, o Brasil teve o segundo maior aumento de emissões de gases de efeito estufa em um período de quase duas décadas, de acordo com relatório divulgado na quinta-feira (23), pelo Observatório do Clima, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e outras entidades parceiras. Naquele ano, o volume cresceu 12,5% e chegou a 2,4 bilhões de toneladas brutas, inferior apenas ao registrado em 2003, quando subiu 20%.

A amplificação do desmatamento, sobretudo na Amazônia, é o principal da alta, Segundo Ipam. De 2020 para 2021, o total de CO2 equivalente (GtCO2e) que afetou os biomas brasileiros passou de 1 bilhão para 1,19 bilhão de toneladas brutas.

Em 2021, os estados do Pará e do Mato Grosso encabeçam a lista, respondendo, respectivamente, por 18,5% e 11,1% do volume de gases desprendidos na atmosfera. Na sequência, figuram Minas Gerais (6,9%), São Paulo (6,5%) e Amazonas (5,7%), que ultrapassa Rondônia como terceiro estado com mais emissões por desmatamento do país.

O estudo revela que as mudanças do uso da terra são o componente que elevou a maioria das emissões brutas do Brasil, dois anos

atrás. Quando se somam as emissões que derivam de desmatamento de áreas e outras mudanças de uso da terra às que resultam de atividades do agronegócio, constata-se que estas equivalem a 74% de toda a poluição climática registrada em 2021, no país.

"A maior parte das emissões brutas (92%) é causada por alterações de uso da terra, que em sua maioria consistem no desmatamento do bioma Amazônia, que concentram 77% (911 MtCO2e) das emissões brutas do setor em 2021", ressalta o Ipam, em nota.

O documento do SEEG indica que o espalhamento dos gases na atmosfera, no país, foi duas vezes maior do que a média mundial em 2021. A equipe responsável pela medição analisa dados coletados desde 1970 e as consequências das emissões para as metas climáticas que o país estabelece.

O relatório recomenda que o governo federal corrija "imediatamente a 'pedalada' de carbono da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) brasileira, antes reunião da Convenção-quadro das Nações Unidas Sobre Alterações Climáticas (UNFCCC), que acontece em junho de 2023, em Bonn, na Alemanha.

### Gafisa SPE-113 Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 11.165.961/0001-72 / NIRE 35.300.411.889

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os acionistas da Gafisa SPE-113 Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, em formato híbrido, fisicamente no endereço da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 3º Andar, Bloco 2, Conjunto 32, Condomínio Edifício São Luiz, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-900, ou telepresencialmente acesso ao link disponibilizado por e-mail para participação remota, com envio no endereço eletrônico cadastrado do acionista em até 24 (vinte e quatro) horas da realização da Assembleia, a ser realizada no dia 03 de abril de 2023, às 17h00, em primeira convocação, e às 17h30, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** (i) Deliberar e aprovar, nos termos da Cláusula 12.4 do Acordo de Acionistas da Companhia, sobre a renúncia e eleição de membros da Diretoria indicados pela acionista Gafisa S.A.; e (ii) A ratificação das publicações legais da Companhia no Jornal Diário Comercial. **Informações Gerais:** O acionista ou seu representante legal deverá comparecer munido de documento que comprove sua identidade ou enviá-lo, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da data da Assembleia, para o e-mail [wdoliveira@gafisa.com.br](mailto:wdoliveira@gafisa.com.br). Na hipótese de representação do acionista por procurador, os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia a que se refere o presente Edital devem ser depositados na sede da Companhia ou enviados para o e-mail supracitado até 31 de março de 2023.

São Paulo, 22 de março de 2023

Atenciosamente,  
Gafisa SPE-113 Empreendimentos Imobiliários S.A.  
Administração









continuação

Concessionária do VLT Carioca S.A.

CNPJ/MF nº 18.201.378/0001-19

19. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.).

Table with columns: Ativo, Valor justo através do resultado, Nível, 2022, 2021. Rows include Caixa e bancos, Aplicações financeiras, Custos amortizados, Passivos, Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Valores líquidos dos custos de transação. Instrumentos financeiros derivativos: As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2022, têm por objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo.

Table with columns: Data de vencimento, Moeda local Recebidos/(Pagos), Resultado 2022, 2021, Perda em resultado 2022, 2021. Rows include NDF - risco de câmbio, Posição Ativa.

Table with columns: Nome, Cargo. Rows include Ary Azevedo Franco Neto, Gustavo Marques do Canto Lopes, Luciano José Porto Fernandes, Marcio Magalhães Hannas.

Table with columns: Nome, Cargo. Rows include André Luis Pereira Costa, Márcio Magalhães Hannas.

Table with columns: Nome, Cargo. Rows include Ary Azevedo Franco Neto, Gustavo Marques do Canto Lopes, Luciano José Porto Fernandes, Marcio Magalhães Hannas.

Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Table with columns: Operação, Risco, Moeda em 31/12/2022. Rows include Fornecedores, Efeito de ganho ou perda.

(1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação; e (2) Refere-se à taxa de venda das moedas em 31/12/2022, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Análise de sensibilidade de variações: Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de fornecedores estrangeiros sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras.

Table with columns: Risco, Exposição em R\$, Cenário provável, Cenário A 25%, Cenário B 50%. Rows include Efeito sobre os financiamentos, Efeito sobre as aplicações financeiras, Selic over.

Table with columns: Saldo Inicial, Variações dos fluxos de caixa de financiamento, Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento. Rows include Pagamentos de principal e juros, Liquidação com operações de derivativos, Integralização de capital.

21. Eventos subsequentes: Termo Aditivo n.º 7 - VLT Carioca: Em 11 de janeiro de 2023, foi celebrado o 7º aditivo contratual entre a Companhia e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

Table with columns: Risco, Exposição em R\$, Efeito em R\$ no resultado. Rows include Efeito sobre as obrigações parceladas, Efeito sobre os mútuos, As taxas de juros consideradas foram.

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo; Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável; (2) Taxa de 31/12/2022, divulgada pela B3, onde os passivos atrelados ao CDI são maiores que as aplicações financeiras, consideramos o aumento da taxa CDI para calcular os cenários de estresses.

Table with columns: Fornecedores, Contas a receber do Poder Concedente, Efeito no caixa líquido das atividades operacionais, Efeito no caixa líquido das atividades de investimento, Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento.

Table with columns: Financiamentos AFAC - partes relacionadas, Capital Social, Arrendamento, Operação com derivativos, Total. Rows include Saldo Inicial, Variações dos fluxos de caixa de financiamento, Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento.

Table with columns: Nome, Cargo. Rows include Marcus Vinicius Figur da Rosa, Pedro Paulo Archer Sutter, Roberto Penna Chaves Neto, Roberto Vollmer Labarthe.

Table with columns: Nome, Cargo. Rows include Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti.

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária do VLT Carioca S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do VLT Carioca S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante.

tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023. KPMG Auditores Independentes Ltda. Alyster Suusmann Pere. CRC 2SP014428/O-6 Contador CRC 1SP230426/O-9

APOLLO TUBOS E EQUIPAMENTOS S.A. CNPJ/ME nº 33.017.088/0001-03 NIRE nº 33.3.0004299-7

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2023

Local e Hora: Realizada por videoconferência, às 11:00 horas. Presença: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Companhia"). Registra-se, ainda, a participação dos Srs. Rafael Alcides Raphael e Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares (Diretores da Companhia). Convocação: Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Mesa: Antônio Joaquim Peixoto de Castro Palhares - Presidente; e Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares - Secretário. Ordem do Dia: Deliberar sobre a proposta de modernização do Código de Ética e Conduta e da Política Anticorrupção da Companhia, relativamente aos Brindes, Presentes e Hospitalidades. Deliberações: Primeiramente, foram declarados abertos os trabalhos da reunião e lida a ordem do dia, tendo o Presidente esclarecido aos demais Conselheiros que a ata que se refere esta reunião será lavrada na forma sumária, facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências, na forma da lei. Foi apresentado pela Diretoria e debatido com os membros do Conselho de Administração o material relativo à proposta de alteração de disposições do Código de Ética e Conduta e Política Anticorrupção da Companhia, de modo a aprimorar as regras relativas ao oferecimento e recebimento de Brindes, Hospitalidades e Presentes. A Diretoria apresentou ao Conselho de Administração, ainda, minuta do Aditivo 01/2023 Código de Ética e Conduta e Política Anticorrupção da Companhia ("Aditivo 01/2023") destacando suas principais alterações e respectivas justificativas. Após debates e esclarecimentos relativos ao Aditamento 01/2023, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade de votos, todos os seus termos e autorizou a Diretoria a tomar todas as providências necessárias para a sua implementação e com vigência a partir da sua publicação nos veículos próprios, cuja minuta ora vista pelo Presidente e pelo Secretário da reunião ficará arquivada na sede da Companhia juntamente com a presente ata. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se antes a presente ata em livro próprio que, lida e achada conforme, foi devidamente assinada pelos Conselheiros presentes. Conselheiros Presentes à reunião: Antônio Joaquim Peixoto de Castro Palhares - Presidente do Conselho de Administração; Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares - Vice-Presidente do Conselho de Administração; Carlos Eduardo de Sá Baptista; Alcides Moraes Filho; e Carlos Alberto Silva Lopes - Membros do Conselho de Administração. Documentos Arquivados: Todos os documentos que suportaram a presente reunião encontram-se arquivados na sede da Companhia. Certificado que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023. Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares - Secretário da Reunião. Jucerja em 22/03/2023 sob o nº 5383250. Jorge Paulo Magdalenho Filho - Secretário Geral.

NAVARRA RJ SERVIÇOS ONCOLÓGICOS S.A. CNPJ/MF nº 33.495.365/0001-93 - NIRE 333.0033.032-1 EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da NAVARRA RJ SERVIÇOS ONCOLÓGICOS S.A., localizada na Estrada Francisco da Cruz Nunes, 5.599, Parte, Itaipu, CEP: 24.340-000, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro ("Companhia") convocados, na forma do artigo 11º, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social") e da Cláusula 3.3 do Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado em 27 de dezembro de 2019 ("Acordo de Acionistas"), a integrar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGO") que se realizará às 10:00 horas do dia 03 de abril de 2023, na sede da Companhia, a fim de deliberar as seguintes matérias: (i) Tomar as contas dos administradores da Companhia; (ii) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração e da proposta da administração da Companhia acerca da destinação do resultado apurado no exercício; e, (iii) Remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023. Observações Gerais: 1. Nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1975 ("Lei das Sociedades por Ações"), a Companhia disponibiliza aos Acionistas os documentos relacionados aos itens incluídos na ordem do dia mencionada acima. 2. Observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, solicita-se aos Acionistas que se fizerem representar por procuração a entrega de mandato e dos documentos que comprovam os poderes do respectivo representante legal, preferencialmente com antecedência de 5 (cinco) dias da data de realização da AGOE. Niterói/RJ, 24 de março de 2023. Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva Presidente do Conselho de Administração

PRÁTICOS DO RIO SOCIEDADE DE PRATICAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA CNPJ 09.646230/0001-05 Assembleia dos Sócios Convocação Assembleia Geral Ordinária 2023 Pelo presente EDITAL, ficam os senhores sócios da PRÁTICOS DO RIO SOCIEDADE DE PRATICAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA., convocados para a Assembleia Geral Ordinária 2023 que se fará realizar em 19 de abril de 2023 em sua sede na Rua Dom Gerardo, nº 63, sala 1806, Centro, Rio de Janeiro - RJ, em 1ª Convocação às 14h, com o quórum legal e em 2ª Convocação às 14h30, com qualquer número de sócios, para apreciar a seguinte Ordem do Dia: 1 - Aprovação de Contas do Balanço Patrimonial de 2022. 2 - Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 20 de março de 2023. a) Ricardo Rangel Ferreira, sócio.

GPC QUÍMICA S.A. CNPJ nº 90.195.892/0001-16 NIRE nº 33.3.0028844-9

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2023

Local e Hora: Realizada por videoconferência, às 10:00 horas. Presença: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da GPC Química S.A. ("Companhia"). Registra-se, ainda, a presença dos Srs. Rafael Alcides Raphael e Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares (Diretores da Companhia). Convocação: Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. Mesa: Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares - Presidente; Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares - Secretário. Ordem do Dia: Deliberar sobre a proposta de modernização do Código de Ética e Conduta e da Política Anticorrupção da Companhia, relativamente aos Brindes, Presentes e Hospitalidades. Deliberações: Primeiramente, foram declarados abertos os trabalhos da reunião e lida a ordem do dia, tendo o Presidente esclarecido aos demais Conselheiros que a ata que se refere esta reunião será lavrada na forma sumária, facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências, na forma da lei. Foi apresentado pela Diretoria e debatido com os membros do Conselho de Administração o material relativo à proposta de alteração de disposições do Código de Ética e Conduta e Política Anticorrupção da Companhia, de modo a aprimorar as regras relativas ao oferecimento e recebimento de Brindes, Hospitalidades e Presentes. A Diretoria apresentou ao Conselho de Administração, ainda, minuta do Aditivo 01/2023 Código de Ética e Conduta e Política Anticorrupção da Companhia ("Aditivo 01/2023") destacando suas principais alterações e respectivas justificativas. Após debates e esclarecimentos relativos ao Aditamento 01/2023, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade de votos, todos os seus termos e autorizou a Diretoria a tomar todas as providências necessárias para a sua implementação e com vigência a partir da sua publicação nos veículos próprios, cuja minuta ora vista pelo Presidente e pelo Secretário da reunião ficará arquivada na sede da Companhia juntamente com a presente ata. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se antes a presente ata em livro próprio que, lida e achada conforme, foi devidamente assinada pelos Conselheiros presentes. Membros Presentes à Reunião: Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares - Presidente do Conselho de Administração; Carlos Eduardo de Sá Baptista - Vice-Presidente do Conselho de Administração; Antônio Joaquim Peixoto de Castro Palhares; Alcides Moraes Filho e Carlos Alberto Silva Lopes - Membros do Conselho de Administração. Documentos Arquivados: Todos os documentos que suportaram a presente reunião encontram-se arquivados na sede da Companhia. Certificado que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023. Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares - Secretário da Reunião. JUCERJA em 17/03/2022 sob o nº 5375813. Jorge Paulo Magdalenho Filho - Secretário Geral.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6379-B26A-32C8-587A.



NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. - CNPJ 42.736.102/0001-10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs. Acionistas e Administradores da NAV BRASIL - SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião sem modificação: Examinamos as demonstrações financeiras da NAV BRASIL - SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e da NAV BRASIL - SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para Opinião sem modificação: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à NAV BRASIL - SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Bens recebidos da união em transação não formalizada. Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 3.q, nº 10 nº 22 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém registrado em contas de compensação no ativo e no passivo o montante de R\$ 27.348 mil, líquidos da depreciação acumulada (R\$ 32.038 mil em 2021) relativos à bens de propriedade da União que são mantidos em suas dependências e se relacionam à prestação de serviços de navegação aérea, que foram vertidos à Nav Brasil em atendimento da Lei nº 13.903/2019 que autorizou a criação da Companhia a partir da Cisão da INFRAERO, mas que ainda não foram objeto de termo de concessão ou cessão entre a União e a Companhia que estabeleça condições relativas à atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição e/ou retirada desses bens. Dessa forma, em razão da inexistência de atos formais do Comando da Aeronáutica no sentido de efetivar a transferência da propriedade desses bens à Companhia e/ou que estabeleça os tratamentos operacionais e contábeis a serem adotados, a Administração da Companhia optou por manter a política de reconhecimento contábil desses ativos em contas de compensação, assim como já era praticado pela INFRAERO, até que se tenha consistência a transação entre a União e a Nav Brasil. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esses assuntos. Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado. As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da

Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício e períodos anteriores. O exame do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparabilidade, foram conduzidos sob responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 23 de março de 2022, contendo ressalvas decorrentes do não acompanhamento do inventário físico de estoques, cujo saldo estava apresentado pelo montante de R\$ 7.103 mil, em razão de a sua contratação ter ocorrido após o fechamento do exercício em 31 de dezembro de 2021 e em virtude da não disponibilização das análises que suportassem o saldo de R\$ 7.471 mil relativo à rubrica Outras contas a pagar - diversos. Tais ressalvas não são mais necessárias, tendo em vista que os estoques foram inventariados com acompanhamento da auditoria durante o exercício de 2022, bem como as referidas conciliações relativas à rubrica outras contas a pagar - diversos, foram preparadas e apresentadas pela Administração da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esses assuntos. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade

de supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba PR, 21 de março de 2023. Bazzaneze Auditores Independentes S/S - CRC-PR Nº 3.942/O-6 Ediclei Cavalheiro de Avila Contador CRC-PR 057250/O-9 T-RJ CNAI 5344 Karini Leticia Bazzaneze - Contadora CRC-PR 51096/O-0 PR - CNAI 6254

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de março de 2023, o Conselho Fiscal da Nav Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras, da Distribuição do Resultado do Exercício 2022, a proposta de Aumento de Capital Social e alteração do Art. 9º, do Estatuto Social da Empresa, a Proposta de Orçamento de Capital Plurianual de 2023 a 2027, a manifestação do Comitê de Auditoria, e o Relatório de

Auditores Independentes, esse último emitido pela Bazzaneze Auditores Independentes S/S, sem ressalvas, e elaborado de acordo com as normas de auditorias aplicáveis no Brasil e Complementação de dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2021. Com base nos esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e nas análises realizadas pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício de 2022, este Conselho, por unanimidade, opina que os documentos apresentados refletem adequadamente, em todo os aspectos relevantes, a situação patrimonial,

financeira e de gestão da Companhia, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionista da Nav Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A a ser realizada em 25 de abril de 2023. Rio de Janeiro, 21 de março de 2023. GILSON ALVES DE ALMEIDA JUNIOR - Presidente REGIS XAVIER HOLLANDA - Conselheiro MAURO ROMA CARDOSO DE BARROS - Conselheiro ANA LUCIA DE JESUS SILVA - Secretária

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 41.508.382/0001-46 - NIRE nº 33.3.0033749-1 EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DÉBENTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A. Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação (em conjunto, "Debenturistas") da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Rodovias do Brasil Holding S.A. ("Emissão", "Debêntures" e "Companhia", respectivamente), emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Rodovias do Brasil Holding S.A.", celebrado em 11 de maio de 2021, entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), conforme aditado em 17 de maio de 2021 ("Escritura de Emissão") para se reunirem em 1ª (primeira) convocação, no dia 13 de abril de 2023, às 11:00 horas, em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, por meio da plataforma "Microsoft Teams", com o link de acesso a ser encaminhado pela Companhia aos Debenturistas habilitados, nos termos do artigo 70, inciso I, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre as seguintes Ordens do Dia: (1) a autorização para a alteração do Anexo I da Escritura de Emissão, a fim de alterar a definição de Serviço das Dívidas, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Serviço das Dívidas = valores pagos a título de juros e principal das Debêntures, incluindo eventual ajuste positivo ou negativo de swap de indexador relacionado à operação de swap nº SWP000EXQ8Q realizada em 14 de maio de 2021 decorrente do Contrato Global de Derivativos celebrado em 10 de maio de 2021 entre a Companhia e o Banco BTG Pactual S.A., e de quaisquer outras dívidas, empréstimos, financiamentos, debêntures e demais títulos de dívida da Companhia dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD"; (2) a autorização para a alteração da Cláusula 6.3(ii) do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avênças", celebrado em 11 de maio de 2021 entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária"), a fim de alterar a definição de Prestação do Serviço da Dívida das Debêntures, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Prestação do Serviço da Dívida das Debêntures" significa, conforme aplicável de acordo com a respectiva data de apuração, até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, o valor estimado para as parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures e de pagamento dos Juros Remuneratórios nos próximos 12 (doze) meses, incluindo eventual ajuste positivo ou negativo de swap de indexador relacionado à operação de swap nº SWP000EXQ8Q decorrente do Contrato Global de Derivativos celebrado em 10 de maio de 2021 entre a Emissora e o Banco BTG Pactual S.A., calculados nos termos da Escritura de Emissão"; (3) a autorização para a alteração da Cláusula 6.3.1 do Contrato de Cessão Fiduciária, a fim de estabelecer a fonte da projeção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o cálculo do eventual ajuste positivo ou negativo de swap de indexador, de forma que referida cláusula passará a vigorar com a seguinte redação: "6.3.1. O cálculo dos montantes a serem mantidos na Conta Vinculada para fins do cálculo do Saldo Mínimo da Conta Vinculada dependerá do valor da Prestação do Serviço da Dívida das Debêntures devida nos próximos 12 (doze) meses. O valor estimado para as parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures e de pagamento dos Juros Remuneratórios será estimado pelo Agente Fiduciário, considerando a Taxa Di Over (conforme definido na Escritura de Emissão) disponível à época da apuração, e o ajuste positivo ou negativo de swap de indexador deverá ser calculado com base nas projeções mais recentes dos valores médios das expectativas de mercado para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA), consolidadas e publicadas pelo Banco Central do Brasil, disponível em https://www3.bcb.gov.br/expectativas2/#/consultaSeriesEstatisticas, na maior periodicidade disponível para o período de cálculo."; (4) a autorização à Companhia para praticar, em conjunto com o Agente Fiduciário, todos os demais atos eventualmente necessários de forma a refletir as deliberações tomadas de acordo com os itens (1), (2) e (3) acima, incluindo a celebração de aditamento à Escritura de Emissão e ao Contrato de Cessão Fiduciária. Informações Gerais: Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma "Microsoft Teams" deverão solicitar o cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio do endereço eletrônico "andre.y@rdholding.com.br", com cópia para o Agente Fiduciário por meio do endereço eletrônico "af.assembleias@oliveiratrust.com.br", preferencialmente com antecedência de até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. Nos termos do artigo 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação e do voto a distância durante a AGD, por meio da plataforma "Microsoft Teams", também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, conforme modelo disponibilizado pela Companhia no seu website "www.rdholding.com.br" e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), observado que a instrução de voto deverá ser enviada à Companhia e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos "andre.y@rdholding.com.br" e "af.assembleias@oliveiratrust.com.br", com antecedência de até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Nos termos do artigo 126 e 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para participar da AGD ou enviar instrução de voto, os Debenturistas deverão encaminhar à Companhia e ao Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador (Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante atualizado da titularidade das Debêntures, expedido pela instituição escrituradora, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGD; e (iii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto. O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecerá à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital. As pessoas naturais Debenturistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGD por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas Debenturistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Válida a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o Debenturista receberá da Companhia, até 24 horas antes da AGD, as instruções para acesso à plataforma "Microsoft Teams". Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail "andre.y@rdholding.com.br", com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Qualquer dúvida, os Debenturistas poderão contatar a Companhia diretamente pelo e-mail "andre.y@rdholding.com.br" e/ou pelo telefone (11) 99236 1827, ou com o Agente Fiduciário, por meio do e-mail "af.assembleias@oliveiratrust.com.br". A administração da Companhia reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente no modo digital. Na data da AGD, o link de acesso à plataforma "Microsoft Teams" estará disponível a partir de 10 (dez) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 10 (dez) minutos de antecedência. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da AGD ainda que não realizem o cadastro prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos em até 30 (trinta) minutos antes do início da AGD, conforme artigo 72, § 2º, da Resolução CVM 81. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia por meio de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da Assembleia, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, §4º, II da Resolução CVM 81. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://webapp.oliveiratrust.com.br/home), da Companhia (www.rdholding.com.br) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pl-br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. Rio de Janeiro, 23 de março de 2023. Nome: André de Paula Yusiasu; Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

EFEITOS COLATERAIS

Indústria altera dosagem e reduz hormônios em métodos contraceptivos



A gravidez deve ser uma escolha. Para adiar ou evitar a gestação, os métodos contraceptivos são importantes.

A gravidez deve ser sempre uma escolha livre. Para adiar ou evitar a gestação, os métodos contraceptivos são importantes alternativas. No entanto, a escolha ainda pode causar dúvidas e gerar inseguranças. "Após o desenvolvimento da primeira pílula contraceptiva em 1960, a indústria buscou ampliar os métodos contraceptivos e modificou as dosagens medicamentosas, para conseguir a mínima dosagem hormonal capaz de ter a devida ação. Essa mudança ajudou a reduzir os efeitos colaterais nas mulheres, sem perder a eficácia do produto", explica Anamarya Rocha, ginecologista e sexóloga, da clínica JK Estética Avançada. A profissional defende a escolha consciente do método contraceptivo para "mulheres em idade reprodutiva (que já menstruam), que iniciaram ou iniciarão as atividades sexuais". Nesse aspecto, ela destaca a importância de conhecer as opções disponíveis, hormonais e não hormonais, que se dividem em medicamentos, procedimentos, dispositivos e comportamentos. "Os métodos contraceptivos não hormonais mantêm a ovulação feminina. Portanto, quem os utiliza permanece com seus ciclos menstruais, caso não sofra de alguma doença hormonal, como a síndrome dos ovários policísticos, por exemplo", explica a ginecologista, que também é espe-

cialista em estética íntima. Entre essas opções, os preservativos masculino ou feminino são os mais populares, além de únicos capazes de prevenir, ainda, as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), como HIV/aids e hepatites virais B e C, por exemplo. Por isso, a recomendação é fazer o uso tanto para a penetração vaginal, quanto anal e oral. Anamarya aconselha que esse tipo de contraceptivo de barreira seja associado a outros métodos. "Com exceção do DIU de cobre ou cobre com prata, o risco de falha dos métodos contraceptivos não hormonais é maior em relação às opções hormonais", explica. Além do preservativo, o grupo livre de hormônios inclui: espermicida, esponja contraceptiva, capuz cervical e diafragma; opções devem ser inseridas no fundo da vagina pela própria mulher. Nesse grupo, o destaque de eficácia é para os DIUs de cobre ou cobre com prata; ambos são inseridos no útero por um ginecologista, após a realização de alguns exames. A médica reforça que "os métodos hormonais, embora alterem os ciclos menstruais, são os que têm altas taxas de eficácia na prevenção da gravidez". As opções incluem pílula anticoncepcional (medicamento oral), DIU de Mirena ou Kyleena (inserido no útero, em consultório ginecológico), injeções mensais e trimestrais, implante (impante-

subdérmico), anel vaginal (inserido na vagina), adesivo contraceptivo (colado na pele) e outras opções recentes de implantes hormonais. A escolha dos métodos hormonais requer indicação ginecológica, a partir de avaliações individuais. Segundo Anamarya, é preciso considerar alguns fatores, como "fluxo menstrual, presença de doença de base como a endometriose, o planejamento de ter ou não filhos a longo ou a curto prazo, se há alguma dificuldade para lembrar de tomar o medicamento, se sofre ou não de TPM [tensão pré-menstrual], se possui alguma alteração na libido ou no desejo sexual, entre outros". Para escolher o melhor para si, deve-se considerar as especificidades de cada opção e relacioná-las com suas próprias expectativas e realidades. Por isso, a ginecologista garante que "não existe o melhor método contraceptivo". "O que podemos concluir é que há métodos mais eficazes e outros menos, hormonais ou não hormonais, de longa ou curta duração, que protegem ou não contra ISTs. A escolha do melhor método para cada mulher deverá ser individualizada, baseada em suas necessidades, desejos e eficácia. Converse com seu (ua) ginecologista, ele (a) entenderá suas necessidades e te ajudará a fazer a escolha que melhor se encaixa em sua rotina", reitera Anamarya.

## ESCEX EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ: 17.765.891/0001-70

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO:** Apresentamos a V.Sas as Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/22 e 31/12/21. Rio de Janeiro, 23/02/2023. A Administração.

Balanços Patrimoniais (Em R\$ mil)		Controladora		Consolidado																																																																																	
		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21																																																																																
<b>Ativo Circulante</b>	<b>76.003</b>	<b>233.424</b>	<b>709.905</b>	<b>629.544</b>																																																																																	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	17.417	174.780	219.488	199.851																																																																																	
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	—	14.592	113.690	100.438																																																																																	
Contas a receber de clientes (Nota 6)	4.541	6.828	161.242	142.298																																																																																	
Estoques (Nota 8)	25.874	12.976	78.605	56.353																																																																																	
Impostos a recuperar (Nota 9)	19.869	10.709	101.770	88.987																																																																																	
Adiantamento diversos (Nota 10)	8.302	13.539	31.416	36.163																																																																																	
Despesas antecipadas	—	—	3.694	5.454																																																																																	
Ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 2.2c)	—	—	—	—																																																																																	
	20.215	—	11.538	—																																																																																	
<b>Não circulante</b>	<b>1.496.960</b>	<b>1.041.071</b>	<b>2.656.529</b>	<b>2.675.494</b>																																																																																	
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>795.495</b>	<b>1.149.263</b>	<b>655.861</b>	<b>689.385</b>																																																																																	
Depósito judicial (Nota 21)	8.124	7.135	20.490	14.968																																																																																	
Garantia para perdas tributárias, trabalhistas e civis (Nota 21)	—	—	—	—																																																																																	
Partes relacionadas (Nota 11)	243.908	581.777	27.721	35.512																																																																																	
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 28)	—	—	61.970	40.342																																																																																	
Outras contas a receber (Nota 7)	543.463	560.351	545.680	562.278																																																																																	
Investimentos (Nota 12)	1.301.163	867.999	—	—																																																																																	
Imobilizado (Nota 13)	18.727	22.660	550.313	463.706																																																																																	
Intangível (Nota 14)	171.253	149.591	1.473.801	1.529.202																																																																																	
Ativos de direito de uso (Nota 17)	5.817	821	632.415	682.586																																																																																	
<b>Total do ativo</b>	<b>2.388.673</b>	<b>2.423.758</b>	<b>4.033.833</b>	<b>3.994.423</b>																																																																																	
Passivo e patrimônio líquido		Controladora		Consolidado																																																																																	
Circulante		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21																																																																																
Fornecedores	22.909	4.967	64.990	63.692																																																																																	
Obrigações trabalhistas (Nota 15)	30.131	35.560	166.095	171.937																																																																																	
Obrigações tributárias (Nota 16)	1.349	1.817	31.179	52.170																																																																																	
Adiantamento de clientes	—	—	66.279	89.449																																																																																	
Arrendamentos (Nota 17)	1,264	219	107.966	77.490																																																																																	
Aquisição de participações societárias (Nota 18)	12.814	10.000	72.793	75.220																																																																																	
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	24.004	1.688	105.321	79.861																																																																																	
Parcelamentos tributários (Nota 20)	1,548	1,811	1,567	3,468																																																																																	
Dividendos a pagar (Nota 22(g))	—	41,451	—	41,451																																																																																	
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda (Nota 2.2c)	—	—	—	24,376																																																																																	
<b>Não circulante</b>	<b>1.328.139</b>	<b>1.248.611</b>	<b>2.421.118</b>	<b>2.258.657</b>																																																																																	
Aquisição de participações societárias (Nota 18)	503.511	523.283	544.737	588.634																																																																																	
Outros adiantamentos	4.000	—	—	—																																																																																	
Partes relacionadas (Nota 11)	64.070	87.173	—	—																																																																																	
Arrendamentos (Nota 17)	4,873	155	595,464	688,708																																																																																	
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	678,498	398,121	924,019	567,876																																																																																	
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 28)	66,408	115,679	196,316	247,060																																																																																	
Instrumentos financeiros (Nota 18)	—	—	36,906	36,906																																																																																	
Parcelamentos tributários (Nota 20)	5,084	5,974	13,354	16,530																																																																																	
Participação em passivo a descoberto - controladas (Nota 12)	—	154	117,752	—																																																																																	
Provisão de desmobilização	—	401	93,136	60,893																																																																																	
Provisões para causas judiciais (Nota 21)	—	1,140	13,186	50,285																																																																																	
Outros títulos a pagar	—	—	1,765	—																																																																																	
<b>Patrimônio líquido (Nota 22)</b>	<b>966.515</b>	<b>1.077.634</b>	<b>972.149</b>	<b>1.081.028</b>																																																																																	
Capital social	669.776	660.985	669.776	660.985																																																																																	
Reservas de capital	324.927	319.157	324.927	319.157																																																																																	
Reservas de lucros	7.412	54.533	7.412	54.533																																																																																	
Custo com captação de recursos	(10.184)	(10.184)	(10.184)	(10.184)																																																																																	
Ações em tesouraria	(5.964)	(5.964)	(5.964)	(5.964)																																																																																	
Outros resultados abrangentes	(19.452)	(19.452)	(19.452)	(19.452)																																																																																	
Dividendos adicionais (Nota 22(g))	—	78,549	—	78,549																																																																																	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.388.673</b>	<b>2.423.758</b>	<b>4.033.833</b>	<b>3.994.423</b>																																																																																	
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.</b>																																																																																					
<b>1. Contexto operacional:</b> A EscEx Educação S.A. ("Companhia" ou "Grupo Salta") é uma empresa de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, Brasil, controlada por Gera Participações S.A. (nota 22(a)), que atua, em conjunto com as suas controladas (conjuntamente, "o Grupo"), em duas principais frentes de negócio relacionadas à prestação de serviços educacionais (ensino infantil, ensino fundamental e médio) e venda de material didático socioemocional. <b>Evento operacional relevante que impactou as demonstrações financeiras no exercício, findo em 31 de dezembro de 2022. Conclusão da Reestruturação societária - "Escolas Globais":</b> Carve-out dos ativos e passivos que compõe o Centro Educacional Leonardo DaVinci e constituição da empresa Escola Vitruviano Ltda. Em 19 de maio de 2022, o Grupo Salta, através do seu acionista SSEServiçosEducaçãoLtda., constituiu por meio de uma <i>Carve-out</i> (cisão) do seu patrimônio líquido a empresa Escola Vitruviano Ltda. O <i>Carve-out</i> é composto pelo acervo líquido dos ativos, passivos, bens, direitos e obrigações que compõem o Centro Educacional Leonardo DaVinci e estão demonstrados a seguir:																																																																																					
<table border="0" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 33%;"></td> <td style="width: 33%; text-align: center;"><b>Escola Vitruviano</b></td> <td style="width: 33%; text-align: center;"><b>Escola Vitruviano</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;"><b>31/05/22</b></td> <td style="text-align: center;"><b>31/05/21</b></td> </tr> <tr> <td><b>Ativo Circulante</b></td> <td><b>5.041</b></td> <td><b>1.441</b></td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>Arrendamento</td> <td>5.870</td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>961</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Adiantamento</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Não circulante</b></td> <td><b>21</b></td> <td><b>54.490</b></td> </tr> <tr> <td>Arrendamentos</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Realizável a longo prazo</b></td> <td><b>52.629</b></td> <td><b>20</b></td> </tr> <tr> <td>Imobilizado</td> <td>Capital social</td> <td>3.169</td> </tr> <tr> <td>Diferido</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Total do ativo</b></td> <td><b>61.821</b></td> <td><b>61.821</b></td> </tr> <tr> <td colspan="3"><b>Passivo e patrimônio líquido</b></td> </tr> <tr> <td colspan="3"><b>Circulante</b></td> </tr> <tr> <td colspan="3">Arrendamentos</td> </tr> <tr> <td colspan="3"><b>Não circulante</b></td> </tr> <tr> <td colspan="3">Capital social</td> </tr> <tr> <td colspan="3"><b>Total do passivo e patrimônio líquido</b></td> </tr> <tr> <td colspan="3"><b>61.821</b></td> </tr> </table>							<b>Escola Vitruviano</b>	<b>Escola Vitruviano</b>		<b>31/05/22</b>	<b>31/05/21</b>	<b>Ativo Circulante</b>	<b>5.041</b>	<b>1.441</b>	Contas a receber de clientes	Arrendamento	5.870	Caixa e equivalentes de caixa	961		Adiantamento			<b>Não circulante</b>	<b>21</b>	<b>54.490</b>	Arrendamentos			<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>52.629</b>	<b>20</b>	Imobilizado	Capital social	3.169	Diferido			<b>Total do ativo</b>	<b>61.821</b>	<b>61.821</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			<b>Circulante</b>			Arrendamentos			<b>Não circulante</b>			Capital social			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>			<b>61.821</b>																									
	<b>Escola Vitruviano</b>	<b>Escola Vitruviano</b>																																																																																			
	<b>31/05/22</b>	<b>31/05/21</b>																																																																																			
<b>Ativo Circulante</b>	<b>5.041</b>	<b>1.441</b>																																																																																			
Contas a receber de clientes	Arrendamento	5.870																																																																																			
Caixa e equivalentes de caixa	961																																																																																				
Adiantamento																																																																																					
<b>Não circulante</b>	<b>21</b>	<b>54.490</b>																																																																																			
Arrendamentos																																																																																					
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>52.629</b>	<b>20</b>																																																																																			
Imobilizado	Capital social	3.169																																																																																			
Diferido																																																																																					
<b>Total do ativo</b>	<b>61.821</b>	<b>61.821</b>																																																																																			
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>																																																																																					
<b>Circulante</b>																																																																																					
Arrendamentos																																																																																					
<b>Não circulante</b>																																																																																					
Capital social																																																																																					
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>																																																																																					
<b>61.821</b>																																																																																					
(b) Venda da empresa Escola Vitruviano Ltda. No dia 07 de dezembro de 2022, a Companhia alienou a totalidade das ações de emissão da Escola Vitruviano Ltda., que detém o Centro Educacional Leonardo DaVinci para a empresa Inspired Brasil S.A.. O preço de venda foi de R\$ 120.000, o qual foi recebido à vista. Considerando o contexto da operação, as movimentações ocorridas no resultado da Companhia oriundas do Centro Educacional Leonardo DaVinci, estão sendo reclassificadas para linhas específicas da Demonstração do Resultado, denominada "Operações Descontinuadas". <b>Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas - Agenda Edu.</b> As demonstrações financeiras da Agenda Edu S.A. estão apresentadas como ativos mantidos para venda e operações descontinuadas uma vez que em 31 de dezembro de 2022 tanto a Administração da Companhia e o seu Conselho de Administração estavam comprometidos com o plano de venda, tendo sido inclusive recebido uma oferta firme por parte de um comprador. Os resultados operacionais da Agenda Edu S.A. eram apresentados nas informações sobre segmentos e segmento operacional "Pátio". O resultado da Agenda Edu S.A. apresentado na rubrica "Operações Descontinuadas" (nota 2.2(d)) das demonstrações de resultado consolidado foi de R\$ (13.072). Os ativos e passivos dessa empresa em 31 de dezembro de 2022 estão apresentados nas rubricas "ativos não circulantes mantidos para venda" (nota 2.2(c)) no montante de R\$ 11.538 e "Passivos relacionados a ativos mantidos para venda" no montante de R\$ 24.376, respectivamente. <b>Evento operacional relevante que impactou as demonstrações financeiras no exercício, findo em 31 de dezembro de 2021. Conclusão da operação de venda do Sistema de Ensino e Aquisição das Escolas Saber.</b> Carve-out dos ativos e passivos que compõe o Sistema de Ensino e constituição da empresa Editora de Gougues S.A. Em 31 de maio de 2021, a Eleva Educação, constituiu por meio de uma <i>Carve-out</i> (cisão) do seu patrimônio líquido a empresa Editora de Gougues S.A. O <i>Carve-out</i> é composto pelo acervo líquido dos ativos, passivos, bens, direitos e obrigações que compõem o Sistema de Ensino e estão demonstrados a seguir:																																																																																					
<table border="0" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 33%;"></td> <td style="width: 33%; text-align: center;"><b>Sistema de Ensino</b></td> <td style="width: 33%; text-align: center;"><b>Sistema de Ensino</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;"><b>31/05/21</b></td> <td style="text-align: center;"><b>31/05/21</b></td> </tr> <tr> <td><b>Ativo Circulante</b></td> <td><b>18.639</b></td> <td><b>25.655</b></td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>4.497</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Estoques</td> <td>23.136</td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Não circulante</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>25.655</b></td> </tr> <tr> <td>Capital social</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Realizável a longo prazo</b></td> <td><b>1.082</b></td> <td><b>25.655</b></td> </tr> <tr> <td>Imobilizado</td> <td>1.437</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Intangível</td> <td>2.519</td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Total do ativo</b></td> <td><b>25.655</b></td> <td><b>25.655</b></td> </tr> <tr> <td colspan="3"><b>Passivo e patrimônio líquido</b></td> </tr> <tr> <td colspan="3"><b>Circulante</b></td> </tr> <tr> <td colspan="3">Fornecedores</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Salários e encargos sociais</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Impostos a recolher</td> </tr> <tr> <td colspan="3"><b>Não circulante</b></td> </tr> <tr> <td colspan="3">Partes relacionadas</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Provisões para causas judiciais</td> </tr> <tr> <td colspan="3"><b>Total do passivo e patrimônio líquido</b></td> </tr> <tr> <td colspan="3"><b>25.655</b></td> </tr> </table>							<b>Sistema de Ensino</b>	<b>Sistema de Ensino</b>		<b>31/05/21</b>	<b>31/05/21</b>	<b>Ativo Circulante</b>	<b>18.639</b>	<b>25.655</b>	Contas a receber de clientes	4.497		Estoques	23.136		<b>Não circulante</b>	<b>—</b>	<b>25.655</b>	Capital social			<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>1.082</b>	<b>25.655</b>	Imobilizado	1.437		Intangível	2.519		<b>Total do ativo</b>	<b>25.655</b>	<b>25.655</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			<b>Circulante</b>			Fornecedores			Salários e encargos sociais			Impostos a recolher			<b>Não circulante</b>			Partes relacionadas			Provisões para causas judiciais			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>			<b>25.655</b>																			
	<b>Sistema de Ensino</b>	<b>Sistema de Ensino</b>																																																																																			
	<b>31/05/21</b>	<b>31/05/21</b>																																																																																			
<b>Ativo Circulante</b>	<b>18.639</b>	<b>25.655</b>																																																																																			
Contas a receber de clientes	4.497																																																																																				
Estoques	23.136																																																																																				
<b>Não circulante</b>	<b>—</b>	<b>25.655</b>																																																																																			
Capital social																																																																																					
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>1.082</b>	<b>25.655</b>																																																																																			
Imobilizado	1.437																																																																																				
Intangível	2.519																																																																																				
<b>Total do ativo</b>	<b>25.655</b>	<b>25.655</b>																																																																																			
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>																																																																																					
<b>Circulante</b>																																																																																					
Fornecedores																																																																																					
Salários e encargos sociais																																																																																					
Impostos a recolher																																																																																					
<b>Não circulante</b>																																																																																					
Partes relacionadas																																																																																					
Provisões para causas judiciais																																																																																					
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>																																																																																					
<b>25.655</b>																																																																																					
(b) Venda da empresa Editora de Gougues S.A. (Detentora dos ativos e passivos que compõe o Sistema de Ensino). Em 29 de outubro de 2021, a Companhia alienou a totalidade das ações de emissão da Editora de Gougues S.A., que detém o sistema de ensino de educação básica comercializados pelo Grupo Eleva para a empresa Somos Sistemas S.A. O preço de venda do sistema de ensino é de R\$ 611.554, o qual será recebido em parcelas ao longo de 5 (cinco) anos (valor registrado em outros contatos a receber - (nota 7)), atualizadas pela variação positiva do CDI, sendo que o pagamento da primeira parcela, no valor de R\$ 160.000, foi realizado nesta data. O montante restante será pago em três parcelas iguais e anuais, sendo a primeira com vencimento em 29 de outubro de 2024. Os saldos em 29 de outubro de 2021 da controlada alienada, Editora de Gougues S.A., estão demonstrados a seguir:																																																																																					
<table border="0" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;"></td> <td style="width: 10%;"></td> <td style="width: 20%; text-align: center;"><b>Editora de Gougues S.A.</b></td> <td style="width: 10%;"></td> <td style="width: 20%; text-align: center;"><b>Editora de Gougues S.A.</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td style="text-align: center;"><b>29/10/21</b></td> <td></td> <td style="text-align: center;"><b>29/10/21</b></td> </tr> <tr> <td><b>Ativo Circulante</b></td> <td><b>16.439</b></td> <td><b>1.084</b></td> <td><b>2.758</b></td> <td><b>5.406</b></td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>16.439</td> <td>1.084</td> <td>2.758</td> <td>5.406</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Estoques</td> <td>2.534</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>9.248</td> </tr> <tr> <td>Impostos a recuperar</td> <td>1,134</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Adiantamentos diversos</td> <td>282</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td><b>Não circulante</b></td> <td><b>38.959</b></td> <td><b>25</b></td> <td><b>1.231</b></td> <td><b>1.256</b></td> </tr> <tr> <td>Partes relacionadas</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>25</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social diferidos</td> <td>826</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Provisões para causas judiciais</td> <td>2,224</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td><b>Total do passivo e patrimônio líquido</b></td> <td><b>2.166</b></td> <td><b>54</b></td> <td><b>33.169</b></td> <td><b>33.169</b></td> </tr> <tr> <td>Imobilizado</td> <td>1,224</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Intangível</td> <td>2,490</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td><b>Total do ativo</b></td> <td><b>43.673</b></td> <td><b>43.673</b></td> <td><b>43.673</b></td> <td><b>43.673</b></td> </tr> </table>								<b>Editora de Gougues S.A.</b>		<b>Editora de Gougues S.A.</b>			<b>29/10/21</b>		<b>29/10/21</b>	<b>Ativo Circulante</b>	<b>16.439</b>	<b>1.084</b>	<b>2.758</b>	<b>5.406</b>	Caixa e equivalentes de caixa	16.439	1.084	2.758	5.406	Contas a receber de clientes	—	—	—	—	Estoques	2.534	—	—	9.248	Impostos a recuperar	1,134	—	—	—	Adiantamentos diversos	282	—	—	—	<b>Não circulante</b>	<b>38.959</b>	<b>25</b>	<b>1.231</b>	<b>1.256</b>	Partes relacionadas	—	—	25	—	Imposto de renda e contribuição social diferidos	826	—	—	—	Provisões para causas judiciais	2,224	—	—	—	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.166</b>	<b>54</b>	<b>33.169</b>	<b>33.169</b>	Imobilizado	1,224	—	—	—	Intangível	2,490	—	—	—	<b>Total do ativo</b>	<b>43.673</b>	<b>43.673</b>	<b>43.673</b>	<b>43.673</b>
		<b>Editora de Gougues S.A.</b>		<b>Editora de Gougues S.A.</b>																																																																																	
		<b>29/10/21</b>		<b>29/10/21</b>																																																																																	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>16.439</b>	<b>1.084</b>	<b>2.758</b>	<b>5.406</b>																																																																																	
Caixa e equivalentes de caixa	16.439	1.084	2.758	5.406																																																																																	
Contas a receber de clientes	—	—	—	—																																																																																	
Estoques	2.534	—	—	9.248																																																																																	
Impostos a recuperar	1,134	—	—	—																																																																																	
Adiantamentos diversos	282	—	—	—																																																																																	
<b>Não circulante</b>	<b>38.959</b>	<b>25</b>	<b>1.231</b>	<b>1.256</b>																																																																																	
Partes relacionadas	—	—	25	—																																																																																	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	826	—	—	—																																																																																	
Provisões para causas judiciais	2,224	—	—	—																																																																																	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.166</b>	<b>54</b>	<b>33.169</b>	<b>33.169</b>																																																																																	
Imobilizado	1,224	—	—	—																																																																																	
Intangível	2,490	—	—	—																																																																																	
<b>Total do ativo</b>	<b>43.673</b>	<b>43.673</b>	<b>43.673</b>	<b>43.673</b>																																																																																	
O ganho líquido de R\$ 399.231 proveniente da venda da Editora de Gougues S.A. resultou do valor de venda subtraído pelo custo do ativo e pelos impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ e CSLL). O cálculo																																																																																					

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6379-B26A-32C8-587A.

ESCEX EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ: 17.765.891/0001-70

Table with financial data for ESCEX EDUCAÇÃO S.A. including columns for Ativo, Não circulante, Realizável a longo prazo, Imobilizado, Intangível, and Consolidado. It shows various sub-items like Circulante, Caixa e equivalentes, Salários, etc., with values for 2022 and 2021.

(e) Operações descontinuadas "Escolas Globais". Considerando o contexto das operações apresentadas acima, com relação às movimentações ocorridas no resultado da Companhia oriundas da cisão das Escolas Globais, as mesmas estão sendo reclassificadas para linhas específicas da Demonstração do Resultado, denominada "operações descontinuadas". Os principais impactos no período de 10 meses de 2021 (anterior ao fechamento da operação) e de 12 meses de 2020 estão demonstrados na nota explicativa (2.2 (c)). Alienação do QG do Enem Cursos Online S.A. Em 23 de Agosto de 2021, a Eleva Educação S.A. realizou a alienação de sua participação societária na empresa QG do Enem Cursos Online S.A. ("QG do Enem"). O valor total da operação foi de R\$ 1.200. O montante será recebido em três parcelas fixas de R\$ 400, sendo a primeira em 12, 24 e 30 meses, após a data de fechamento do contrato. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 23 de fevereiro de 2023. 2. Resumo das políticas contábeis significativas: As principais políticas contábeis significativas aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão definidas abaixo ou nas notas das respectivas rubricas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 2.1. Base de preparação. As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards" (IFRS)), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Adicionalmente, as presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com a incorporação de determinados requisitos contábeis aplicáveis a companhias abertas, tais como a inclusão da demonstração do valor adicionado e comentários sobre informações por segmento, dentre outras divulgações, para adequação às melhores práticas contábeis vigentes. (a) Demonstrações financeiras individuais. As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards" (IFRS)), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. (b) Demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards" (IFRS)), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB). (c) Demonstração do valor adicionado. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. 2.2 Consolidação. A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle. Isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das sociedades controladas (diretas e indiretas) relacionadas a seguir:

Table with financial data for ESCEX EDUCAÇÃO S.A. including columns for Ativo, Passivo, Controladora, Controlada direta, Controlada indireta, Consolidado, and Operações descontinuadas. It shows various sub-items like Caixa e equivalentes, Clientes, Adiantamento diversos, Imobilizado, Intangível, Demais Ativos, Fornecedores, Salários e encargos sociais, etc., with values for 2022 and 2021.

(1) Reversão de Arrendamento no montante de R\$ 1.749 referente as Operações Descontinuadas no exercício de 2022. (2) Reversão de Arrendamento no montante de R\$ 20.854 referente as Operações Descontinuadas no exercício de 2021. 2.3. Combinação de negócios: O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os ativos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (goodwill). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. A metodologia para mensuração dos intangíveis alocados nas combinações de negócios está descrita na Nota 2.10. A tabela a seguir resume o total da contraprestação, a alocação do preço das compras determinadas com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

Table with financial data for ESCEX EDUCAÇÃO S.A. including columns for Combinações de negócios realizadas no período findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. It shows various sub-items like Aquisições 2022, Aquisições 2021, Total de ativos identificáveis e passivos assumidos, etc., with values for 2022 and 2021.







CIA BOZANO

CNPJ Nº 42.113.662/0001-18

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A evolução das operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderão ser examinados através das próprias Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas. De acordo com o Art. 289 da Lei 6.404/76 com a redação dada pela Lei nº 13.818, de 2019, as sociedades anônimas de capital aberto e fechado deverão, a partir de janeiro de 2022, realizar as publicações obrigatórias somente em jornal de grande circulação editado na localidade da sua sede, de forma resumida e, simultaneamente, deverá ser realizada a divulgação da íntegra dos documentos no site do mesmo jornal. A Administração da Companhia decidiu que estas demonstrações sejam publicadas de forma completa e impressa no Diário Comercial e com divulgação simultânea de forma eletrônica no site https://www.diariocomercial.com.br do mesmo jornal. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais. Rio de Janeiro, 23/03/2023. A Diretoria.

Table with 3 main sections: Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e 2021 (Em R\$ Mil), Demonstração do Resultado em 31/12/2022 e 2021 (Em R\$ Mil), and Demonstração do Fluxo de Caixa em 31/12/2022 e 2021 (Em R\$ Mil). Each section contains detailed financial data with columns for Nota, 2022, and 2021.

Table titled 'Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 (Em R\$ Mil)'. It shows the changes in equity components over the period, with columns for 2022 and 2021.

Table titled 'Reservas de Lucros' showing the breakdown of profit reserves. It includes columns for Capital social integralizado, Reserva legal, Reserva para investimentos e capital de giro, and Lucros ou prejuízos acumulados, with sub-totals for 2022 and 2021.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais). Nota 1 - Operações: A Companhia tem por objeto social a participação societária, direta ou indireta, no Brasil ou no exterior, em empresas que desenvolvem atividades agropecuárias, industriais, imobiliárias e comerciais (inclusive importação e exportação) e ainda a atuação no ramo imobiliário através do planejamento, da administração e da coordenação de projetos de urbanização e de incorporações imobiliárias, da compra e da venda de imóveis, da locação, do arrendamento, da administração de imóveis próprios e da prestação de serviços conexos aos objetos relacionados. Nota 2 - Resumo das Principais Práticas Contábeis: 2.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e facultativamente para as companhias fechadas as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, no qual quanto possível, são mensurados pelos seus valores justos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas na Nota 2.2 a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 23 de março de 2023. 2.2. Principais Práticas Contábeis adotadas: As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas a seguir: a) O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. b) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros existentes no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram inicialmente valorados pelo seu valor justo. A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado de acordo com os critérios estabelecidos em pronunciamentos específicos emitidos pelo CPC e estão apresentados por categorias na nota 17. A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. c) Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos Financeiros: Caixa e equivalentes de caixa, inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor mercado. Os investimentos financeiros representam aplicações financeiras com prazo de resgate superior a 90 dias. Estes investimentos podem ser negociados no mercado secundário e seus rendimentos estarão sujeitos à oscilação do mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa e os investimentos financeiros, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado" d) Investimentos: Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. e) Imobilizado: É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens. As principais taxas aplicadas estão demonstradas na nota 8. f) Intangível: Tem a finalidade de registrar os direitos incorpóreos destinados à manutenção e operação da Companhia, e é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido da amortização acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis. A amortização é realizada pelo método linear para ativos intangíveis de vida útil definida com base no prazo de vida útil estimada. Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, sendo realizado teste de recuperabilidade anualmente ou quando existam indícios de que o valor contábil possa não ser recuperável. g) Redução ao valor recuperável de ativos: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável. h) Arrendamentos. h.1) Ativos de direito de uso. A Companhia reconhece ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, a data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de qualquer depreciação ou perdas por redução ao valor recuperável e ajustado para qualquer reavaliação dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos diretos iniciais incorridos menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo método linear considerando o prazo de locação e a intenção da Companhia em opções de renovação, baseado na melhor estimativa em cada data de reporte. Ativos de direitos de uso estão sujeitos ao teste de valor recuperável (impairment) se houver evidências de que seu valor contábil pode estar superior ao valor recuperável. As despesas com depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas como despesas operacionais nas demonstrações do resultado do exercício. h.2) Passivos de arrendamento. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente de pagamentos de arrendamento a serem feitos durante o prazo da locação mensurado com base no contrato e em opções de renovação. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que aciona o pagamento ocorre. Ao calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento, a Companhia usa a taxa de empréstimo incremental. Depois da data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros, atualizações de parâmetros e reduzido para os pagamentos de arrendamentos efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado quando existe uma modificação, uma alteração no prazo da locação, uma alteração nos pagamentos fixos da locação ou uma mudança na avaliação para comprar o ativo subjacente. Os juros são reconhecidos na rubrica de receitas (despesas) financeiras, líquidas nas demonstrações do resultado do exercício. i) Provisões para contingências, líquidas: São determinadas com base na avaliação da Administração e contemplam diversos processos administrativos e judiciais. As provisões são reconhecidas no balanço como grau de risco provável de desembolso futuro. As provisões estão apresentadas líquidas dos respectivos depósitos judiciais e classificadas entre as naturezas trabalhista,

Table titled 'Movimentação dos investimentos em empresas controladas e coligadas relevantes'. It shows data for Brasil Jato, BR Educacional Gestora Rec Ltda, GD Empreend Imobil S.A., Coroa Alta Empreend Imobil S.A., Managra S.A., and Total, with columns for Taxa Aérea S.A. and Total for 2022 and 2021.

Table titled 'Informações básicas sobre as empresas em 31 de dezembro de 2022'. It provides financial data for BR Educacional Gestora Rec Ltda, Brasil Jato Taxí Aérea S.A., Coroa Alta Empreend Imobil S.A., GD Empreend Imobil S.A., and Managra S.A., with columns for Capital subscrito e integralizado, Ações ordinárias e ou quotas, Ações preferenciais, % de participação da Sociedade no capital das investidas, and various asset and liability categories.

Table titled 'Direito de Uso e Passivo de Arrendamento: Direito de Uso / Imóveis - Salas Comerciais - Passivo de Arrendamento'. It shows the breakdown of these items, including Saldo em 31.12.2021, Saldo em 31.12.2022, and Saldo em 31.12.2022 including other circulating passives. It also includes a section for 'Contas a Pagar por Compra de Imobilizado' and 'Direito de Uso e Passivo de Arrendamento: Direito de Uso / Imóveis - Salas Comerciais - Passivo de Arrendamento' with columns for Taxa Anual de Deprec e Amortiz, Custo, Depreciação e Imobilizado Acumulada, Intangível e Intangível Líquidos, and Total for 2022 and 2021.









Main financial report table for Comerc Participações S.A. including sections for Balances, Demonstrations of Cash Flows, and Demonstrations of Results. It contains multiple tables with columns for various financial metrics and dates.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6379-B26A-32C8-587A.



Comerc Participações S.A.																																																																																																																																																																													
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)																																																																																																																																																																													
2.7 Princípios de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia, suas controladas e controladas indiretas. O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. Entre os principais procedimentos de consolidação estão: (a) Eliminação dos saldos em contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas. (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas. (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. (d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas. A estrutura societária envolvendo controladas, coligadas e controladas em conjunto será detalhada a seguir:																																																																																																																																																																													
Empresa	Segmento	% de participação no Capital Social		Tipo de Investimento																																																																																																																																																																									
		31/12/2022	31/12/2021																																																																																																																																																																										
<b>Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (a)</b>	Trading	100,00%	100,00%	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (b)</b>	Trading	100,00%	100,00%	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>Comerc Energia Trading Comercializadora de Energia Ltda. (c)</b>	Trading	99,99%	99,99%	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>Comerc Financeira Trading Comercializadora de Energia Ltda. (e)</b>	Trading	99,99%	99,99%	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>Newcom Financeira Trading Comercializadora de Energia Ltda. (e)</b>	Trading	99,99%	99,99%	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>Newcom Energy Trading Comercializadora de Energia Ltda. (e)</b>	Trading	99,99%	99,99%	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>Soma Consultoria em Gestão Energética Ltda. (d)</b>	Soluções	n/a	100,00%	n/a																																																																																																																																																																									
<b>Energética Ltda. (d)</b>	Soluções	70,00%	n/a	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>Comerc Gás Comercializadora de Energia Ltda. (e)</b>	Soluções	95,00%	95,00%	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>DOC 88 Desenvolvimento e Serviços S.A. (f)</b>	Soluções	100,00%	100,00%	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>Megawhat Desenvolvimento e Serviços S.A. (g)</b>	Soluções	100,00%	100,00%	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>Comerc Power Trading Ltda. (h)</b>	Soluções	100,00%	100,00%	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>Nexway Comércio e Prestação de Serviços em Energia S.A. (i)</b>	Soluções	100,00%	95,00%	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>Nexway Desenvolvimento, Comércio e Prestação de Serviços em Energia Ltda. (j)</b>	Soluções	100,00%	95,00%	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>Micropower Comerc Participações Ltda. (j)</b>	Soluções	n/a	100,00%	n/a																																																																																																																																																																									
<b>Micropower Energia S.A. (j)</b>	Soluções	32,15%	n/a	Coligada																																																																																																																																																																									
<b>MPC Serviços Energéticos 1A S.A. (j)</b>	Soluções	16,67%	n/a	Coligada																																																																																																																																																																									
<b>MPC Serviços Energéticos 1B S.A. (j)</b>	Soluções	16,67%	n/a	Coligada																																																																																																																																																																									
<b>Infinito Energy Investimentos e Participações S.A. (k)</b>	Soluções	50,00%	n/a	Coligada																																																																																																																																																																									
<b>Ares 1 Participações S.A. (l)</b>	Geração centralizada	100,00%	100,00%	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>Ares Eynes Participações S.A. (m)</b>	Geração centralizada	100,00%	100,00%	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>Ares One Participações S.A. (n)</b>	Geração centralizada	n/a	100,00%	n/a																																																																																																																																																																									
<b>Brígida Solar SPE S.A. (n)</b>	Geração centralizada	99,99%	n/a	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>Brígida 2 Solar SPE S.A. (n)</b>	Geração centralizada	99,99%	99,99%	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>Mercury Renew Participações S.A. (o)</b>	Geração centralizada	100,00%	100,00%	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>UFV Rajada Energia Aluguel de Infraestrutura S.A. (p)</b>	Geração distribuída	100,00%	100,00%	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>Ares 2 Participações S.A. (q)</b>	Geração distribuída	100,00%	100,00%	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>Mori Energia Holding S.A. (r)</b>	Geração distribuída	100,00%	100,00%	Controlada																																																																																																																																																																									
<b>Mori III Participações Ltda. (s)</b>	distribuída	100,00%	n/a	Controlada																																																																																																																																																																									
<p>(a) Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. tem como principal objetivo a comercialização de energia elétrica (compra e venda), a prestação de serviços de gestão do consumo de energia e a representação de seus clientes junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A Empresa possui participação em uma investida BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. com participação de 4,13% em ambas as exercícos apresentados. Esse investimento é reportado como custo. (b) A Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. tem como objetivo a comercialização de energia elétrica no mercado atacadista (compra e venda). (c) Correspondem a 4 Comercializadoras em fase pré-operacional. (d) Em 15 de setembro de 2022, a Comerc Energia (incorporada pela Companhia em 31 de outubro de 2022 conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2) concluiu a compra de 70% das ações representativas do capital da Soma Consultoria em Gestão Energética S.A. descrito na nota explicativa 1.3.2. A aquisição está alinhada a estratégia de crescimento e ampliação da capilaridade permitindo a oferta de todos os demais produtos e serviços da plataforma para os clientes da Soma. A controlada, tem como objeto social a prestação de serviços de gerenciamento de consumo de energia elétrica a consumidores que tenham opção de escolha de fornecedor (consumidor livre). Por meio da elaboração de estratégias de posicionamento e de estruturas de gerenciamento de energia, a controlada busca maximizar a redução de custo para seus clientes e atender plenamente às suas necessidades no curto, médio e longo prazo; (e) A Comerc Gás Comercializadora Ltda. tem como principal objetivo a comercialização de gás (compra e venda), a prestação de serviços de gestão do consumo de gás e encontra-se em fase pré-operacional; (f) DOC 88 Desenvolvimento e Serviços S.A. ("Doc88") tem como principal objetivo a consultoria em tecnologia da informação, desenvolvimento de programa de computador sob encomenda customizável ou não, suporte e treinamento em informática e participação em outras empresas. Companhia é detentora do Zordon, solução, no segmento de Internet das Coisas ("Internet of Things - IOT"), que combina um dispositivo de telemetria e um software que coleta e transmite dados, focada na captação de informações referentes a <i>utilities</i> (energia, água, luz, gás) ou processos (funcionamento de máquinas, status de equipamentos) e na transformação destes dados em eficiência de gestão; (g) Megawhat Desenvolvimento e Serviços S.A. ("Megawhat") tem como principal objetivo a geração de informações por meio de portais e provedores de conteúdo na internet, bem como a prestação de serviços de consultoria relacionados ao mercado de energia; (h) A Comerc Power Trading Ltda. (Comerc Power ou Comerc Futuro), tem como principal objetivo a comercialização de energia elétrica (compra e venda) nos mercados atacadista e varejista, bem como a prestação de serviços de gestão do consumo de energia e a representação de seus clientes junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); (i) A Nexway Comércio ("NEI") e a Nexway Desenvolvimento ("NED") têm como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos com a proposta de gerar melhor eficiência no consumo de energia elétrica de seus clientes bem como a prestação de serviços que auxiliem a empresa a reduzir esse consumo. Em 08 de setembro de 2022 foi assinado contrato de compra e venda de participações societárias nas empresas de eficiência energética (ações da Nexway Comércio e quotas da Nexway Desenvolvimento). A Companhia possui atualmente quinhentos 5% remanescentes e passou a ter o controle integral em ambas as sociedades. Por ser transação envolvendo acionista minoritário em sociedades em que a Companhia já exercia o controle, a transação é qualificada como uma transação de capital, com impactos no patrimônio líquido consolidado do grupo. Dentro do terceiro trimestre de 2022, houve desembolso inicial de R\$ 1.776 (principal de R\$ 1.588 e atualização de R\$189) e R\$ 8.230 foram classificados como contingentes, visto que dependem de eventos futuros para sua concretização. A compra da participação gerou uma reserva de capital negativa de R\$ 10.349. Durante o quarto trimestre de 2022, houve o segundo desembolso no valor de R\$179. (j) As MPCs têm como principal objetivo a prestação de serviço de armazenamento de energia. As entidades passaram a ser controladas diretas da Companhia em 31 de outubro de 2022 através da incorporação da Micropower Comerc Participações conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2. (k) A Infinito Energy Investimentos e Participações S.A. ("Infinito") atua no desenvolvimento de projetos de geração de energia solar. (l) A Ares 1 Participações S.A. possui participação em investimentos em plantas eólicas classificadas como coligadas.</p>																																																																																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Capacidade Instalada em MW</th> <th rowspan="2">Localidade</th> <th rowspan="2">Data de início de operação</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ventos de Santo Artur Energia Renováveis S.A.</td> <td>63 Riachuelo - RN</td> <td>Set-21</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Alice Holding S.A.</td> <td>63 Ruy Barbosa - RN</td> <td>Ago-21</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Amélia Energia Renováveis S.A.</td> <td>63 Caiçara do Rio do Vento - RN</td> <td>Nov-21</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Helena Holding S.A.</td> <td>67,2 Riachuelo - RN</td> <td>Out-21</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Sofia Holding S.A.</td> <td>63 Caiçara do Rio do Vento - RN</td> <td>Dez-21</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santo Felipe Holding S.A.</td> <td>63 Riachuelo - RN</td> <td>Dez-21</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santo Mizael Holding S.A.</td> <td>63 Bento Fernandes - RN</td> <td>Out-21</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santo Abelardo Energia Renováveis S.A.</td> <td>58,8 Ruy Barbosa - RN</td> <td>Fev-22</td> </tr> <tr> <td>(m) A Ares Eynes Participações S.A. recebeu através de cisão da Ares One Participações S.A., acervo líquido representado por investimento no complexo Rio dos ventos Fase II, participação equivalente a 20% das ações do referido complexo, considerando as oito SPE's. Conforme detalhamento a seguir:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="3"> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Capacidade Instalada em MW</th> <th rowspan="2">Localidade</th> <th rowspan="2">Data prevista para início de operação</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.</td> <td>67,5 Lajes - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S.A.</td> <td>67,1 Caiçara do Rio do Vento - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A.</td> <td>67,5 São Tomé - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.</td> <td>67,5 Caiçara do Rio do Vento - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de São Lucio I Energias Renováveis S.A.</td> <td>66,1 Lajes - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.</td> <td>66,1 Lajes - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de São Luigi Energias Renováveis S.A.</td> <td>67,5 São Tomé - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de São Luis Energias Renováveis S.A.</td> <td>64,9 Caiçara do Rio do Vento - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="5"> <p>(n) A Brígida Solar SPE S.A. e Brígida Solar 2 SPE S.A. são entidades de geração centralizada solar já operacionais (contratos regulados - CCEAR por disponibilidade) localizadas em São José do Belmonte - PE com capacidade instalada de 63 MW. As entidades passaram a ser controladas diretas da Companhia em 31 de dezembro de 2022 através da incorporação da Ares One Participações S.A. conforme detalhamento na nota explicativa nº 1.2. (o) Mercury Renew Participações S.A. ("Mercury") é especializada em geração de energia renovável com uma carteira de projetos, prioritariamente solar, a serem implantados ao longo dos próximos anos. Os investimentos estão detalhados a seguir:</p> </td> </tr> <tr> <td colspan="5"> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">% de participação</th> <th rowspan="2">Capacidade Instalada em MW</th> <th rowspan="2">Localidade</th> <th rowspan="2">Data de início de operação (prevista)</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>5</td> <td>Operacional</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>n/a</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>99,99%</td> <td>99,99%</td> <td>100</td> <td>Operacional</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>9</td> <td>Operacional</td> </tr> <tr> <td>99,98%</td> <td>99,98%</td> <td>n/a</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>90</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>99,99%</td> <td>99,99%</td> <td>n/a</td> <td>Operacional</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>205</td> <td>Operacional</td> </tr> <tr> <td>99,99%</td> <td>99,99%</td> <td>n/a</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>210</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>99%</td> <td>99%</td> <td>n/a</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>950</td> <td>2025</td> </tr> <tr> <td>95,71%</td> <td>95%</td> <td>n/a</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>500</td> <td>2025</td> </tr> <tr> <td>99,69%</td> <td>50%</td> <td>n/a</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>50%</td> <td>427</td> <td>2025</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="5"> <p>(*) Em 31 de outubro de 2022 a Companhia alienou 486 milhões de ações ordinárias classe B da Hélio Valgas Participações reduzindo a sua participação econômica na controlada para 95,71%. A nova participação considera o percentual econômico da Mercury Renew na controlada uma vez que é detentora de 99,9998% das ações preferenciais que dão direito a dividendos em montante equivalente a 20 vezes os dividendos pagos a cada ação ordinária. A Companhia reconheceu o montante de R\$ 48.918 (atualizado até 31 de dezembro de 2022 em R\$ 49.403) apresentado na rubrica de venda de participação acionária no ativo não circulante em contrapartida a redução do investimento na subholding em R\$ 30.237 e reserva de capital no patrimônio líquido em R\$ 18.681. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da reserva é de R\$14.793 devido aos aumentos de capital realizados pela Companhia em suas investidas (principalmente na controlada Hélio Valgas Participações) e não aportados pelos acionistas minoritários que foram registrados em contrapartida a redução dos investimentos nas mesmas. (***) Em 03 de fevereiro de 2022 a ANEEL autorizou, o início da operação comercial da UFV Bon Nome com capacidade instalada de 131,7MWp, sob o regime de produção independente de energia solar. (***) Em 28 e 30 de dezembro de 2022, a ANEEL emitiu despacho autorizando o início da operação comercial da usina solar UFV Castilho, localizada no município de Castilho, SP. A usina é a maior do estado de São Paulo com capacidade instalada de 270 MWp.</p> </td> </tr> <tr> <td colspan="5"> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">% participação</th> <th rowspan="2">Capacidade Instalada em MW</th> <th rowspan="2">Localidade</th> <th rowspan="2">Data de início de operação</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>28%</td> <td>28%</td> <td>72</td> <td>Operacional</td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="5"> <p>(b) UFV Rajada Energia Aluguel de Infraestrutura S.A. tem por objeto social a locação, sem disponibilização de operador, de equipamento para geração de energia instalado na filial da Companhia no Estado do Pernambuco. A Companhia encontra-se em operação desde março de 2022. Situada em Petrolina com</p> </td> </tr> </tbody> </table>					Capacidade Instalada em MW	Localidade	Data de início de operação	31/12/2022	31/12/2021	Ventos de Santo Artur Energia Renováveis S.A.	63 Riachuelo - RN	Set-21	Ventos de Santa Alice Holding S.A.	63 Ruy Barbosa - RN	Ago-21	Ventos de Santa Amélia Energia Renováveis S.A.	63 Caiçara do Rio do Vento - RN	Nov-21	Ventos de Santa Helena Holding S.A.	67,2 Riachuelo - RN	Out-21	Ventos de Santa Sofia Holding S.A.	63 Caiçara do Rio do Vento - RN	Dez-21	Ventos de Santo Felipe Holding S.A.	63 Riachuelo - RN	Dez-21	Ventos de Santo Mizael Holding S.A.	63 Bento Fernandes - RN	Out-21	Ventos de Santo Abelardo Energia Renováveis S.A.	58,8 Ruy Barbosa - RN	Fev-22	(m) A Ares Eynes Participações S.A. recebeu através de cisão da Ares One Participações S.A., acervo líquido representado por investimento no complexo Rio dos ventos Fase II, participação equivalente a 20% das ações do referido complexo, considerando as oito SPE's. Conforme detalhamento a seguir:			<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Capacidade Instalada em MW</th> <th rowspan="2">Localidade</th> <th rowspan="2">Data prevista para início de operação</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.</td> <td>67,5 Lajes - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S.A.</td> <td>67,1 Caiçara do Rio do Vento - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A.</td> <td>67,5 São Tomé - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.</td> <td>67,5 Caiçara do Rio do Vento - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de São Lucio I Energias Renováveis S.A.</td> <td>66,1 Lajes - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.</td> <td>66,1 Lajes - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de São Luigi Energias Renováveis S.A.</td> <td>67,5 São Tomé - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de São Luis Energias Renováveis S.A.</td> <td>64,9 Caiçara do Rio do Vento - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> </tbody> </table>			Capacidade Instalada em MW	Localidade	Data prevista para início de operação	31/12/2022	31/12/2021	Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	67,5 Lajes - RN	27 e 31/ 23	Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S.A.	67,1 Caiçara do Rio do Vento - RN	27 e 31/ 23	Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A.	67,5 São Tomé - RN	27 e 31/ 23	Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	67,5 Caiçara do Rio do Vento - RN	27 e 31/ 23	Ventos de São Lucio I Energias Renováveis S.A.	66,1 Lajes - RN	27 e 31/ 23	Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	66,1 Lajes - RN	27 e 31/ 23	Ventos de São Luigi Energias Renováveis S.A.	67,5 São Tomé - RN	27 e 31/ 23	Ventos de São Luis Energias Renováveis S.A.	64,9 Caiçara do Rio do Vento - RN	27 e 31/ 23	<p>(n) A Brígida Solar SPE S.A. e Brígida Solar 2 SPE S.A. são entidades de geração centralizada solar já operacionais (contratos regulados - CCEAR por disponibilidade) localizadas em São José do Belmonte - PE com capacidade instalada de 63 MW. As entidades passaram a ser controladas diretas da Companhia em 31 de dezembro de 2022 através da incorporação da Ares One Participações S.A. conforme detalhamento na nota explicativa nº 1.2. (o) Mercury Renew Participações S.A. ("Mercury") é especializada em geração de energia renovável com uma carteira de projetos, prioritariamente solar, a serem implantados ao longo dos próximos anos. Os investimentos estão detalhados a seguir:</p>					<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">% de participação</th> <th rowspan="2">Capacidade Instalada em MW</th> <th rowspan="2">Localidade</th> <th rowspan="2">Data de início de operação (prevista)</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>5</td> <td>Operacional</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>n/a</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>99,99%</td> <td>99,99%</td> <td>100</td> <td>Operacional</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>9</td> <td>Operacional</td> </tr> <tr> <td>99,98%</td> <td>99,98%</td> <td>n/a</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>90</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>99,99%</td> <td>99,99%</td> <td>n/a</td> <td>Operacional</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>205</td> <td>Operacional</td> </tr> <tr> <td>99,99%</td> <td>99,99%</td> <td>n/a</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>210</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>99%</td> <td>99%</td> <td>n/a</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>950</td> <td>2025</td> </tr> <tr> <td>95,71%</td> <td>95%</td> <td>n/a</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>500</td> <td>2025</td> </tr> <tr> <td>99,69%</td> <td>50%</td> <td>n/a</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>50%</td> <td>427</td> <td>2025</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					% de participação	Capacidade Instalada em MW	Localidade	Data de início de operação (prevista)	31/12/2022	31/12/2021	100%	100%	5	Operacional	100%	100%	n/a	Holding	99,99%	99,99%	100	Operacional	100%	100%	9	Operacional	99,98%	99,98%	n/a	Holding	100%	100%	90	Holding	99,99%	99,99%	n/a	Operacional	100%	100%	205	Operacional	99,99%	99,99%	n/a	Holding	100%	100%	210	Holding	99%	99%	n/a	Holding	100%	100%	950	2025	95,71%	95%	n/a	Holding	100%	100%	500	2025	99,69%	50%	n/a	Holding	50%	427	2025		<p>(*) Em 31 de outubro de 2022 a Companhia alienou 486 milhões de ações ordinárias classe B da Hélio Valgas Participações reduzindo a sua participação econômica na controlada para 95,71%. A nova participação considera o percentual econômico da Mercury Renew na controlada uma vez que é detentora de 99,9998% das ações preferenciais que dão direito a dividendos em montante equivalente a 20 vezes os dividendos pagos a cada ação ordinária. A Companhia reconheceu o montante de R\$ 48.918 (atualizado até 31 de dezembro de 2022 em R\$ 49.403) apresentado na rubrica de venda de participação acionária no ativo não circulante em contrapartida a redução do investimento na subholding em R\$ 30.237 e reserva de capital no patrimônio líquido em R\$ 18.681. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da reserva é de R\$14.793 devido aos aumentos de capital realizados pela Companhia em suas investidas (principalmente na controlada Hélio Valgas Participações) e não aportados pelos acionistas minoritários que foram registrados em contrapartida a redução dos investimentos nas mesmas. (***) Em 03 de fevereiro de 2022 a ANEEL autorizou, o início da operação comercial da UFV Bon Nome com capacidade instalada de 131,7MWp, sob o regime de produção independente de energia solar. (***) Em 28 e 30 de dezembro de 2022, a ANEEL emitiu despacho autorizando o início da operação comercial da usina solar UFV Castilho, localizada no município de Castilho, SP. A usina é a maior do estado de São Paulo com capacidade instalada de 270 MWp.</p>					<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">% participação</th> <th rowspan="2">Capacidade Instalada em MW</th> <th rowspan="2">Localidade</th> <th rowspan="2">Data de início de operação</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>28%</td> <td>28%</td> <td>72</td> <td>Operacional</td> </tr> </tbody> </table>					% participação	Capacidade Instalada em MW	Localidade	Data de início de operação	31/12/2022	31/12/2021	28%	28%	72	Operacional	<p>(b) UFV Rajada Energia Aluguel de Infraestrutura S.A. tem por objeto social a locação, sem disponibilização de operador, de equipamento para geração de energia instalado na filial da Companhia no Estado do Pernambuco. A Companhia encontra-se em operação desde março de 2022. Situada em Petrolina com</p>				
Capacidade Instalada em MW	Localidade	Data de início de operação																																																																																																																																																																											
			31/12/2022	31/12/2021																																																																																																																																																																									
Ventos de Santo Artur Energia Renováveis S.A.	63 Riachuelo - RN	Set-21																																																																																																																																																																											
Ventos de Santa Alice Holding S.A.	63 Ruy Barbosa - RN	Ago-21																																																																																																																																																																											
Ventos de Santa Amélia Energia Renováveis S.A.	63 Caiçara do Rio do Vento - RN	Nov-21																																																																																																																																																																											
Ventos de Santa Helena Holding S.A.	67,2 Riachuelo - RN	Out-21																																																																																																																																																																											
Ventos de Santa Sofia Holding S.A.	63 Caiçara do Rio do Vento - RN	Dez-21																																																																																																																																																																											
Ventos de Santo Felipe Holding S.A.	63 Riachuelo - RN	Dez-21																																																																																																																																																																											
Ventos de Santo Mizael Holding S.A.	63 Bento Fernandes - RN	Out-21																																																																																																																																																																											
Ventos de Santo Abelardo Energia Renováveis S.A.	58,8 Ruy Barbosa - RN	Fev-22																																																																																																																																																																											
(m) A Ares Eynes Participações S.A. recebeu através de cisão da Ares One Participações S.A., acervo líquido representado por investimento no complexo Rio dos ventos Fase II, participação equivalente a 20% das ações do referido complexo, considerando as oito SPE's. Conforme detalhamento a seguir:																																																																																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Capacidade Instalada em MW</th> <th rowspan="2">Localidade</th> <th rowspan="2">Data prevista para início de operação</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.</td> <td>67,5 Lajes - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S.A.</td> <td>67,1 Caiçara do Rio do Vento - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A.</td> <td>67,5 São Tomé - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.</td> <td>67,5 Caiçara do Rio do Vento - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de São Lucio I Energias Renováveis S.A.</td> <td>66,1 Lajes - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.</td> <td>66,1 Lajes - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de São Luigi Energias Renováveis S.A.</td> <td>67,5 São Tomé - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> <tr> <td>Ventos de São Luis Energias Renováveis S.A.</td> <td>64,9 Caiçara do Rio do Vento - RN</td> <td>27 e 31/ 23</td> </tr> </tbody> </table>			Capacidade Instalada em MW	Localidade	Data prevista para início de operação	31/12/2022	31/12/2021	Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	67,5 Lajes - RN	27 e 31/ 23	Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S.A.	67,1 Caiçara do Rio do Vento - RN	27 e 31/ 23	Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A.	67,5 São Tomé - RN	27 e 31/ 23	Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	67,5 Caiçara do Rio do Vento - RN	27 e 31/ 23	Ventos de São Lucio I Energias Renováveis S.A.	66,1 Lajes - RN	27 e 31/ 23	Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	66,1 Lajes - RN	27 e 31/ 23	Ventos de São Luigi Energias Renováveis S.A.	67,5 São Tomé - RN	27 e 31/ 23	Ventos de São Luis Energias Renováveis S.A.	64,9 Caiçara do Rio do Vento - RN	27 e 31/ 23																																																																																																																																														
Capacidade Instalada em MW	Localidade	Data prevista para início de operação																																																																																																																																																																											
			31/12/2022	31/12/2021																																																																																																																																																																									
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	67,5 Lajes - RN	27 e 31/ 23																																																																																																																																																																											
Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S.A.	67,1 Caiçara do Rio do Vento - RN	27 e 31/ 23																																																																																																																																																																											
Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A.	67,5 São Tomé - RN	27 e 31/ 23																																																																																																																																																																											
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	67,5 Caiçara do Rio do Vento - RN	27 e 31/ 23																																																																																																																																																																											
Ventos de São Lucio I Energias Renováveis S.A.	66,1 Lajes - RN	27 e 31/ 23																																																																																																																																																																											
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	66,1 Lajes - RN	27 e 31/ 23																																																																																																																																																																											
Ventos de São Luigi Energias Renováveis S.A.	67,5 São Tomé - RN	27 e 31/ 23																																																																																																																																																																											
Ventos de São Luis Energias Renováveis S.A.	64,9 Caiçara do Rio do Vento - RN	27 e 31/ 23																																																																																																																																																																											
<p>(n) A Brígida Solar SPE S.A. e Brígida Solar 2 SPE S.A. são entidades de geração centralizada solar já operacionais (contratos regulados - CCEAR por disponibilidade) localizadas em São José do Belmonte - PE com capacidade instalada de 63 MW. As entidades passaram a ser controladas diretas da Companhia em 31 de dezembro de 2022 através da incorporação da Ares One Participações S.A. conforme detalhamento na nota explicativa nº 1.2. (o) Mercury Renew Participações S.A. ("Mercury") é especializada em geração de energia renovável com uma carteira de projetos, prioritariamente solar, a serem implantados ao longo dos próximos anos. Os investimentos estão detalhados a seguir:</p>																																																																																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">% de participação</th> <th rowspan="2">Capacidade Instalada em MW</th> <th rowspan="2">Localidade</th> <th rowspan="2">Data de início de operação (prevista)</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>5</td> <td>Operacional</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>n/a</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>99,99%</td> <td>99,99%</td> <td>100</td> <td>Operacional</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>9</td> <td>Operacional</td> </tr> <tr> <td>99,98%</td> <td>99,98%</td> <td>n/a</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>90</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>99,99%</td> <td>99,99%</td> <td>n/a</td> <td>Operacional</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>205</td> <td>Operacional</td> </tr> <tr> <td>99,99%</td> <td>99,99%</td> <td>n/a</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>210</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>99%</td> <td>99%</td> <td>n/a</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>950</td> <td>2025</td> </tr> <tr> <td>95,71%</td> <td>95%</td> <td>n/a</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>500</td> <td>2025</td> </tr> <tr> <td>99,69%</td> <td>50%</td> <td>n/a</td> <td>Holding</td> </tr> <tr> <td>50%</td> <td>427</td> <td>2025</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					% de participação	Capacidade Instalada em MW	Localidade	Data de início de operação (prevista)	31/12/2022	31/12/2021	100%	100%	5	Operacional	100%	100%	n/a	Holding	99,99%	99,99%	100	Operacional	100%	100%	9	Operacional	99,98%	99,98%	n/a	Holding	100%	100%	90	Holding	99,99%	99,99%	n/a	Operacional	100%	100%	205	Operacional	99,99%	99,99%	n/a	Holding	100%	100%	210	Holding	99%	99%	n/a	Holding	100%	100%	950	2025	95,71%	95%	n/a	Holding	100%	100%	500	2025	99,69%	50%	n/a	Holding	50%	427	2025																																																																																																				
% de participação	Capacidade Instalada em MW	Localidade	Data de início de operação (prevista)																																																																																																																																																																										
				31/12/2022	31/12/2021																																																																																																																																																																								
100%	100%	5	Operacional																																																																																																																																																																										
100%	100%	n/a	Holding																																																																																																																																																																										
99,99%	99,99%	100	Operacional																																																																																																																																																																										
100%	100%	9	Operacional																																																																																																																																																																										
99,98%	99,98%	n/a	Holding																																																																																																																																																																										
100%	100%	90	Holding																																																																																																																																																																										
99,99%	99,99%	n/a	Operacional																																																																																																																																																																										
100%	100%	205	Operacional																																																																																																																																																																										
99,99%	99,99%	n/a	Holding																																																																																																																																																																										
100%	100%	210	Holding																																																																																																																																																																										
99%	99%	n/a	Holding																																																																																																																																																																										
100%	100%	950	2025																																																																																																																																																																										
95,71%	95%	n/a	Holding																																																																																																																																																																										
100%	100%	500	2025																																																																																																																																																																										
99,69%	50%	n/a	Holding																																																																																																																																																																										
50%	427	2025																																																																																																																																																																											
<p>(*) Em 31 de outubro de 2022 a Companhia alienou 486 milhões de ações ordinárias classe B da Hélio Valgas Participações reduzindo a sua participação econômica na controlada para 95,71%. A nova participação considera o percentual econômico da Mercury Renew na controlada uma vez que é detentora de 99,9998% das ações preferenciais que dão direito a dividendos em montante equivalente a 20 vezes os dividendos pagos a cada ação ordinária. A Companhia reconheceu o montante de R\$ 48.918 (atualizado até 31 de dezembro de 2022 em R\$ 49.403) apresentado na rubrica de venda de participação acionária no ativo não circulante em contrapartida a redução do investimento na subholding em R\$ 30.237 e reserva de capital no patrimônio líquido em R\$ 18.681. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da reserva é de R\$14.793 devido aos aumentos de capital realizados pela Companhia em suas investidas (principalmente na controlada Hélio Valgas Participações) e não aportados pelos acionistas minoritários que foram registrados em contrapartida a redução dos investimentos nas mesmas. (***) Em 03 de fevereiro de 2022 a ANEEL autorizou, o início da operação comercial da UFV Bon Nome com capacidade instalada de 131,7MWp, sob o regime de produção independente de energia solar. (***) Em 28 e 30 de dezembro de 2022, a ANEEL emitiu despacho autorizando o início da operação comercial da usina solar UFV Castilho, localizada no município de Castilho, SP. A usina é a maior do estado de São Paulo com capacidade instalada de 270 MWp.</p>																																																																																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">% participação</th> <th rowspan="2">Capacidade Instalada em MW</th> <th rowspan="2">Localidade</th> <th rowspan="2">Data de início de operação</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>28%</td> <td>28%</td> <td>72</td> <td>Operacional</td> </tr> </tbody> </table>					% participação	Capacidade Instalada em MW	Localidade	Data de início de operação	31/12/2022	31/12/2021	28%	28%	72	Operacional																																																																																																																																																															
% participação	Capacidade Instalada em MW	Localidade	Data de início de operação																																																																																																																																																																										
				31/12/2022	31/12/2021																																																																																																																																																																								
28%	28%	72	Operacional																																																																																																																																																																										
<p>(b) UFV Rajada Energia Aluguel de Infraestrutura S.A. tem por objeto social a locação, sem disponibilização de operador, de equipamento para geração de energia instalado na filial da Companhia no Estado do Pernambuco. A Companhia encontra-se em operação desde março de 2022. Situada em Petrolina com</p>																																																																																																																																																																													

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6379-B26A-32C8-587A.

\*continuação

Comerc Participações S.A.

Comerc Participações S.A.															
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)															
Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021															
Empresa	Saldo em 31/12/2020	Equivalência Patrimonial	Aporte de Capital AFAC	Aquisições	Reorg. Perfin	Dividendos e JSCP recebidos	Reserv. de capital	Perda de Participação	Ganho/por distribuição	Saldo em 31/12/2021	Controladora				Saldo em 31/12/2021
											Ativo Imobilizado	Ativo Intangível	Outros	Total	
											2021	2021	2021	2021	
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	120.685	(70.363)	9.000	15.000	-	-	-	809	-	75.131	5%	9	(1)	8	-
Comerc Energia Ltda.	21.075	17.048	5.000	-	-	(936)	-	-	-	42.187	10%	132	(19)	113	-
Comerc Power Trading Ltda.	5.134	(2.050)	3.000	-	-	-	-	-	-	6.084	20%	654	(94)	560	-
Comerc Gás Comercializadora Ltda.	106	257	892	-	-	-	-	-	-	1.245	22,24%	1.611	(462)	1.149	-
MicroPower Comerc Participações Ltda.	8.636	(2.876)	689	-	-	-	-	-	-	6.459		2.406	(576)	1.830	-
Comerc Energy Trading Comercializadora de Energia Ltda.	-	19	1.000	-	-	-	-	-	-	1.019	-	-	-	-	-
Comerc Financial Trading Comercializadora de Energia Ltda.	-	19	1.000	-	-	-	-	-	-	1.019	-	-	-	-	-
Nexway Comercio e Prestação de Serviços em Energia S.A. (NEI)	3.934	362	5.820	2.451	-	-	-	(3.566)	-	9.001	-	-	-	-	-
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	20.720	(9.109)	8.624	-	8.039	-	(2.141)	(157)	319	(1.176)	-	-	-	-	-
DOC 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda.	-	1.538	-	-	-	17.114	-	-	-	18.652	-	-	-	-	-
Megawhat Desenvolvimento e Serviços Ltda.	-	(5.294)	-	-	-	12.719	-	-	-	7.425	-	-	-	-	-
Infinito Energy Investimentos e Participações S.A.	-	(147)	633	2.427	-	-	-	-	-	913	-	-	-	-	-
Ares 1 Participações S.A.	-	(10.295)	8.991	24.109	-	68.630	-	-	-	91.335	-	-	-	-	-
Ares Eyneser Participações S.A.	-	(14.200)	6.900	-	-	2.153	-	-	-	(5.147)	-	-	-	-	-
Ares One Participações S.A.	-	(2.557)	-	-	-	40.074	-	-	-	37.517	-	-	-	-	-
Mercury Renew Participações S.A.	-	(44.747)	403.700	-	-	252.479	-	-	-	611.432	-	-	-	-	-
UFV Rajada Energia Aluguel de Infraestrutura S.A. - Goverde	-	(411)	-	-	-	16.787	-	-	-	16.376	-	-	-	-	-
ARES 2 Participações S.A.	-	(5.990)	-	40.000	-	628.188	-	-	-	662.198	-	-	-	-	-
<b>Subtotal - Investimentos Comerc</b>	<b>180.290</b>	<b>(148.795)</b>	<b>455.149</b>	<b>81.560</b>	<b>10.466</b>	<b>1.038.144</b>	<b>(3.077)</b>	<b>652</b>	<b>(3.247)</b>	<b>(1.176)</b>	-	-	-	-	-
Newcom Energy Trading Comercializadora de Energia Ltda.	-	(4)	-	-	-	-	-	-	-	(4)	-	-	-	-	-
Newcom Financial Trading Comercializadora de Energia Ltda.	-	(4)	-	-	-	-	-	-	-	(4)	-	-	-	-	-
Nexway Desenvolvimento, Comercio e Prestação de Serviços em Energia Ltda. (NED)	-	(1.779)	-	-	-	-	-	-	-	(1.779)	-	-	-	-	-
<b>Subtotal - Provisão para perdas em investimentos</b>	<b>(1.787)</b>	<b>(1.787)</b>	<b>(1,787)</b>	<b>(1,787)</b>	<b>(1,787)</b>	<b>(1,787)</b>	<b>(1,787)</b>	<b>(1,787)</b>	<b>(1,787)</b>	<b>(1,787)</b>	-	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>180.290</b>	<b>(150.583)</b>	<b>455.149</b>	<b>81.560</b>	<b>10.466</b>	<b>1.038.144</b>	<b>(3.077)</b>	<b>652</b>	<b>(3.247)</b>	<b>(1.176)</b>	-	-	-	-	-

**6.2 Consolidado:** Composto por investimentos em coligadas e controladas em conjunto - para maiores informações, vide nota explicativa nº 2.5.8.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6379-B20A-32C8-587A.

continuação

Comerc Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)
de gastos e despesas relacionados à implantação e exploração de projeto de geração de energia solar controlado. Os encargos das referidas debêntures estão sendo capitalizados, compondo o saldo de ativo imobilizado. Em conformidade com a Resolução 111, de 19 de janeiro de 2022, a Bon Nome Solar S.A. celebrou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., contrato de financiamento, no valor de R\$ 183.082, prazo 20 anos, juros de IPCA + 4,2875% que serão pagos mensalmente a partir de março de 2023.

11.1. Vencimento futuro das parcelas do não circulante:
Emprestimos e financiamentos Debêntures não conversíveis Total
2024 282.899 1.641.463 1.904.162
2025 45.196 102.793 147.989
2026 45.246 108.581 153.827
2027 44.485 115.320 159.805
2028 em diante 307.222 1.148.544 1.455.766
Total 704.848 3.116.701 3.821.549

11.2. Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures
Saldo em 31/12/2020 Ingressos principais Juros/monetária Encargos de dívida capitalizados Variação cambial Pagamentos de juros Diferimento de custos de transação Amortização de custos de transação Conversão de Saldos em debêntures 31/12/2022
Debêntures conversíveis (moeda nacional) 2.017.690 - - 48.327 - - - - (2.066.017) -
Debêntures não conversíveis (moeda nacional) - 800.000 - - 65.398 - - (13.045) 2.840 - 855.193
Subtotal Controladora 2.017.690 800.000 - - 48.327 65.398 - - (13.045) 2.840 (2.066.017) 855.193

11.3. Composição por tipo de indexador
Indexador Montante exposto
CDI 1.788.907
IPCA 2.081.237
SELIC 3.527
USD (taxa fixa) 106.842
Total 3.980.213

11.4. Garantias
Debêntures 2ª emissão (Companhia) Cessão fiduciária de determinados direitos creditórios, alienação fiduciária de ações de emissão de sociedades investidas e alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
Debêntures 1ª emissão (Ares One) Fiança bancária Itaú; Alienação fiduciária de ações
Debêntures (Hélio Valgas) Contrato de cessão fiduciária de recebíveis; Alienação fiduciária de equipamentos e ações; Cessão fiduciária - recursos de emissão
Debêntures 1ª emissão (Ares 2) Fiança bancária
Debêntures 2ª emissão (Ares 2) Alienação de ações e equipamentos
Notas Comerciais 1ª emissão (Ares 2) Alienação de ações e equipamentos

11.5. Restrições contratuais (covenants): Somente os contratos a seguir possuem cláusulas restritivas:
Debêntures Mori Holding: • A manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,3 vezes, durante o período de amortização, sendo a primeira apuração com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (calculado anualmente); Debêntures Hélio Valgas / Mori Holding: • Índice de alavancagem financeira da COMERC ultrapassar 5,25 (cinco inteiros e vinte e cinco centésimos) durante os trimestres findos nos meses de março, junho, setembro e dezembro de 2025, ou ultrapassar a 4,75 (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos) contado a partir do mês de março de 2026 até a data de vencimento. Os referidos índices serão reavaliados anualmente a partir da data estabelecida em seus respectivos contratos.

12. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS
12.1. Provisões: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, previdenciária, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada em sua assessoria legal, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia e suas controladas revisa, suas estimativas e reavaliações contínuas.
Consolidado
Descrição 31/12/2021 Adições Reversão Atualizações 31/12/2021
Trabalhista (a) 172 873 (83) 13 975
Tributárias (b) 16.951 - - 1.578 18.529
Cíveis (c) 11.524 2 (5.565) (828) 5.133
Total 28.647 875 (5.648) 763 24.637

12.2. Contingências possíveis: Em 31 de dezembro de 2022, as contingências classificadas como perda possível (chance de um ou mais eventos futuros ocorrer e menor que provável e maior que remota) e, portanto, não foram contabilizadas nas presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas como segue:
Consolidado
Descrição 31/12/2022 31/12/2021
Trabalhista 182 959
Tributárias (a) 581 665
Cíveis (b) 13.132 5.461
Relacionados ao COVID-19 (c) - 9.051
Total 13.895 16.136

12.3. Revisão da apuração de tributos: De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos (imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS, INSS e FGTS). Como decorrência dessas revisões, transações e recolhimentos podem ser questionadas, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias.
13. PROVISÃO PARA DESMOMBILIZAÇÃO
Para as controladas da Mori Holding, que exploram parques solares instalados em terrenos de terceiros, foi constituída provisão para desmobilização dos ativos ao final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada ao valor presente e às mudanças no valor ou na tempoabilidade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo foram capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do contrato. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo é de R\$ 11.941 (R\$ 5.252 em 31 de dezembro de 2021). A atualização do passivo é registrada como despesa financeira (nota explicativa nº 21).

14. CONTAS A PAGAR PELA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO
Consolidado
Descrição 31/12/2022 31/12/2021
Salus - FIP Multiestratégia (a) 118.411 111.800
Solatio (b) - 2.450
Total 118.411 114.250
Circulante 118.411 114.250
Não circulante - -

15. OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES OUTORGADAS
Consolidado
Descrição 31/12/2022 31/12/2021
Coligadas eólicas da Ares 1 (a) 104.716 109.713
Coligadas eólicas da Ares Eynor (a) 62.424 50.623
Coligadas da Mercury (eólicas) (a) 44.642 29.882
Controladas e empreendedores em conjunto da Mercury (solar) (b) 108.699 27.917
Controladas da Ares 2 (solar) (c) 45.246 -
Total 365.827 218.135
Circulante 154.045 -
Não circulante 211.782 218.135
Total 365.827 218.135

16. RECEITAS FINANCEIRAS
Rendimentos de aplicações financeiras 107.554 15.024 139.750 20.610
Juros e atualizações monetárias 210 - 3.160 298
Ganhos e perdas com instrumentos financeiros - - 63 (10.989)
Atualizações CCEE - - - 223
PIS e COFINS sobre receita financeira (5.275) (813) (7.352) (1.074)
Juros mútuo parte relacionada 5.653 585 225 4
Descontos obtidos - - - 118
Marcação a mercado de derivativos - SWAP - - 4.396 (4.833)
Variação cambial ativa - swap - - 3.835 -
Demais variações cambiais - - - 34.572
Outras receitas financeiras (218) - (1.914) (149)
Subtotal receitas financeiras 108.172 14.802 182.215 5.489
Despesas financeiras
Cartas fianças - - (6.609) (4.455)
Juros sobre passivo de arrendamento (132) - (18.274) (2.308)
Juros sobre empréstimos e debêntures (48.327) (17.690) (172.910) (29.827)
Variação cambial debêntures (3.835) - - -
Juros passivos - Swap - - (6.691) -
Variação cambial passiva - Swap - - (28.815) -
Marcação a mercado de derivativos - SWAP - - (4.640) (149)
Amortização de custos de transação (2.840) - (6.678) -
Outras despesas administrativas (1.309) - (13.987) (7.288)
Total (78.159) (76.336) (346.149) (238.017)

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6379-B20A-32CA-587A.





PicPay Bank - Banco Múltiplo S.A.

C.N.P.J. : 09.516.419/0001-75

Relatório da Administração - Em 31 de dezembro de 2022

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras do PicPay Bank - Banco Múltiplo S.A. (antigo Banco Original do Agronegócio S.A.), encerradas em 31 de dezembro de 2022...

líquido de R\$ 139.497 (R\$ 146.380 em 31 de dezembro de 2021) e total de ativos de R\$ 10.109.300 (R\$ 154.083 em 31 de dezembro de 2021). O PicPay Bank - Banco Múltiplo S.A. preza por uma estrutura organizacional que permita o controle tempestivo independente e assertivo...

em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado. A administração agradece aos clientes, acionistas, parceiros pela confiança investida e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 23 de março de 2023

Table with 5 columns: Nota, 31/12/2022, 31/12/2021, 2º Semestre 2022, 2º Semestre 2021. Rows include Balancos Patrimoniais, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, and Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Table with 5 columns: Nota, Capital Social, Reserva Legal, Reserva Estatutária, Lucros Acumulados, Total. Rows include Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Table with 5 columns: Nota, Capital Social, Reserva Legal, Reserva Estatutária, Lucros Acumulados, Total. Rows include Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Table with 5 columns: Nota, Capital Social, Reserva Legal, Reserva Estatutária, Lucros Acumulados, Total. Rows include Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Table with 5 columns: Nota, Capital Social, Reserva Legal, Reserva Estatutária, Lucros Acumulados, Total. Rows include Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Table with 5 columns: Nota, Capital Social, Reserva Legal, Reserva Estatutária, Lucros Acumulados, Total. Rows include Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Table with 5 columns: Nota, Capital Social, Reserva Legal, Reserva Estatutária, Lucros Acumulados, Total. Rows include Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Table with 5 columns: Nota, Capital Social, Reserva Legal, Reserva Estatutária, Lucros Acumulados, Total. Rows include Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Table with 5 columns: Nota, Capital Social, Reserva Legal, Reserva Estatutária, Lucros Acumulados, Total. Rows include Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Table with 5 columns: Nota, Capital Social, Reserva Legal, Reserva Estatutária, Lucros Acumulados, Total. Rows include Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Table with 5 columns: Nota, Capital Social, Reserva Legal, Reserva Estatutária, Lucros Acumulados, Total. Rows include Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Table with 5 columns: Nota, Capital Social, Reserva Legal, Reserva Estatutária, Lucros Acumulados, Total. Rows include Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Table with 5 columns: Nota, Capital Social, Reserva Legal, Reserva Estatutária, Lucros Acumulados, Total. Rows include Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Table with 5 columns: Nota, Capital Social, Reserva Legal, Reserva Estatutária, Lucros Acumulados, Total. Rows include Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Table with 5 columns: Nota, Capital Social, Reserva Legal, Reserva Estatutária, Lucros Acumulados, Total. Rows include Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.







Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 da PicPay Instituição de Pagamento S.A. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)
a) Correspondem principalmente a despesas indutíveis. (2) Valores principalmente relacionados a descontos recebidos e recuperações de despesas. 28. Gestão de Riscos: 28.1 Gerenciamento de riscos: A Companhia possui uma estrutura específica para gestão de risco, incluindo política de processos, al...

Table with 10 columns: 2° Semestre 2022, 2° Semestre 2021, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Despesa com processamento de dados, Despesa com serviços técnicos especializados, Despesa com propaganda e publicidade, etc.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras da administração pelas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Table with 8 columns: Tipo, Risco de Taxa, Valor total da carteira, +10%, -10%. Rows include Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Obrigações interfinanceiras de liquidez, etc.

Table with 5 columns: Em 31 de dezembro de 2022, Valor, Valor Nivel de Contábil, Justo Hierarquia, Valor Nivel de Contábil, Justo Hierarquia. Rows include Ativos Financeiros, Passivos Financeiros, etc.

Contador: Mariana Tamarindo Cota - CRC SP 1582527. Endereço: São Paulo, 23 de março de 2023.





XP COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ 34.475.373/0001-30

\*continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(e) Risco de mercado: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos, decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da XP Energia, e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da XP Energia. O objetivo da XP Energia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação das empresas, além de buscar eficiência de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da XP Energia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: (i) Exigências para segregação de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) Exigências para reconciliação e monitoramento de operações; (iii) Cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) Documentação de controles e procedimentos; (v) Exigências para avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) Desenvolvimento de planos de contingência; (vii) Treinamento e desenvolvimento profissional; e (viii) Padrões éticos e comerciais.

15. Informação de fluxo de caixa: (a) Reconciliação da dívida líquida

Table with columns: Debêntures, Notas Promissórias e comerciais, Total. Rows include Divida total em 4 de maio de 2021, Aquisições/Emissão, Juros incorridos, Divida total em 31 de dezembro de 2021, Amortização, Juros incorridos, Divida total em 31 de dezembro de 2022.

Table with columns: DIRETORIA, CONTADOR. Rows include Bernardo Amaral Botelho (Diretor), Fabrício Cunha de Almeida (Diretor), Bruno Constantino Alexandre dos Santos (Diretor), Jairo Luiz de Araújo Brito (CRC: RJ-110743/O-4).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

extrato de liquidação obtido em fonte externa (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)). Com o apoio de nossos especialistas de precificação, analisamos a metodologia da administração para mensuração desses instrumentos financeiros e efetuamos o cálculo do valor a mercado e provisionamento das operações selecionadas. Desta forma, nossos procedimentos de auditoria nos proporcionaram evidências apropriadas e suficientes de auditoria no contexto das demonstrações financeiras da Companhia. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compoem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção

relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 22 de março de 2023

PwC PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP00160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev Contadora - CRC 1SP245281/O-6

MAFRIP MATADORA FRIGORÍFICO RIO PARDO S.A.
CNPJ nº 13.818.919/0001-39

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Complex financial statement table for MAFRIP MATADORA FRIGORÍFICO RIO PARDO S.A. including Balance Patrimoniais, Demonstrações dos fluxos de caixa, Demonstrações dos resultados abrangentes, and Demonstrações dos resultados operacionais. Includes detailed notes on operational context, tax matters, and financial instruments.



COMEXPORT COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR
CNPJ/MF nº 43.633.296/0001-90

Relatório da Diretoria: As autoridades, investidores, clientes e parceiros. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação as demonstrações financeiras, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Colocamos-nos à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários. São Paulo, 15 de março de 2023.

Large financial statement table for COMEXPORT COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR. Includes Balance Patrimoniais, Demonstrações dos fluxos de caixa, Demonstrações dos resultados abrangentes, and Demonstrações dos resultados operacionais. Includes detailed notes on operational context, tax matters, and financial instruments.

RECUPERAÇÃO

SP inicia obras das casas para desabrigados no Litoral Norte

O Governo do Estado iniciou nesta quinta-feira (23) a construção de 704 moradias no Litoral Norte. As residências vão abrigar famílias que foram desalojadas pelas fortes chuvas e consequências deslizamentos que atingiram a região durante o Carnaval. Nesta manhã, as máquinas já chegaram aos terrenos em São Sebastião para o início dos trabalhos. O investimento será de R\$ 93,3 milhões. A primeira etapa das obras será voltada à parte de infraestrutura. Com essa fase vencida, as casas e apartamentos nas duas cidades devem ser entregues aos moradores em até 150 dias. Além disso, serão erguidas 72 casas da primeira etapa da chamada Vila de Passagem com prazo previsto de 30 até 50 dias. As unidades serão destinadas, em caráter emergencial, ao atendimento de moradores de áreas de risco afetados e famílias que perderam suas casas em razão das chuvas intensas. 'Vamos transformar a tragédia de São Sebastião em um exemplo a ser replicado na questão da prevenção e de respostas de curto prazo em situações extremas', reforçou o governador Tarcísio de Freitas nesta quarta-feira (22).

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6379-B26A-32C8-587A.





\* continuação

BRASILDENTAL OPERADORA DE PLANOS ODONTOLÓGICOS S.A.

A DIRETORIA

CONTADOR: André Moreira Guimarães - CRC: RJ-108534/O-7

ATUÁRIA: Francieli Pereira Soares da Cruz - Registro: 2860

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Conselheiros e Diretores da Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. Barueri - SP Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Operadora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e o respectivo demonstrador de resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela elaboração das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das

demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pelo planejamento, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 21 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-028567/O-0 Fº SP

Cláudio Rogélio Sertório Contador - CRC 1SP212059/O-0

Combio Energia S.A.

CNPJ nº 10.376.555/0001-96

Table with multiple columns: Balanço Patrimonial (Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Total Ativo), Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Reservas de Capital, Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais, e Demonstrações do Resultado (Operações Continuadas, Operações Descontinuadas, Resultado por Ação, etc.).

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estarão disponíveis eletronicamente no endereço www.combioenergia.com.br.

Chicago Prorum Participações S.A.

CNPJ 32.681.169/0001-40

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2023. O Conselho de Administração da ATMA PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ("Companhia") convoca os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª convocação, no dia 20 de abril de 2023, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, em formato exclusivamente digital, a fim de deliberar sobre a saída voluntária da Companhia do segmento especial de listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), com a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações (OPA), nos termos do artigo 44 do Regulamento do Novo Mercado e do artigo 36 do Estatuto Social da Companhia ("Saída do Novo Mercado") e migração para o segmento básico de negociação da B3. 2. Sujeito à aprovação da deliberação constante do item anterior, a reforma global do Estatuto Social da Companhia para refletir a saída do Novo Mercado; 3. Deliberar sobre a alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia, com a consequente alteração do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia; 4. Deliberar sobre a alteração do endereço da sede da Companhia, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia; 5. Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de aprovação das matérias indicadas nos itens acima; e 6. Autorizar a administração da Companhia a tomar as providências e praticar os atos necessários com relação à elevação da documentação necessária. São Paulo, 22 de março de 2023. Mauro Antônio Cerchiarri - Presidente do Conselho de Administração.

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2023. O Conselho de Administração da ATMA PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ("Companhia") convoca os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª convocação, no dia 20 de abril de 2023, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, em formato exclusivamente digital, a fim de deliberar sobre a saída voluntária da Companhia do segmento especial de listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), com a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações (OPA), nos termos do artigo 44 do Regulamento do Novo Mercado e do artigo 36 do Estatuto Social da Companhia ("Saída do Novo Mercado") e migração para o segmento básico de negociação da B3. 2. Sujeito à aprovação da deliberação constante do item anterior, a reforma global do Estatuto Social da Companhia para refletir a saída do Novo Mercado; 3. Deliberar sobre a alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia, com a consequente alteração do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia; 4. Deliberar sobre a alteração do endereço da sede da Companhia, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia; 5. Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de aprovação das matérias indicadas nos itens acima; e 6. Autorizar a administração da Companhia a tomar as providências e praticar os atos necessários com relação à elevação da documentação necessária. São Paulo, 22 de março de 2023. Mauro Antônio Cerchiarri - Presidente do Conselho de Administração.

ATMA PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF 04.032.433/0001-80 - NIRE 35.300.180.631

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2023. O Conselho de Administração da ATMA PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ("Companhia") convoca os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª convocação, no dia 20 de abril de 2023, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, em formato exclusivamente digital, a fim de deliberar sobre a saída voluntária da Companhia do segmento especial de listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), com a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações (OPA), nos termos do artigo 44 do Regulamento do Novo Mercado e do artigo 36 do Estatuto Social da Companhia ("Saída do Novo Mercado") e migração para o segmento básico de negociação da B3. 2. Sujeito à aprovação da deliberação constante do item anterior, a reforma global do Estatuto Social da Companhia para refletir a saída do Novo Mercado; 3. Deliberar sobre a alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia, com a consequente alteração do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia; 4. Deliberar sobre a alteração do endereço da sede da Companhia, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia; 5. Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de aprovação das matérias indicadas nos itens acima; e 6. Autorizar a administração da Companhia a tomar as providências e praticar os atos necessários com relação à elevação da documentação necessária. São Paulo, 22 de março de 2023. Mauro Antônio Cerchiarri - Presidente do Conselho de Administração.

ATMA PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF 04.032.433/0001-80 - NIRE 35.300.180.631

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2023. O Conselho de Administração da ATMA PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ("Companhia") convoca os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª convocação, no dia 20 de abril de 2023, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, em formato exclusivamente digital, a fim de deliberar sobre a saída voluntária da Companhia do segmento especial de listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), com a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações (OPA), nos termos do artigo 44 do Regulamento do Novo Mercado e do artigo 36 do Estatuto Social da Companhia ("Saída do Novo Mercado") e migração para o segmento básico de negociação da B3. 2. Sujeito à aprovação da deliberação constante do item anterior, a reforma global do Estatuto Social da Companhia para refletir a saída do Novo Mercado; 3. Deliberar sobre a alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia, com a consequente alteração do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia; 4. Deliberar sobre a alteração do endereço da sede da Companhia, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia; 5. Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de aprovação das matérias indicadas nos itens acima; e 6. Autorizar a administração da Companhia a tomar as providências e praticar os atos necessários com relação à elevação da documentação necessária. São Paulo, 22 de março de 2023. Mauro Antônio Cerchiarri - Presidente do Conselho de Administração.

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2023. O Conselho de Administração da ATMA PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ("Companhia") convoca os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª convocação, no dia 20 de abril de 2023, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, em formato exclusivamente digital, a fim de deliberar sobre a saída voluntária da Companhia do segmento especial de listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), com a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações (OPA), nos termos do artigo 44 do Regulamento do Novo Mercado e do artigo 36 do Estatuto Social da Companhia ("Saída do Novo Mercado") e migração para o segmento básico de negociação da B3. 2. Sujeito à aprovação da deliberação constante do item anterior, a reforma global do Estatuto Social da Companhia para refletir a saída do Novo Mercado; 3. Deliberar sobre a alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia, com a consequente alteração do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia; 4. Deliberar sobre a alteração do endereço da sede da Companhia, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia; 5. Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de aprovação das matérias indicadas nos itens acima; e 6. Autorizar a administração da Companhia a tomar as providências e praticar os atos necessários com relação à elevação da documentação necessária. São Paulo, 22 de março de 2023. Mauro Antônio Cerchiarri - Presidente do Conselho de Administração.

LOUIS DREYFUS COMPANY TRANSPORTES LTDA.

CNPJ nº 18.844.277/0001-66 - NIRE 35.2.2781666-7

Instrumento Particular de Deliberação de Sócios. Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a parte a seguir indicada e qualificada, a saber: Louis Dreyfus Company Brasil S.A. (doravante "LDC Brasil"), sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 13º e 14º andares, Jardim Paulista, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ nº 18.844.277/0001-66, com atos constituintes arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.3.0010451-0 e representada na forma de seu Estatuto Social e demais documentos societários por seu Diretor, a saber: Murilo Ribeiro de Castro Parada, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador do RG nº 02.071.369-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 275.551.618-69, e Henrique Donati Sntcovski, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 20.184.275-0 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 266.765.308-48, ambos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 13º andar, Jardim Paulista, CEP 01452-919. Na qualidade de sócia representando a totalidade do capital social da Louis Dreyfus Company Transportes Ltda. (doravante "Sociedade"), sociedade empresária limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 13º andar, Conjunto 1301, Sala B, Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ sob o nº 18.844.277/0001-66, com atos constituintes arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.2.2781666-7 e vigésima e quinta e última alteração de contrato social arquivada na JUCESP sob o nº 87.364/23-2, em sessão de 27 de fevereiro de 2023, após ter sido constituída a realização de reunião de sócios, em conformidade com o disposto no Artigo 1.072, §3º, da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil"), neste ato, por unanimidade, tomam as seguintes deliberações, sem ressalvas: 1. Aproveitar a redução do capital social da Sociedade no montante de R\$ 63.171.854,00 (sessenta e três milhões, cento e sessenta e um mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais) por jugá-lo excessivo em relação ao objeto social, e portanto, o Capital Social de R\$ 102.732.210,00 (cento e dois milhões, setecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e dez reais) para R\$ 39.560.356,00 (trinta e nove milhões, quinhentos e sessenta mil, trezentos e cinco reais) nos termos do Artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, 2. Após o decorrer do prazo legal de 90 (noventa) dias, contado a partir da data de publicação do presente instrumento, conforme estabelecido no Artigo 1.084, §1º, do Código Civil, a redução de capital ora aprovada tomar-se-á eficaz e as Sócios formalizarão a alteração do Contrato Social da Sociedade, a fim de ratificar e aprovar (a) o valor da redução de capital; (b) os valores que serão restituídos às Sócios; (c) o novo valor a ser pago; e (d) a consequente alteração da Cláusula 5ª do Contrato Social. E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam digitalmente o presente instrumento, utilizando Certificado Digital (e-CPF). São Paulo, 23 de março de 2023. Sócia: Louis Dreyfus Company Brasil S.A. Murilo Ribeiro de Castro Parada - Diretor Presidente; Henrique Donati Sntcovski - Diretor Executivo.

TK Logística do Brasil Ltda.

CNPJ nº 04.657.635/0001-17 - NIRE 35.217.118.592

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2023. O Conselho de Administração da ATMA PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ("Companhia") convoca os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª convocação, no dia 20 de abril de 2023, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, em formato exclusivamente digital, a fim de deliberar sobre a saída voluntária da Companhia do segmento especial de listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), com a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações (OPA), nos termos do artigo 44 do Regulamento do Novo Mercado e do artigo 36 do Estatuto Social da Companhia ("Saída do Novo Mercado") e migração para o segmento básico de negociação da B3. 2. Sujeito à aprovação da deliberação constante do item anterior, a reforma global do Estatuto Social da Companhia para refletir a saída do Novo Mercado; 3. Deliberar sobre a alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia, com a consequente alteração do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia; 4. Deliberar sobre a alteração do endereço da sede da Companhia, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia; 5. Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de aprovação das matérias indicadas nos itens acima; e 6. Autorizar a administração da Companhia a tomar as providências e praticar os atos necessários com relação à elevação da documentação necessária. São Paulo, 22 de março de 2023. Mauro Antônio Cerchiarri - Presidente do Conselho de Administração.

HBW - Administração e Participações S.A.

CNPJ nº 02.790.934/0001-08

Table with multiple columns: Balanço Patrimonial (Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Total Ativo), Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstrações do Resultado (Operações Continuadas, Operações Descontinuadas, Resultado por Ação, etc.).

Contador: Carlos Alberto dos Santos - CRC 1SP 233041/O-7

Ponswinnecke Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 09.395.277/0001-35

Table with financial statements for 2022 and 2021. Includes sections for Balanços patrimoniais, Demonstrações de resultados, Demonstrações dos fluxos de caixa, and Balanço patrimonial líquido.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Table showing changes in equity components: Capital Social, Capital Integralizável, Reserva, and Prejuízos, for 2022 and 2021.

Saldos em 31 de dezembro de 2020

Outras reservas de capital
Prejuízo do exercício
Saldos em 31 de dezembro de 2021

Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável...

Contexto operacional: A Ponswinnecke Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), foi constituída em 25 de fevereiro de 2008 e iniciou suas atividades em 4 de julho de 2008, com sede atual em Av. Nações Unidas, 14.171 - 8º andar - Marble Tower - São Paulo/SP...

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos...

Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras)...

Alterações de itens: A Administração da Companhia realizou alterações nos dados apresentados em 2020, visando esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante e não circulante...

Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis a qualquer prazo e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades...

Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados pelo lucro presumido com a pre-enchimento de 32% para o regime da atividade principal...

Ativo financeiro: É aquele que gera benefícios econômicos para a entidade, em termos de recursos financeiros, não reconhecidos imediatamente ao resultado...

Prejuízo do exercício: O prejuízo do exercício está apresentado a menor em R\$ 866 mil e R\$ 853 mil, respectivamente, no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021...

Roberto Miranda de Lima - Diretor Presidente

Fabio Inacio de Carvalho - Diretor

Resumo do relatório dos auditores independentes: O saldo é oriundo da classificação da rubrica "Propriedades para investimento", visto a intenção futura de venda dos mesmos pela Companhia...

Resumo do relatório dos auditores independentes: O saldo é oriundo da classificação da rubrica "Propriedades para investimento", visto a intenção futura de venda dos mesmos pela Companhia...

Demonstrações de resultados: Receita operacional líquida, Custos de atividades imobiliárias, Lucro bruto, Despesas operacionais, Resultado operacional antes do resultado financeiro...

Demonstrações de resultados abrangentes: Prejuízo líquido do exercício, Resultado abrangente do exercício, Taxa de desconto, Cap rate...

Outros créditos: Descrição, Garantia CRI (I), Centrotopog do Brasil, Leroy Merlin Companhia Brasileira de Bricolagem...

9.2 Contas a receber com partes relacionadas: Descrição, GTS Barão de Teff Empreendimentos Ltda., Contrato de mútuo...

Outras contas a pagar: Descrição, Retenções contratuais (I), Outros...

12 Empréstimos e financiamentos: Descrição, Obrigação por aquisição de imóvel - Projeto Luna, Juros sobre empréstimo e financiamento a pagar...

13 Imposto de renda e contribuição social: Descrição, IRRF de terceiros a recolher, Imposto de renda e contribuição social a recolher (I)...

Lucro presumido: Descrição, Receita Bruta de Serviço, Resultado antes do imposto de renda e contribuição social...

Lucro real apurado: IRPJ 15%, IRPJ 10%, CSLL 9%, CSLL 9% diferido...

Resumo do relatório dos auditores independentes: O saldo é oriundo da classificação da rubrica "Propriedades para investimento", visto a intenção futura de venda dos mesmos pela Companhia...

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto: Fluxos de caixa das atividades operacionais, Prejuízo do exercício antes do exercício antes do IR e CS...

Quadro societário: Autonomy Brasil Sarl, Roberto Charles Gibbins, Roberto Miranda de Lima...

16 Distribuição de lucros e dividendos: 2021 não houve pagamento a título de distribuição de lucros e dividendos em decorrência dos prejuízos auferidos nos exercícios...

Recargas: Descrição, Receita operacional líquida, Receita de aluguéis, Outras receitas...

17 Despesas administrativas e gerais: Descrição, Despesas com ocupação, Serviços terceiros, Impostos e taxas...

18 Resultado financeiro líquido: Descrição, Outras receitas/financeiras operacionais, Administrativas e gerais...

19 Outras informações: a. Provisão para contingências e riscos: Atualmente a Companhia não tem conhecimento de ser parte (pelo passivo) em ações judiciais...

Índice de desempenho: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Passivo, Ativo...

Contador: Fernando Lucas Correa da Silva - CRC SP28210/2-1

Resumo do relatório dos auditores independentes: O saldo é oriundo da classificação da rubrica "Propriedades para investimento", visto a intenção futura de venda dos mesmos pela Companhia...

\*continuação

Relatório de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nas suas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a

data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com

os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda. Contadora - CRC 25P014428/O-6

Thais de Lima Rodrigues Leandrini Contadora - CRC-1SP280836/O-5

FTD EDUCAÇÃO

EDITORA FTD S.A.

CNPJ nº 61.166.490/0001-57

Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

Table with multiple columns showing financial data for FTD Educação for the year 2022. Includes sections for Balances Patrimoniais, Demonstrações do Resultado, and Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Table showing changes in equity components for FTD Educação, including capital, reserves, and dividends.

Demonstração do Resultado dos Exercícios

Table showing income statement details for FTD Educação, including revenue, expenses, and profit.

Agrícola Permatex S/A

C.N.P.J. 15.617.070/0001-60

AVISO

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão.

Table with 2 columns: Demonstrações Financeiras Relativas ao Período Findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021. Shows assets and liabilities.

Table with 2 columns: Balances Patrimoniais (2021, 2022). Shows equity components like Circulante, Disponibilidades, etc.

Table with 2 columns: Demonstração do Resultado dos Exercícios (2021, 2022). Shows income statement items like Receita Bruta Operacional, etc.

Grãos da Terra Empreendimentos S.A.

CNPJ 48.287.911/0001-78 - NIRE 35300602668 - Constituição 14/10/2022 - Sociedade por Ações

Início das atividades 25/08/2022 Capital R\$ 10.000,00 (dez mil reais) endereço Avenida Professor José Maria Alkmim, nº 906, sala 06, Jardim Ester, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05366-000.

Comercial TMC Produtos Metalmórgicos Ltda.

CNPJ: 00.896.390/0001-20

Encontram-se à disposição dos Senhores Sócios os documentos a que se refere o artigo 1.078, § 1º do Código Civil, relativos ao exercício findo em 31/12/2022.

Mineração Itapecuru Ltda.

CNPJ: 52.702.347/0001-80

Encontram-se à disposição dos Senhores Sócios os documentos a que se refere o artigo 1.078, § 1º do Código Civil, relativos ao exercício findo em 31.12.2022.

Condomínio Garagem Automática República - São Paulo, 17 de fevereiro de 2023 - Edital de Convocação - Reunião de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Dia: 05.04.2023 - 1ª Convocação 10h00 e 2ª Convocação 10h30.

Anhangera Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ: 59.934.380/0001-84

Encontram-se à disposição dos Senhores Sócios os documentos a que se refere o artigo 1.078, § 1º do Código Civil, relativos ao exercício findo em 31.12.2022.

Brasina S/A Administração e Serviços

CNPJ nº 59.290.239/0001-96

Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, com as alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social findo em 31/12/2022.

Minas Gerais

COMARCA DE UBERLÂNDIA - MG. Secretária da 2ª Vara Cível. Edital de Citação e Intimação com prazo de vinte dias. O Dr. Carlos José Cordeiro, Mm. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc.

Diário Comercial logo and contact information for the legal notice.

GBLP Investimentos e Participações S.A.

CNPJ 31.862.119/0001-05

Table showing financial statements for GBLP Investimentos e Participações S.A. for 2021 and 2022.

IPO e FOLLOW ON advertisement with a large graphic showing a person at a computer screen.

Advertisement for LUZ CAPITAL MARKETS, featuring a globe and financial data visualization.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6379-B26A-32C8-587A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6379-B26A-32C8-587A



### Hash do Documento

0E56C8F7F958963F973B83CB3553B8CB9E5BA5B8C4DE963BCC2172F92C6AB972

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/03/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em  
24/03/2023 03:12 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -  
33.270.067/0001-03

